



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

KELLY ROCHA ARAKAKI

**O TERRITÓRIO CAIÇARA DA COMUNIDADE ENSEADA DA
BALEIA, PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO – SP**

LONDRINA
2011

KELLY ROCHA ARAKAKI

**O TERRITÓRIO CAIÇARA DA COMUNIDADE ENSEADA DA
BALEIA, PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO – SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dinâmica Espaço Ambiental, do Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Alice Yatiyo Asari

LONDRINA
2011

**Catalogação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A659t Arakaki, Kelly Rocha.

O território caiçara da comunidade Enseada da Baleia, Parque Estadual da Ilha do Cardoso - SP / Kelly Rocha Arakaki. – Londrina, 2011.
140 f. : il.

Orientador: Alice Yatiyo Asari.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina,
Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2011.
Inclui bibliografia.

1. Geografia humana – Teses. 2. População caiçara – Usos e costumes –
Teses. 3. Áreas de conservação de recursos naturais – Teses. 4. Territorialidade
humana – Teses. 5. Unidades ambientais – Teses. 6. Enseadas – Teses. I. Asari,
Alice Yatiyo. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências
Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 911.3

KELLY ROCHA ARAKAKI

**O TERRITÓRIO CAIÇARA DA COMUNIDADE ENSEADA DA BALEIA,
PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO – SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dinâmica Espaço Ambiental, do Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Alice Yatiyo Asari
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Ruth Youko Tsukamoto
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Elpídio Serra
Universidade Estadual de Maringá

Londrina, 18 de março de 2011.

À Deus e à minha amada família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo.

À professora Dra. Alice Yatiyo Asari, pela orientação, paciência e amizade ao longo da realização deste trabalho. Obrigada por não desistir de mim!

Aos professores Dra. Ruth Youko Tsukamoto e Dr. Elpídio Serra, membros das bancas de qualificação e defesa, pelas críticas e sugestões.

A todos os moradores da comunidade Enseada da Baleia, pela boa vontade e paciência com que me atenderam, em especial ao sr. Malaquias.

Aos meus pais, Nelson e Raquel, pela motivação e por não deixarem que eu desistisse.

A minha irmã Paloma pelo companheirismo, aventuras nos trabalhos de campo, e auxílio ao longo do trabalho.

A minha irmã Barbara pelo incentivo nas despedidas, pelos “sambinhas” para me animar e por implicar comigo.

Ao meu irmão Rafael.

Às minhas fiéis companheiras durante as longas horas de trabalho, Sofia Margot e Fiona.

Aos meus companheiros, Guira, Fred e Beau, por me manterem acordada (às vezes irritada!) e me alegrarem com seus sons.

Ao meu amigo André pela animação transmitida através das ligações telefônicas.

Aos meus amigos Márcio e Iris pela camaradagem e pelas horas de descontração, nas inesquecíveis reuniões na Paranaguá, 1065.

*“[...] uns tempo atrás, mais antigamente,
a gente olhava o céu e já sabia se ia
chover [...] nossa vida foi toda assim [...]”
desde pequeno aprende a ler o tempo
[...] hoje não dá pra saber mais [...]”*

Sr. Malaquias

ARAKAKI, Kelly Rocha. **O território caiçara da Comunidade Enseada da Baleia, Parque Estadual da Ilha do Cardoso – SP.** 2011. 140 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

RESUMO

O trabalho registra a identificação, comparação de transformações e a relação identitária ocorridas no território de uma comunidade de moradores tradicionais localizada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, a Enseada da Baleia, no período dos anos de 2001 e 2010. No desenvolvimento da pesquisa buscou-se estudar fatores ligados à preservação da identidade cultural, caracterizada pelos costumes e tradições marcadas pelo modo de vida cotidiano dos caiçaras da comunidade identificada, por exemplo, no que diz respeito a religião, alimentação, ritos, modo de vida e fatores econômicos. As populações tradicionais passaram a vivenciar certas barreiras após a instalação de Unidades de Conservação, principalmente aquelas áreas denominadas de uso integral, como é o caso da comunidade em estudo. Assim, há importância em entender como está acontecendo a permanência de uma comunidade tradicional no interior de uma Unidade de Conservação, uma vez que os empecilhos estão registrados em leis, as quais impõem restrições aos moradores locais e permitem o desenvolvimento de atividades desde que de modo equilibrado. As pesquisas realizadas possuem abordagem qualitativa, desenvolvidas com base documental e estudos de casos, voltadas para a descrição dos comportamentos sociais na vida cotidiana dos moradores da comunidade, além de conhecimentos, crenças, ideias e práticas culturais, através de observações do local e registro de depoimentos dos moradores. Verificamos que os habitantes dessas comunidades lutam contra a esfera do poder político pelo direito da permanência no interior desses locais, assim como pelo direito de manutenção dos hábitos e costumes que preservam de seus antepassados. O cotidiano de suas vidas é caracterizado pelas relações de trocas com outras ‘territorialidades’. Esses espaços são marcados pelas histórias de vida e o imaginário dos indivíduos, os quais possuem conceitos próprios ligados a religião, organização familiar e à visão política. Deste modo, percebe-se que a comunidade em foco possui fortes laços de ligação com o território local, o qual é ocupado há quatro gerações pelo mesmo grupo familiar.

Palavras-chave: Enseada da Baleia. População Tradicional. Territorialidade. Memória Viva.

ARAKAKI, Kelly Rocha. **The caiçara territory of the Enseada da Baleia Community, Ilha do Cardoso State Park – SP.** 2011. 140 p. Dissertation (Master's degree in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

ABSTRACT

This paper reports the identification, comparison of transformations and relationship of identity occurring in the territory of a Community of traditional inhabitants located in the Ilha do Cardoso State Park, Enseada da Baleia, between 2001 and 2010. During the research we sought to study events related to the preservation of cultural identity, characterized by the customs and traditions marked by the daily reality of caiçaras in the identified community, for example, as regards religion, food, rituals, lifestyle and economic factors. Traditional people began to experience certain barriers after the installation of Conservation Units, especially those areas designated as full use, as is the case of the Community in the study. Thus, it's important to understand how the permanency of a traditional community is happening within a Conservation Unit, once the obstacles are recorded in laws, which impose restrictions on local residents and enable the development of activities so long as balanced. The surveys have a qualitative approach, developed on the basis of documents and case studies, focused on the description of social behavior in everyday life of residents of the Community, in addition to knowledge, beliefs, ideas and cultural practices through observations of the site and record testimonies of the residents. We found that the inhabitants of these communities are struggling against the sphere of political power for the right of residence within such locations as well as the right to maintain the habits and customs that they preserve from their ancestors. The daily routine of their lives is marked by relationships of exchanges with other 'territorialities'. These spaces are marked by life stories and imagination of individuals, which have their own concepts related to religion, family organization, and political vision. So, it is clear that the Community has strong ties with the local territory, which is occupied for four generations by the same family group.

Key-words: Enseada da Baleia. Traditional Population. Territoriality. Alive memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização das Unidades de Conservação no território brasileiro	27
Figura 2 – Localização do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP	33
Figura 3 – Ilustração da localização da área de estudo, entre os Estados de São Paulo e Paraná	34
Figura 4 – Localização do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e as principais rodovias de acesso	35
Figura 5 – Comunidades populacionais e sede administrativa do PEIC	37
Figura 6 – Indícios de sambaquis	42
Figura 7 – Réplica do marco histórico	43
Figura 8 – Localização da comunidade Enseada da Baleia, Parque Estadual Ilha do Cardoso, SP	66
Figura 9 – Casal de moradores da Enseada da Baleia	67
Figura 10 – Vista panorâmica da comunidade	68
Figura 11 – Bar e restaurante do sr. Malaquias	73
Figura 12 – Árvore genealógica – moradores da comunidade Enseada da Baleia	75
Figura 13 – Geradores de energia da comunidade Enseada da Baleia	82
Figura 14 – Armazenamento do lixo reciclável	86
Figura 15 – E.E. Enseada da Baleia (2001 e 2010)	87
Figura 16 – Embarcações dos moradores	91
Figura 17 – Irico	93
Figura 18 – Pesca utilizando o cerco	95
Figura 19 – Itens de um cerco	96
Figura 20 – Casas de moradores, visão na direção oeste para leste	100
Figura 21 – Turistas	102
Figura 22 – Processo de limpeza e salga dos pescados	105
Figura 23 – Estrutura utilizada para secar os peixes	106
Figura 24 – Capela católica da comunidade	108
Figura 25 – Área erodida durante os anos de 2001 e 2010	115
Figura 26 – Restinga da região sul da Ilha do Cardoso	116
Figura 27 – Esquema do processo de erosão que deve dividir a Ilha do Cardoso	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPARNIC – Centro de Pesquisas Aplicadas em Recursos Naturais da Ilha do Cardoso

DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A

DPU – Delegacia do Patrimônio da União

EEJI – Estação Ecológica Juréia-Itatins

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

IF – Instituto Florestal

PEIC – Parque Estadual da Ilha do Cardoso

PR – Estado do Paraná

SP – Estado de São Paulo

SUDELPA – Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista

UC – Unidade de Conservação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	16
1.1. O Território e as Territorialidades.....	16
1.2. Unidades de Conservação.....	25
2. O TERRITÓRIO DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO.....	33
2.1. Aspectos Naturais do Território do Parque.....	38
2.2. Histórico de Ocupação do Território do Parque.....	41
2.3. O Parque Estadual da Ilha do Cardoso.....	49
3. O TERRITÓRIO E AS COMUNIDADES CAIÇARAS.....	54
3.1. As Sociedades Tradicionais: A Identidade da População Caiçara.....	55
3.2. A Questão Fundiária.....	60
3.3. A Importância do Registro de Histórias de Vida.....	62
4. O TERRITÓRIO DA COMUNIDADE ENSEADA DA BALEIA.....	66
4.1. Infraestrutura.....	80
4.2. Aspectos Socioeconômicos.....	88
4.3. Organização do Trabalho Familiar.....	105
4.4. Aspectos Culturais e Organização Social.....	107
4.5. O Parque e os Caiçaras.....	112
4.6. A Erosão na Porção Distal da Ilha do Cardoso.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	124
ANEXOS.....	132
A – Roteiro de Entrevista.....	133
B – Decreto nº 40.319, de 3 de julho de 1962 de São Paulo.....	134
C – Instrução Normativa MMA nº 15, de 16 de junho de 2005.....	136

INTRODUÇÃO

As pesquisas realizadas mostraram que existem poucos estudos sobre os caiçaras, os quais formam um grupo de populações tradicionais. Há escassez de registros que caracterizem o perfil, o cotidiano, as atividades desempenhadas e as relações entre os indivíduos formadores desse segmento social.

Assim, um dos objetivos deste trabalho é a análise e a compreensão da relação identitária entre o território e uma população específica, a comunidade caiçara da Enseada da Baleia, localizada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Deste modo, desenvolvemos a discussão referente à questão território-identidade, com abordagem da relação do indivíduo – o caiçara, pertencente ao seu habitat – a Enseada da Baleia, a partir da história vivida pelos moradores, a qual imprime no território a identidade do grupo social que ali reside.

Neste trabalho realizamos a identificação e comparação das alterações que a comunidade Enseada da Baleia sofreu, no período entre 2001 e 2010, no seu território. A seleção deste período deve-se ao fato de que em 2001 estudamos a atividade turística na comunidade, para realização do trabalho de conclusão de curso de bacharel em turismo. Em 2010 retomamos esses estudos, complementando-os com as demais atividades desenvolvidas no local e voltando-se aos aspectos do território e as modificações ocorridas no período de nove anos. O local foi selecionado por indicação de uma professora que havia visitado o Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Na grade curricular do bacharelado em turismo que cursamos há uma disciplina focada na Gestão de Ambientes Protegidos, como por exemplo, as Unidades de Conservação, e durante os estudos interessamo-nos pelo destino das populações tradicionais que habitam esses espaços e começamos a procurar uma comunidade para a pesquisa. Em 2001, contatamos o administrador do Parque que sugeriu o estudo focado na Enseada da Baleia, uma vez que o

turismo apresentava crescimento e não havia levantamentos das potencialidades existentes na comunidade, assim como estudos sobre os possíveis impactos decorrentes da prática da atividade no local.

Destacamos a importância de se entender como está acontecendo a permanência de uma comunidade tradicional no interior de uma Unidade de Conservação, uma vez que muitas encontraram (e ainda encontram) dificuldades, ao longo da história de implantação dessas Unidades, para continuar habitando tais espaços. Como está previsto em lei, os Parques Estaduais impõem certas restrições aos moradores locais e permitem o desenvolvimento de atividades desde que de modo equilibrado, isto é, de maneira consciente, respeitando os limites da natureza como, por exemplo, os períodos de reprodução dos animais ou a extração de recursos naturais de forma adequada.

Nesse contexto a atividade turística é um meio no qual as pessoas que prevaleciam no interior dessas Unidades puderam complementar sua renda através da prestação de serviços para os turistas, como guias, hospedagem, alimentação, entretenimento; porém, muitas vezes esta relação não se deu sem conflitos, como por exemplo, choque de valores, a substituição das atividades tradicionais por aquelas relacionadas ao turismo, a produção artesanal e para subsistência passou a ser feita para atender às expectativas dos turistas, diminuição dos vínculos de sociabilização, cercamento das propriedades e assalariamento. Em outros casos, as atividades consideradas tradicionais como a pesca, caça, criação de animais, agricultura, entre outras, foram substituídas ou deixadas em segundo plano. Todo esse contexto contribuiu para a alteração da identidade dos moradores tradicionais das Unidades de Conservação.

O desenvolvimento dessa pesquisa teve o intuito de registrar os fatores ligados à preservação da identidade cultural, caracterizada pelos costumes e tradições marcadas pelo modo de vida cotidiano dos caiçaras da comunidade identificada, por exemplo, no que diz respeito à religião, alimentação, ritos, modo de vida, fatores econômicos, dentre outros.

Os procedimentos metodológicos realizados para se alcançar os objetivos propostos estão descritos, para uma melhor compreensão de como foi desenvolvido o trabalho.

- Fontes Primárias: as informações são provenientes de trabalhos de campo realizados na comunidade Enseada da Baleia e conversa com a maioria dos moradores ocorrida nos anos de 2001 e 2010. Também houve entrevistas com os moradores mais antigos, Dona Herci e o sr. Malaquias, para detectar as modificações ocorridas no modo de vida destes ao longo do tempo e aplicação de questionários aos moradores para entender a dinâmica da comunidade. Para ilustrar a comunidade Enseada da Baleia e o modo de vida de seus moradores foram feitos registros fotográficos, importantes para o detalhamento dos fatos narrados.

- Fontes Secundárias: foram realizados levantamentos bibliográficos gerais relacionados ao território, territorialidade, turismo, Unidades de Conservação, modo de vida, populações tradicionais, caiçaras, entre outros que se fizeram necessários ao longo da pesquisa, além da coleta de dados junto a centros de pesquisa, instituições governamentais, associações e publicações.

As pesquisas realizadas possuem base qualitativa e não quantitativa, uma vez que foram desenvolvidas com base documental, etnográfica e estudo de caso, voltadas para a descrição dos comportamentos sociais na vida cotidiana dos moradores da comunidade, além de conhecimentos, crenças, ideias e práticas culturais, através de observações do local e registro de depoimentos dos moradores.

Como esclarecimentos iniciais, dois elementos serão especificados: o primeiro é referente à nomeação da comunidade Enseada da Baleia; segundo o sr. Malaquias, morador mais antigo do local, refere-se à existência e aparição de muitas baleias na região, uma vez que a ilha é rota de migração do animal. O termo geográfico *Enseada* significa pequena baía e segundo Silva *et al.* (2002, p.97) é uma “reentrância na costa, aberta na direção do mar, porém com pequena penetração deste”. O segundo é a utilização da expressão *comunidade*, termo muito utilizado ao longo do trabalho e que se refere à localidade, no sentido de integração de um grupo de pessoas em sociedade.

Quanto à distribuição do trabalho, optamos por quatro itens. No primeiro realizamos discussão relativa à fundamentação teórico-metodológica, com a discussão do conceito de território, territorialidade e Unidades de Conservação.

No item dois, apresentamos aspectos relativos à natureza, história, ocupação e localização do território do Parque, seguido pela caracterização das populações tradicionais caiçaras, as questões fundiárias e os conceitos ligados a importância do registro de histórias de vida em estudos científicos, relatados no item três.

Por fim, no item quatro, retratamos as características da comunidade foco do estudo, a Enseada da Baleia, destacando itens ligados a sociedade, cultura e economia, assim como as perspectivas futuras dos moradores locais.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Na sequência, será apresentada uma breve explanação dos principais conceitos que sustentam teoricamente este trabalho, possibilitando maior compreensão da importância da valorização do modo de vida e manifestações culturais das populações tradicionais no território.

1.1. O Território e as Territorialidades

O conceito território é algo complexo e possui várias definições. No senso comum o termo é utilizado para delimitar a área relativa a um determinado espaço físico. Já no pensamento geográfico vemos que o termo começa a ser utilizado no início do século XIX, com a necessidade do registro das mais variadas informações sobre o nosso planeta, ou seja, foi um período de descobertas e conhecimento com o objetivo da observação e descrição dos elementos. Segundo Moraes (2005), nesse período, com o conhecimento das realidades locais,

A apropriação de um dado território implicava o estabelecimento de uma relação mais estreita com os elementos aí existentes, logo, num maior conhecimento de sua realidade local. O domínio implicava em ir além do simples conhecimento de novas terras, era necessário penetrá-las e criar aí estabelecimentos constantes, enfim apropriá-las. A exploração produtiva dos territórios coloniais, com o estabelecimento de atividades econômicas, aprofundava ainda mais o conhecimento de suas características. Com o desenvolvimento do comércio colonial, os Estados europeus vão incentivar o inventário dos recursos naturais, presentes em suas possessões, gerando informações mais sistemáticas, e observações mais científicas. (MORAES, 2005, p.12)

Com o passar do tempo as informações coletadas passaram a ser organizadas, surgindo assim um ideal de unidade. Isso ocorreu primeiramente com Humboldt e Ritter, dois autores de origem prussiana. A Alemanha teve a sua primeira manifestação concreta de unificação, em 1815, com a formação da

“Confederação Germânica”, a qual congregou os principados alemães e os reinos da Áustria e da Prússia, sendo esse o começo do processo de unificação alemã. De acordo com Moraes (2005),

A falta da constituição de um Estado nacional, a extrema diversidade entre os vários membros da Confederação, a ausência de relações duráveis entre eles, a inexistência de um ponto de convergência das relações econômicas – todos estes aspectos conferem à discussão geográfica uma relevância especial, para as classes dominantes da Alemanha, no início do século XIX. Temas como domínio e organização do espaço, apropriação do território, variação regional, entre outros, estarão na ordem do dia na prática da sociedade alemã de então. É, sem dúvida, deles que se alimentará a sistematização geográfica. Do mesmo modo como a Sociologia aparece na França, onde a questão central era a organização social (um país em que a luta de classes atingia um radicalismo único), a Geografia surge na Alemanha onde a questão do espaço era primordial. (MORAES, 2005, p.15)

Deste processo surgiram, na Alemanha, os primeiros indícios de apropriação territorial voltado para o espaço físico propriamente dito.

Já no final do século XIX, mais precisamente em 1871, é finalizado o processo de unificação da Alemanha. Como se deu de modo tardio, o país estava sempre almejando a conquista de novos territórios, “[...] e, por esta razão, mais uma vez, o estímulo para pensar o espaço, logo, para fazer Geografia.” (MORAES, 2005, p.19).

No final do século XIX, Friedrich Ratzel, geógrafo e etnólogo alemão, defendia a ideia de que o Estado garantia a um grupo social o território. Segundo ele “[...] quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado [...]” (apud MORAES 2005, p.19). O homem necessita dos recursos da natureza e ao explorá-los cria vínculo com o meio, e quanto maior esse vínculo maior a necessidade de manutenção de posse do local.

O autor alemão justifica o expansionismo como algo natural e inexplicável numa sociedade em processo de progressão. Desta forma defende que o território

[...] representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda de território seria a maior prova de decadência

de uma sociedade. Por outro lado, o progresso implicaria a necessidade de aumentar o território, logo, de conquistar novas áreas. Justificando estas colocações, Ratzel elabora o conceito de “espaço vital”; este representaria uma proporção de equilíbrio, entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo assim suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais. (MORAES, 2005, p.19).

Segundo Moraes (2005), outra proposta de Raztel refere-se a Geopolítica, no estudo da dominação dos territórios, no qual os autores discorriam sobre as formas de defender, manter e conquistar os territórios.

Já os pesquisadores da geografia pragmática tentam explicar a valorização subjetiva do território, enfatizando a consciência do espaço vivenciado e o comportamento em relação ao meio. Para Moraes (2005), estes estudos fazem uso do instrumental desenvolvido pela psicologia, em particular as teorias behavioristas.

Na geografia crítica os estudiosos discutem questões diversas, voltadas para o setor econômico, baseado nos estudos de Marx. Dentre as características abordadas pelos autores estão

[...] a expansão espacial das relações capitalistas de produção, as formas espaciais e os fluxos gerados, a organização do espaço implementada por este modo de produção, enfim, a lógica do capital na apropriação e ordenação dos lugares. (MORAES, 2005, p.45).

Ainda segundo Moraes (2005), merecem destaque outros autores que desenvolveram estudos com esta abordagem, buscando a compreensão da organização do espaço terrestre no modo capitalista de produção como, por exemplo, A. Lipietz com o livro *O capital e seu espaço*, F. Indovina e D. Calabi, com um artigo sobre o *uso capitalista do território* e do mesmo F. Indovina o trabalho denominado *Capital e Território*.

Na análise de Claude Raffestin (1993), território é definido a partir de um sistema composto por tessitura, nós e redes e a partir desse sistema o autor desenvolve alguns conceitos e diferencia espaço de território:

Espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.143)

O autor salienta que a produção do território não é apenas uma condição do poder do Estado:

Do estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implementações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações [...] o mesmo acontece com o indivíduo que constrói uma casa [...] em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados. Somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios”. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos como códigos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p.152-153)

Nesse sentido, na obra de Raffestin prevalece o caráter político do território, uma vez que esse é um espaço que projeta o trabalho, mas não de qualquer tipo, um trabalho que está marcado por relações de poder. Segundo ele “[...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder.” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Ainda segundo Raffestin (1993), o território é produto dos atores sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes. São esses atores que produzem o território, composto por malhas, nós e redes, partindo da realidade inicial dada que é o espaço, passando a implantação de novos recortes e ligações. Dessa maneira, para o autor, a malha, também denominada tessitura é

[...] a projeção de um sistema de limites ou fronteiras, mais ou menos funcionalizadas [...]. A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há poderes que podem intervir em todas as escalas e

aqueelas que estão limitadas às escalas dadas. Finalmente, a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes. (RAFFESTIN, 1993, p.154)

Pode-se considerar assim que a malha é a base, ou o substrato do território, é o que há de mais concreto e enraizado. Os limites da malha são definidos pela ação dos nós ou dos pontos, os quais estabelecem redes ou fluxos, reforçando os limites ou as fronteiras dessa malha e dando dinamicidade ao território. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A ideia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação.

Para a compreensão das transformações territoriais, entende-se que o conceito de territorialidade adquire grande importância em função deste assumir

[...] um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas [...] todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. (RAFFESTIN, 1993, p.158-159)

Raffestin (1993) observa que a noção de territorialidade veio dos naturalistas, que sempre abordaram a territorialidade animal e não a humana. Embora tenha sido examinada há mais ou menos três séculos, a noção de territorialidade só foi explicitada em 1920, por Howard (apud RAFFESTIN, 1993) que a definiu como: a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie.

Segundo o autor, os limites e fronteiras são conhecidos a partir do instante em que o homem encontra-se sobre a superfície terrestre, portanto desde os primórdios este vem definindo limites e fronteiras, de maneira tal a reconhecer sua territorialidade e a partir disto defendê-la.

É nas últimas décadas que em junção com os ideais capitalistas, as fronteiras são definidas de maneira mais apropriada, quando o globo terrestre se

torna todo mapeado e conhecido pelo homem, a linearização de fronteiras se torna possível.

Entretanto, os limites passam a ser definidos de maneira a considerar os fatores biossociais e a historicidade local, ou seja, as relações humanas, a economia, a cultura e a sociedade, que se apresentam de maneira homogênea e interligada, possibilitando a caracterização do território. As definições acontecem baseadas no modo de produção, método de produção e a divisão internacional do trabalho, que se apresentam naquele espaço temporal; estes limites, por estarem superpostos ao fator histórico, estão em constantes mudanças. Quando do surgimento de novas relações econômicas e sociais entre regiões, os limites passam a ser ultrapassados e tornam-se desatualizados, necessitando de novas definições e modificações.

Existem de forma classificatória dois meios de se definir o limite. Ao se analisar os limites de propriedade é possível observar as delimitações impostas através de mapas, cartas topográficas e embasados na legislação e propriedade; estes utilizam para sua definição fatores históricos, sociais e naturais, ou seja, utilizam-se de elementos naturais, como rios e cortes de relevo, para delimitação.

Os limites funcionais são aqueles dos quais o território se apresenta de maneira dinâmica, em constante diálogo com o homem, a economia e os métodos de produção. A relação território-homem, em constante mutação, se sobrepõe aos limites de propriedade por inúmeras vezes, apresentando novas propostas de configuração territorial. Desta maneira torna-se inviável utilizar elementos naturais para quadriculação do território, pois estes quando utilizados estão embasados em fatores históricos “[...] o limite é, portanto, uma classe geral, um conjunto onde a fronteira é um subconjunto.” (RAFFESTIN, 1993, p.176)

Saquet (2007) defende alguns ideais de Raffestin no que diz respeito a uma abordagem múltipla do conceito, com simultaneidade entre os territórios, uma vez que nesse lugar se manifestam múltiplas atividades, identidades e territorialidades no âmbito que ele denomina ‘E-P-C-H’ (economia-política-cultura-história). Desta forma, o autor propõe quatro abordagens relacionadas ao território,

a) o território do cotidiano: mencionando Henri Lefebvre, afirma que corresponde ao território de todos os dias, no qual se garante a satisfação das necessidades [...] b) o território das trocas: há uma articulação entre o regional, o nacional e o internacional; [...] c) o território de referência: é, ao mesmo tempo, material e imaterial; é histórico e imaginário, subjetivo (memória individual e/ou coletiva) [...] d) o território sagrado: está ligado à religião e à política. Exemplos: Jerusalém e Roma são territórios sagrados; [...] Nas festas e cerimônias também se efetivam sacralidades, territorialidades. (SAQUET, 2007, p.150)

Sobre essa abordagem, Raffestin considera que os territórios podem ser simultâneos e superpostos em uma mesma zona: E-P-C-H, onde há múltiplas atividades, identidades e territorialidades. (SAQUET, 2007)

Souza (1995, p.78) considera território como um “[...] espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.”, sendo não apenas associado ao poder do Estado, mas também à cultura por meio dos membros da coletividade que também não deixam de exercer poder. Assim, o território é uma complexa rede de relações socioespaciais.

Deste modo, os territórios

[...] são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 1995, p.81)

Souza (1995) concorda com Raffestin ao considerar que o espaço é anterior ao território, mas o critica no sentido de que o conceito não engloba apenas o espaço econômico afirmando que “[...] é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém.” (SOUZA, 1995, p.96).

Outro ponto discutível na obra de Raffestin segundo as ideias de Souza (1995, p.97) é que ele “[...] praticamente reduz espaço ao espaço natural, enquanto que território de fato torna-se, automaticamente, quase que sinônimo de espaço social”.

Para Haesbaert o termo território pode estar relacionado a dois sentidos, tanto ao abstrato como ao concreto. Assim, a conceituação territorial

[...] pode designar desde um espaço social qualquer, como predomina no senso comum e entre alguns geógrafos, até um espaço marcado e defendido por determinadas espécies animais, seu espaço de sobrevivência, como é definido pela etologia. Pode ter tanto um sentido totalmente abstrato, como o ‘território da filosofia’, quanto muito concreto, o ‘território dos Estados-nações’. (HAESBAERT, 1997, p.32)

Segundo o mesmo autor, o território é tido tanto como um instrumento de dominação através do poder político, como pode ser marcado pela identidade cultural de quem o habita.

Essa distinção entre território como instrumento do poder político (quase sempre de caráter estatal, ligado à questão da cidadania) e território como espaço de identidade cultural, instrumento de um grupo cultural e/ou religioso, é fundamental no mundo contemporâneo, dentro do debate entre universalistas (defensores de uma ‘cidadania-mundo’, calcada ou não na territorialidade-padrão dos Estados-nações) e multiculturalistas (defensores do respeito às especificidades culturais, que pode incluir as diferentes concepções de territorialidade moldadas no interior de cada cultura). (HAESBAERT, 1997, p.37)

Essa característica se enquadra ao processo registrado por Raffestin. Segundo Haesbaert (1997), dentre os geógrafos que mais se dedicaram à discussão e conceituação de território está Raffestin, o qual elaborou o processo de T-D-R: territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Para Raffestin a definição da territorialidade humana e as ligações desenvolvidas com o território englobam um conjunto de relações de modo coletivo, através da manifestação de diferenças e valores de cada indivíduo.

Saquet (2007) defende que o território não é apenas produto de centralidade e autoridades, e sim algo que envolve complexidade e unidade, ou seja, as interações no e com o lugar, sendo elas objetivas ou subjetivas. O território significa

[...] natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e

controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. (SAQUET, 2007, p.24)

Para o autor há interações *no* e *do* processo de territorialização, os quais envolvem e são envolvidos por processos sociais, momentos e lugares semelhantes e diferentes e assim o resultado de “[...] cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona fenômenos e processos territoriais.” (SAQUET, 2007, p.24)

Com o diálogo entre as ideias defendidas pelos autores estudados percebe-se que há diversos caminhos e propostas, os quais podem ou não estar interligados. Em um ponto esses conceitos se encontram: na contribuição para o crescimento do conhecimento geográfico, sendo considerados de suma importância para a construção da ciência.

No caso deste estudo temos os caiçaras da comunidade Enseada da Baleia como um grupo que pertence a um território localizado ao sul da Ilha do Cardoso, sendo este considerado tanto a porção de terra, como a de água, uma vez que parte do cotidiano dos moradores está vinculada a atividade pesqueira. Mourão descreve a ligação dos caiçaras com as águas no seguinte trecho:

O mar tenebroso, esse desconhecido que o pescador domina com a ajuda de Deus e de seus santos favoritos, determina a emergência de uma forma de respeito, reforçada pelo conhecimento das ‘pedras marcadas’, ou pontos de pesca, o qual é transmitido de pai para filho e que não se revela a ninguém. (MOURÃO, 2003, p. 24)

Nesse contexto, a relação da identidade com o território se constitui ao longo do tempo e possui como um dos elementos principais o sentido de pertencimento, do indivíduo ou do grupo, com o espaço de vivência.

O território focado neste trabalho é denominado Parque Estadual, um dos segmentos de uma Unidade de Conservação, sobre o qual trataremos no próximo item.

1.2. Unidades de Conservação

As Unidades de Conservação – UC, são territórios destinados a proteção, por lei, do ecossistema local. A comunidade Enseada da Baleia está localizada em uma UC de categoria denominada Parque Estadual. Assim faz-se a necessidade de discorrer sobre áreas protegidas.

A preocupação referente à necessidade de conservar e preservar recursos naturais através da criação de áreas protegidas, que no Brasil são conhecidas como Unidades de Conservação, surgiu a partir do século XIX. O aumento do desenvolvimento urbano industrial, que acarretou em uma significativa diminuição dos recursos naturais do planeta, despertou para a importância de proteção dos ecossistemas naturais que estavam sendo degradados pelo homem, o qual via a natureza como uma inesgotável fonte de recursos.

A implantação inicial dessas áreas aconteceu nos Estados Unidos, onde em 1872 foi criado o Parque Nacional de Yellowstone, com o intuito voltado à preservação da beleza cênica e natural, servindo como área de recreação para a população urbana (ADAMS, 2000).

Cabe lembrar que muitas vezes os conceitos de preservação e conservação são utilizados como sinônimos, mas na realidade possuem significados diferentes. A preservação relaciona-se com propostas de não intervenção humana na natureza, ou seja, preservar como ela é, intocada pelo homem e se este objetivo maior não for de todo possível, reduzir a parte tocada por ele. A corrente preservacionista entende que a Unidade de Conservação deve ser voltada única e exclusivamente para a contemplação, ela “pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano.” (DIEGUES, 1998, p.30)

A conservação refere-se ao uso racional dos recursos naturais. Este conceito implica a interferência do homem para assegurar a manutenção das espécies ou dos ecossistemas. Deve ser baseada em três princípios: “[...] o uso dos

recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos." (DIEGUES, 1998, p.29) Essas ideias deram origem ao que hoje chamamos de desenvolvimento sustentável, denominado também como sustentabilidade.

A prática de uma atividade sustentável significa que ela pode ser continuada ou repetida no futuro. Deste modo,

[...] a preocupação surge porque grande parte das atividades humanas são nitidamente insustentáveis. A sustentabilidade tem se tornado, assim, um dos conceitos centrais – talvez o central – entre as grandes preocupações sobre o destino da Terra e das comunidades ecológicas que a ocupam. (TOWNSEND et al., 2006, p.442)

Assim, o conceito de sustentabilidade visa a garantia da conservação dos recursos naturais com a finalidade de que as gerações futuras possam usufruir-los.

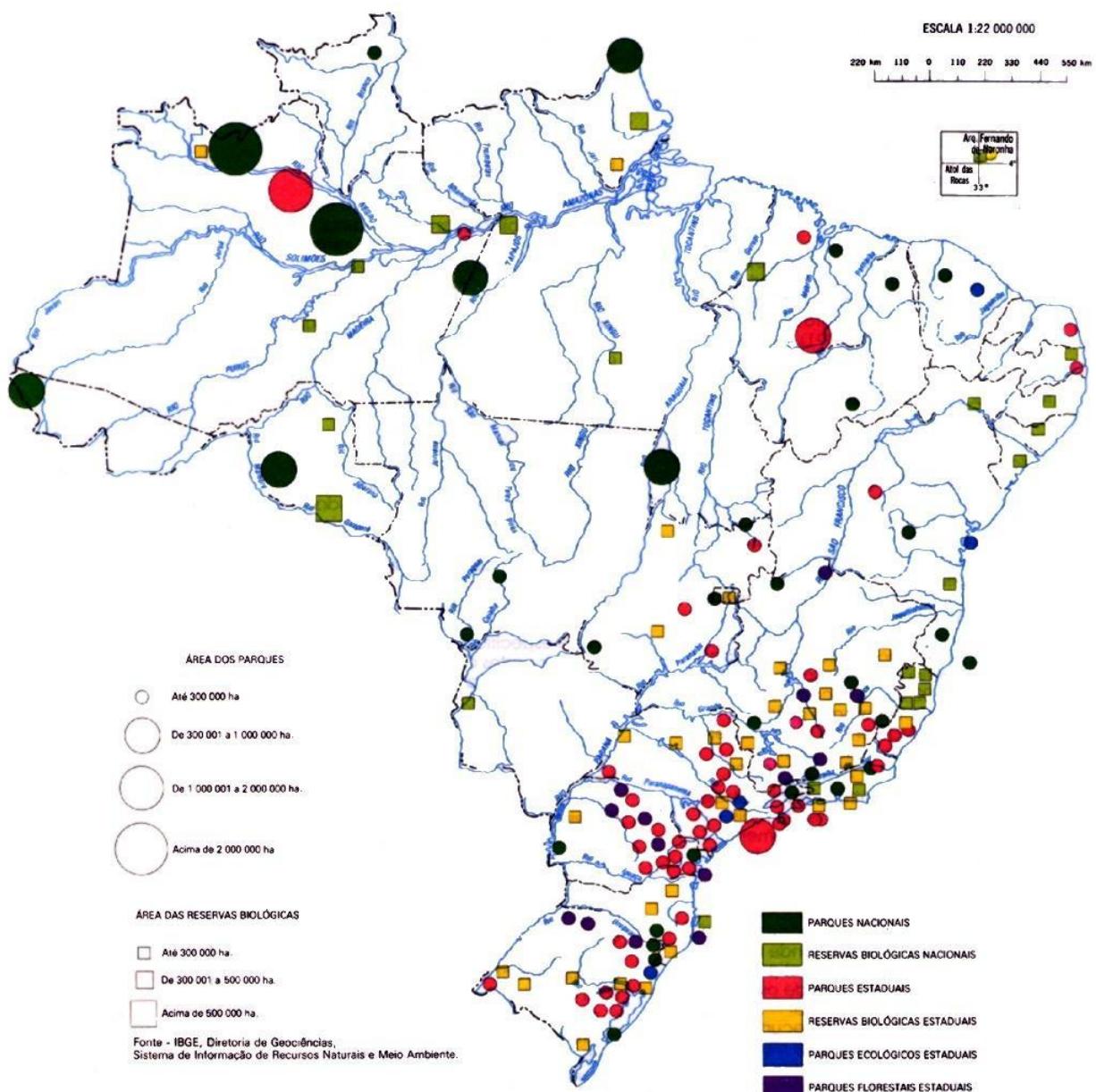
Países desenvolvidos, como os Estados Unidos, normalmente escolhiam para a preservação áreas desabitadas, ou porque nunca abrigaram pessoas, ou pela remoção das populações nativas indígenas pela colonização. Adams (2000) aponta que por este motivo, o conceito de Unidade de Conservação permaneceu associado às áreas desabitadas e intocáveis.

As áreas de proteção criadas nos países em desenvolvimento, na sua grande maioria, seguiram o modelo norte-americano, embora estes países apresentem realidades distintas, uma vez que possuem graves problemas de distribuição de terra, pobreza e fome. Segundo Diegues muitas foram criadas em

[...] áreas habitadas por populações tradicionais, normalmente analfabetas e com pouco poder político, que se encontravam relativamente isoladas vivendo em áreas até então consideradas marginais ao desenvolvimento econômico (mangues, restingas, florestas tropicais) e sem título de propriedade de suas terras. (2005a, p.9)

No Brasil, o primeiro Parque Nacional criado foi o de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro, em 1937, com o objetivo de incentivar a pesquisa científica e proporcionar lazer aos visitantes.

Passados 69 anos, o número de áreas protegidas distribuídas pelo território brasileiro, aumentou significativamente. A figura 1, elaborada pelo IBGE no ano de 2006, mostra a localização e extensão dessas áreas, tais como parques nacionais e estaduais, reservas biológicas nacionais e estaduais, parques ecológicos estaduais e parques florestais estaduais.



Fonte: IBGE¹, 2006.

Figura 1. Localização das Unidades de Conservação no território brasileiro.

¹ Disponível em: <http://mapas.ibge.gov.br/tematicos/unidades-de-conservacao>.

Percebe-se que a quantidade de áreas protegidas é pequena perto da riqueza e biodiversidade que o Brasil possui. As Unidades de Conservação estão concentradas nas regiões sudeste e sul do país, sendo que no norte há áreas que apresentam maiores extensões, mas em número quantitativo reduzido.

Na área de estudo, divisa entre os Estados de São Paulo e do Paraná, localiza-se a maior área protegida, em extensão, denominada como Parques Estaduais.

De acordo com estudos de Oliveira (2009) as Unidades de Conservação Federais somam 51 áreas protegidas.

As Unidades de Conservação são espaços definidos por leis. A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Art. 2º, inciso I, as definem como

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Elas se dividem em dois grupos²: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O primeiro permite apenas o uso indireto³ dos recursos e é composto pelas seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional/Estadual/Municipal, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre, enquanto que o segundo permite o uso direto⁴ dos recursos, e são distribuídas em Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Focando os estudos nos Parques, objeto do trabalho, esses permitem o uso direto e indireto, podendo ser nacionais, estaduais ou municipais.

² Conforme a LEI nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Art. 7º.

³ A LEI nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Art. 2º, inciso IX, define o uso indireto como aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais.

⁴ A LEI nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Art. 2º, inciso X, define o uso direto como aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais.

De acordo com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, os Parques Estaduais seguem as mesmas normas que os Parques Nacionais.

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (Art. 11)

Segundo a mesma lei, parágrafo 4º, essa categoria de UC quando criada pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal. (Art. 11, § 4º)

Os Parques Estaduais Paulistas foram regulamentados pelo Decreto Estadual nº 25.341, de 4 de junho de 1986. Nele, são consideradas a delimitação de áreas geográficas destinadas para proteção, selecionando, assim, os espaços dotados de “[...] atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas a condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo”. (Artigo 1º, § 1º).

O processo de criação de áreas naturais protegidas no Estado de São Paulo teve início no final do século XIX com a criação do Parque Estadual Alberto Löfgren em 1896. Levantamentos realizados até 2009 registram no território do Estado de São Paulo 247 áreas naturais protegidas, sem contar as áreas municipais. Elas são divididas em 21 categorias de manejo de âmbito federal, estadual e particular. (Oliveira, 2009).

As unidades de proteção integral do Estado de São Paulo correspondem a pouco mais de 3,52% do território. Dentre elas a categoria Parque Estadual é a mais representativa, com cerca de 750.000 ha de área total protegida, seguida pela estação ecológica, com pouco mais de 120.000 ha. (OLIVEIRA, 2009).

Após uma área tornar-se Unidade de Conservação, a administração deve regularizar as questões fundiárias através da elaboração de um diagnóstico, no qual devem constar os resultados de laudos técnicos, processos administrativos,

judiciais e vistoria de campo. Assim, o Instituto Florestal, o Instituto de Terras e a Procuradoria Geral do Estado viabilizarão o processo de interesse público em ações de desapropriações e indenizações aos moradores (SÃO PAULO, 2001b). O objetivo final é que essas áreas sejam totalmente desabitadas por populações humanas, realocando-os para áreas não protegidas legalmente.

Toda Unidade de Conservação deve dispor de um Plano de Manejo, um documento técnico que define os objetivos gerais, estabelece o zoneamento⁵ e normas para o uso da área e o manejo dos recursos naturais, incluindo implantação de infraestrutura física necessária à gestão da unidade. O Decreto Estadual nº 25.341 de 4 de junho de 1986 define Plano de Manejo como

[...] o projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Estadual, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades (Artigo 6º).

Este documento serve como manual para as administrações das UC, pois contém as informações necessárias que direcionam todas as atividades que podem ou não ser praticadas na área, as restrições e as punições, assim como as metas estipuladas para serem cumpridas a curto, médio e longo prazos.

O manejo dessas áreas pode ser mais ou menos restritivo com relação ao uso dos recursos que comportam, seguindo os objetivos estabelecidos em razão de especificidades políticas, econômicas, culturais, de recursos naturais, entre outros (BRITO, 2000).

As Unidades de Conservação podem abrigar comunidades tradicionais dentro de seu território, mas para tanto há regras e normas que devem ser respeitadas pela população. Por esse motivo há registros de muitos casos nos quais as implantações de UC's geraram conflitos.

⁵ Segundo BRITO (2000), é uma técnica de planejamento utilizada para resolução de problemas referentes aos usos de um determinado espaço, tendo como finalidade em uma Unidade de Conservação a divisão de uma área em “zonas” (parcelas), para que os objetivos estabelecidos tenham maiores probabilidades de serem alcançados.

Para atingir os ideais preservacionistas, alguns cientistas e representantes do Estado (profissionais ligados às ciências naturais), defendiam a exclusão do homem do interior das Unidades de Conservação, duvidando que o homem conseguisse utilizar racionalmente os ecossistemas sem comprometer sua estrutura e preservação. Estes consideram que “[...] a natureza selvagem é intocada e intocável e é impensável que uma Unidade de Conservação possa proteger, além da diversidade biológica, a diversidade cultural.” (DIEGUES, 1998, p.126)

A corrente conservacionista, ligada aos profissionais das ciências humanas, acreditava e defendia a ideia de que as populações tradicionais deveriam permanecer no interior das Unidades desempenhando as atividades que até então vinham realizando. Estes estudiosos defendiam os direitos naturais das populações habitantes e usuárias das áreas de preservação e acreditavam que as técnicas tradicionais de manejo do ambiente garantiriam a manutenção do mesmo, seguindo a ideia de que o homem não deve ser excluído da natureza para que a mesma pudesse sobreviver, mas que o homem é também a natureza e precisa aprender a entender o mundo em que vive levando em consideração a relação entre a sua sobrevivência e a sobrevivência equilibrada dos recursos naturais. Neste sentido, os moradores locais deveriam permanecer no interior das Unidades e aprender ou serem ensinados a lidar com os recursos disponíveis de maneira sustentável, sem comprometer a reprodução dos ecossistemas ali existentes.

Na Ilha do Cardoso esse processo não foi diferente, mas com o passar dos anos, os trabalhos e reuniões realizados com a equipe responsável pela elaboração do Plano de Manejo, e os moradores, amenizaram esses conflitos.

O Parque Estadual da Ilha do Cardoso, além de possuir um rico ecossistema, tem grande riqueza cultural registrada em seu território por meio da identidade das populações tradicionais, que através da maneira como vivem, dos costumes e das tradições criam vínculo com o espaço no qual habitam. Quando esse espaço passa a ser protegido por leis e surgem as restrições, os habitantes precisam adequar-se à nova realidade e modificar as atividades cotidianas. Esse processo não é harmônico, por este motivo surgem uma série de divergências e consequentes conflitos.

No próximo item descreveremos o território do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, focando a localização geográfica, os aspectos naturais e os históricos, com o intuito de compreender as relações existentes entre os fatores destacados.

2. O TERRITÓRIO DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO

Nesse item são apresentadas algumas características relativas ao recorte espacial selecionado para a pesquisa: a Ilha do Cardoso, a qual foi transformada em Parque Estadual pelo Decreto nº 40.319⁶, de 03 de julho de 1962, nominando a área de Parque Estadual da Ilha do Cardoso – PEIC, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou seja, áreas que admitem apenas o uso indireto dos recursos naturais.

O PEIC está localizado no extremo sul do litoral do Estado de São Paulo, no município de Cananéia, a 261 km da capital do Estado (figura 2). As coordenadas geográficas de limitações são: ao norte pelo paralelo 25°03'05", de latitude sul; ao sul, pelo paralelo 25°18'18"; a leste pelo meridiano 47°53'48"; e, a oeste pelo meridiano 48°05'42".



Fonte: IBGE, 2010.
Adaptação: ARAKAKI, Kelly Rocha

Figura 2. Localização do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP.

⁶ Decreto em anexo.

Está inserido na região do Vale do Ribeira, separado da Ilha Comprida e da Ilha de Cananéia pelo Canal de Trapandé, localizado entre o Oceano Atlântico e o Canal do Ararapira. Ao sul, é a última ilha do litoral do Estado de São Paulo e faz divisa com o Estado do Paraná.

Possui cerca de 22.500 hectares e é integrante do complexo estuarino-lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá,⁷ conhecido também como LAGAMAR, que se estende por 200 km de litoral desde a Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), em Peruíbe, até o município de Paranaguá, à borda da Baía de Paranaguá, no Estado do Paraná (figura 3).



Fonte: MALDANER, 2009.

Figura 3. Ilustração⁸ da localização da área de estudo, entre os Estados de São Paulo e Paraná.

O acesso à Ilha do Cardoso (percurso entre São Paulo e Cananéia) é realizado pela Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), passando pelo município de Registro, em direção ao município de Paríquera-Açu, seguindo a partir deste ponto pela SP-226 até o município de Cananéia, conforme pode ser observado na figura 4. Uma alternativa é o caminho pela SP-055 até o encontro da BR-116, sendo esta última considerada um caminho mais demorado.

⁷ Área com cerca de 5.800 km² localizado na fronteira de dois Estados. O espaço abrange um conjunto de lagunas, braços de mar, estuário, barras, restingas, mangue, ilha e morros isolados, sendo considerado como um dos maiores criadouros de espécies marinhas do Atlântico Sul. Está entre os cinco estuários, dentre os poucos degradados e os mais produtivos, prioritários para conservação.

⁸ Figura meramente ilustrativa. Não apresenta escala e orientação.



Fonte: Google Maps⁹, 2010.
Adaptação: ARAKAKI, Kelly Rocha

Figura 4. Localização do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e as principais rodovias de acesso.

Entre Cananéia e a Ilha do Cardoso, o acesso é realizado por embarcações. A duração da viagem varia de acordo com o destino e o tipo de embarcação utilizada. O percurso até a Enseada da Baleia tem aproximadamente 60 quilômetros.

No trabalho de campo realizado em 2010¹⁰ a opção foi a lancha voadeira – embarcação de porte pequeno com motor de popa, sendo a duração média do percurso 75 minutos. Já o acesso ao Núcleo Perequê, por exemplo, localizado no norte da ilha, é feito em 15 minutos com a mesma embarcação.

O Parque possui uma Base de Apoio em Cananéia, localizada na Av. Professor Wladimir Besnard, s/nº, no bairro Morro São João (ver figura 5). Do local

⁹ Disponível em: <http://maps.google.com.br>.

¹⁰ Nos trabalhos de 2001 utilizamos embarcação do próprio PEIC. Durante o percurso foram realizadas paradas em outras Comunidades, não sendo possível o registro do tempo de viagem.

saem embarcações do próprio Parque para o Núcleo Perequê, podendo ser utilizadas somente por funcionários, moradores e pesquisadores. Do porto de Cananéia, existem outras opções como as lanchas “voadeiras”, embarcações da DERSA Desenvolvimento Rodoviário S.A.¹¹ e do LAGAMAR, escunas, dentre outros.

Os valores de transporte são calculados em relação ao destino. Por exemplo, o percurso entre Cananéia e a comunidade Enseada da Baleia fica em torno de R\$ 120,00, sendo que este valor sofre variação de acordo com a demanda e determinados períodos do ano como a época de feriados e férias.

O Parque abriga comunidades de moradores tradicionais que possuem laços identitários entre eles e com o território local e os quais se depararam, a partir do dia 03 de julho de 1962 – data da transformação da Ilha em Parque Estadual, com o poder do Estado.

Esses moradores estão distribuídos em sete comunidades: Itacuruçá, Marujá, Vila Rápida¹², Enseada da Baleia, Pontal do Leste, Foles e Cambriú, além de alguns sítios isolados. A localização das comunidades está disposta na figura 5.

As comunidades são consideradas como núcleos rurais do município de Cananéia e segundo o Plano de Manejo (2001), ocupam 5% do território da Ilha, num total de aproximadamente 500 moradores.

Ao longo do PEIC a ocupação humana não é regular, sendo as planícies as áreas mais povoadas. A comunidade do Marujá é a mais expressiva em número de moradores tradicionais e a comunidade de Foles é a menor.

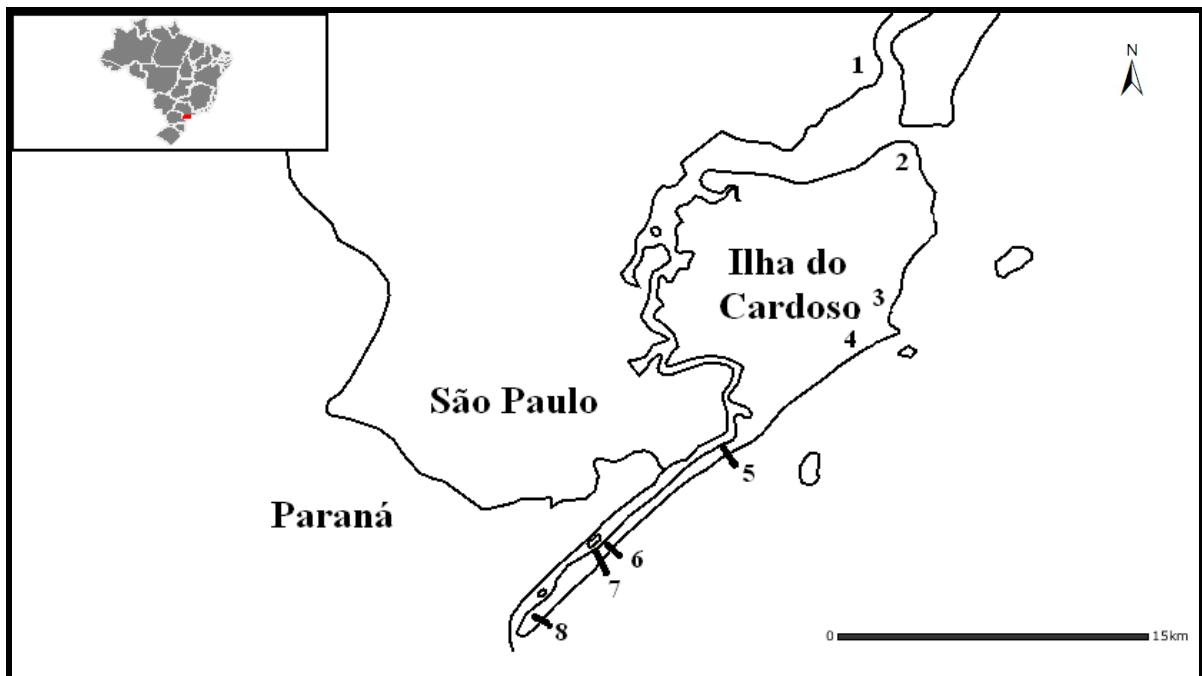
O local que recebe o maior número de turistas e, consequentemente possui a infraestrutura mais adequada para a recepção é o Marujá.

O território do PEIC abriga também uma aldeia de índios guaranis, os M'byas, que se instalaram no parque no final de 1992. As informações sobre os

¹¹ Empresa de economia mista, vinculada à Secretaria dos Transportes do Estado de São Paulo.

¹² Em alguns trabalhos pesquisados esta comunidade aparece erroneamente como integrante da Enseada da Baleia ou como Enseada da Baleia Norte.

indígenas são restritas. O Plano de Manejo (2001) limita-se em localizá-los próximo ao sítio Santa Cruz e informar o número de habitantes: são 77, cujos antepassados migraram do Mato Grosso, do leste do Paraguai e da Argentina.



Fonte: IBGE.
Adaptação: ARAKAKI, Kelly Rocha

Figura 5. Comunidades populacionais e sede administrativa do PEIC. (1) Sede administrativa do PEIC na área urbana do município de Cananéia. (2) Comunidade do Itacuruá. (3) Comunidade do Cambriú. (4) Comunidade do Foles. (5) Comunidade do Marujá. (6) Comunidade da Vila Rápida. (7) Comunidade da Enseada da Baleia. (8) Comunidade do Pontal do Leste.

Quanto à nomeação da ilha não há registro certo sobre sua origem. Durante as entrevistas e as pesquisas houve divergências nos relatos sobre o assunto. Uma das possibilidades é que Cardoso seja referente a um importante fazendeiro agropecuário que habitava a região norte.

2.1. Aspectos Naturais do Território do Parque

A parte norte da Ilha do Cardoso é predominantemente montanhosa até a região central, com altitudes que, segundo o Plano de Manejo (2001), variam entre zero e 840 metros. A partir da área central, o formato estreita-se em direção ao sul, local onde estão as comunidades do Marujá, Vila Rápida, Enseada da Baleia e Pontal do Leste, com relevo de faixa estreita de cordões arenosos, consolidados pela vegetação de restinga, totalizando cerca de 18 km de extensão.

Na porção leste da ilha, banhada pelo Oceano Atlântico, estão localizadas praias, costões rochosos e dunas. Encontram-se as praias do Pereirinha, Itacuruçá, Ipanema, Cambriú, Foles, Laje, Marujá, Enseada da Baleia e Pontal do Leste. Os manguezais formam-se ao longo do Canal do Ararapira, Canal do Ariri e na Baía de Trapandé.

O relevo evolui para planícies da parte central para noroeste e sudoeste, onde dominam os mangues. Ao norte, nordeste e sudeste, há ocorrência de relevo, de grandes altitudes para as planícies litorâneas, nas quais se salientam alguns morros esparsos. Essas planícies são formadas por superfícies quase planas, elevadas de dois a três metros em relação ao nível do mar. Em alguns pontos da orla oceânica, as mesmas rochas das partes mais elevadas da ilha avançam oceano adentro, formando costões íngremes, que se destacam na costa acidentada. Há costões limitando praias de extensões de granito, como a Pedra da Laje, a Ponta do Cambriú, o Morro do Campestre e a Ponta do Itacuruçá (SÃO PAULO, 2001b).

A área de restinga estende-se da praia de Marujá para a extremidade sul da ilha. Pode-se encontrar restos de sambaquis (ver figura 6) nas proximidades do morro do Pereirinha e perto da foz do rio Perequê.

A ilha possui uma grande quantidade de recursos hídricos. Segundo Almeida (1946, p.63) as águas são oriundas de numerosas cachoeiras “[...] que se precipitam do alto da morraria, dando lugar a um elevado número de rios que

deságum em sua maior parte no canal de Ararapira”.

A Ilha do Cardoso apresenta clima do tipo tropical úmido, caracterizado por grande variação de pluviosidade, consequente de condições topográficas, traços geomorfológicos e da penetração de massas polares e passagens frontais. Segundo o Plano de Manejo (2001) a região apresenta alto índice de precipitação, com média anual de aproximadamente 2.300 mm. Durante o período chuvoso (outubro a março), a precipitação atinge 1.500 mm e no período seco (abril a setembro), as precipitações chegam a 850 mm.

O comportamento da temperatura sofre modificações decorrentes das formas do relevo e sua orientação, assim como da orientação das vertentes em face dos ventos e da distribuição das chuvas. O paredão rochoso da Ilha funciona como uma barreira para o avanço das massas de ar vindas do oceano e do sul do continente, com ventos predominantes do quadrante sul, além de direcionar correntes de convecção que condensam, provocando chuvas de caráter orográfico¹³, podendo também causar nevoeiros ocasionais. A vegetação revela maior umidade nas encostas voltadas para o sul e sudeste (SÃO PAULO, 2001b).

Ainda de acordo com o Plano de Manejo do PEIC (2001) as temperaturas anuais variam entre 20 e 22 °C e as amplitudes térmicas anuais são consideradas baixas. As médias térmicas variam entre 20 e 22 °C, embora alguns dias de inverno possam baixar a menos de 10 °C e em outros de verão possam alcançar 37 a 40 °C. Os meses menos quentes, de junho a agosto, são também os menos chuvosos, apresentando médias em torno de 18 °C, enquanto os mais quentes e chuvosos, de dezembro a fevereiro superam a média de 25 °C.

A distribuição da fauna é diversificada ao longo da extensão da ilha. Levantamentos realizados demonstram a existência de mais de 40 espécies de mamíferos, como bugio, mono-carvoeiro, cuíca-d’água, lontra, paca, cotia, veado-mateiro, porco-do-mato, entre outros, sendo que grupos ainda permanecem

¹³ Segundo Silva et al (2002) “Chuva proveniente de nuvens formadas pela elevação de uma massa de ar, ao longo de uma encosta, contendo vapor d’água. Este vapor se condensa à medida que sobe, e eventualmente acaba por se precipitar após atingir o ponto de saturação.”

desconhecidos. Há muitas espécies de morcegos e uma grande variedade de insetos (SÃO PAULO, 1998c).

A região é considerada uma das áreas que apresenta maior concentração de espécies de aves raras ou ameaçadas da região neotropical e grande diversidade de aves limícolas.¹⁴ De acordo com o Plano de Gestão Ambiental (1998) alguns trabalhos realizados desde 1989 resultaram na identificação de 436 espécies de aves, como jaó-do-litoral, papagaio-de-cara-roxa, jacutingas e jacus, caracterizando a ilha como o sítio de maior diversidade de espécies de aves dentro do domínio atlântico brasileiro. Dentre as espécies de aves migratórias são encontradas as de grande distância, como por exemplo, a mariquita-de-perna-clara e o piuí-boreal, que se reproduzem na América do Norte e as de pequena distância como algumas espécies de beija-flores, que migram na Serra do Mar e arapongas, encontradas nas florestas de planície litorânea na primavera e verão e migram para o planalto até o Mato Grosso, no inverno.

O Parque é uma importante área de alimentação para cinco espécies de tartarugas-marinhas que ocorrem no Atlântico Sul e estão ameaçadas de extinção. Nas águas do estuário existe uma das maiores populações conhecidas do boto-cinza do Brasil, os quais foram avistados durante os trabalhos de campo.

Em relação à vegetação local, o Instituto de Botânica de São Paulo identificou 986 espécies em 483 gêneros e 143 famílias, das quais pode-se destacar 118 espécies de orquídeas e 41 de bromélias. São encontradas árvores como ipês, canelas, palmeiras, jequitibá, cedro, arapaçu, maçaranduba, caxeta¹⁵, guaricica, entre muitas outras. Há em grande quantidade a palmeira *Euterpe edulis*, tendo seus frutos como importante alimento para a fauna.

No Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 28 de março de 1998, Noffs & Baptista Noffs (1982 apud SÃO PAULO, 1998c) propõem cinco principais

¹⁴ São na maioria aves praianas, marinhas ou de água doce, que buscam alimentação na areia, lama, ou águas rasas; há espécies migratórias.

¹⁵ Termo também encontrado como *caixeta* ou *cacheta*. É uma espécie nativa da América do Sul, pertencente à família taxonômica das Araliáceas, e pode ser encontrada no Brasil desde a floresta amazônica até as florestas nativas do Rio Grande do Sul (PEREIRA, 2009).

categorias de vegetação na área do PEIC. São elas a vegetação pioneira de dunas, vegetação de mangue, vegetação de restinga, floresta pluvial tropical de planície litorânea e floresta pluvial tropical da Serra do Mar, que proporcionam variedade de ambientes e grande diversidade biológica. Barros *et al.* (1991 apud SÃO PAULO, 1998c) acrescentou a formação arbustiva dos topos e a vegetação secundária.

2.2. Histórico de Ocupação do Território do Parque

Os aspectos históricos são importantes, pois ao contextualizarmos o tempo e o espaço, possibilitam a compreensão do presente e as dinâmicas dos dias atuais.

Os primeiros ocupantes da região foram os chamados "homens dos sambaquis",¹⁶ conhecidos também como grupos coletor-pescadores, isso comprovado devido as evidências encontradas no local – os inúmeros sítios de sambaquis, que segundo estudiosos ultrapassam 60¹⁷. Esses locais podem ser classificados como sítios conchíferos (de coleta de moluscos).

Estudos relatam que esses moradores provavelmente eram nômades ou seminômades, sendo que o ciclo de ocupação e abandono da área de um sambaqui pode ter se repetido várias vezes, originando verdadeiras colinas que se destacam na paisagem como enormes acúmulos de conchas. A cena pode ser observada no conjunto de imagens da figura 6.

De acordo com os estudos de Demartini (2006), as datações dos sambaquis mostram que esses habitantes estiveram na ilha entre 1.500 e 5.000 anos atrás,

¹⁶ Esses sambaquis são testemunhos da presença humana; numerosos em toda faixa litorânea, especialmente em torno da Ilha de Cananéia, Ilha Comprida e na Ilha do Cardoso.

¹⁷ Segundo levantamentos de Garcia & Uchoa e Bonetti (apud DEMARTINI, 2006).

Esses sambaquis acham-se distribuídos em pelo menos duas áreas, que correspondem a dois momentos cronológicos. Uma concentração destes sítios pode ser vista ao longo da costa atual e corresponde a ocupação mais recente; outra situa-se a mais ou menos 30 km da linha do mar e refere-se a uma ocupação que margeava a antiga zona lagunar (DEMARTINI, 2006, p.13).



Fotos: ARAKAKI, Kelly Rocha e ARAKAKI, Paloma Rocha, 2010.

Figura 6. Sambaquis. Os sambaquis são avistados no percurso de barco realizado no Canal do Ararapira durante o caminho até a comunidade Enseada da Baleia. As imagens (a, b, c) focam o mesmo ponto e são distintas pela distância.

O início do povoamento das terras brasileiras ocorreu através das zonas litorâneas. A Ilha do Cardoso foi o local das primeiras investidas dos colonizadores portugueses que, no século XVI, tinham a missão de demarcar as fronteiras estabelecidas no Tratado de Tordesilhas e estabelecer núcleos de povoamento. Em 1531, Martim Afonso de Souza tendo aportado na Ilha do Bom Abrigo (no litoral sul do Estado de São Paulo), avistou o promontório¹⁸ de Itacuruçá, na Ilha do Cardoso, onde foi colocado um marco de pedra com as quinas de Portugal, sendo posteriormente transferido para o Museu Nacional do Rio de Janeiro. No mesmo local pode ser visualizada uma réplica deste marco, como observamos na figura 7. Uma das metas de atividades, segundo o Plano de Manejo é “*providenciar o retorno do Marco Histórico, após estabelecimento dos projetos de pesquisas e gestão integral dos bens culturais*” (2001, p.119).



Fonte: www.ambiente.sp.gov.br/destaque/ilha_cardoso.htm.

Figura 7. Réplica do marco histórico. O marco original está no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Segundo Demartini (2006), a ilha era habitada por grupos de horticultores representados por integrantes da família linguística tupi-guarani, à época em que

¹⁸ Segundo o Glossário Geológico Ilustrado (2010) é um Cabo ou ponta de continente com topografia rochosa e elevada, muitas vezes alcantilado ou com falésia e com estreitamento junto ao continente, que adentra o mar.

uma expedição realizada em 1508 abandonou sete castelhanos nas praias da Ilha do Cardoso. Em 1531 esses foram acolhidos por Martim Afonso, formando o primeiro núcleo de povoação civilizada na costa paulista (ALMEIDA, 1946).

A partir de 1530 os colonizadores portugueses passam a cumprir a missão de demarcar as fronteiras estabelecidas no Tratado de Tordesilhas,

[...] com as capitâncias hereditárias começa a aparecer a documentação oficial da colonização portuguesa, sendo que a ocupação européia está ligada à instalação das primeiras feitorias tendo a Ilha do Cardoso como palco das primeiras investidas dos colonizadores portugueses [...] (DEMARTINI, 2006, p.14).

Na ilha pode-se encontrar algumas ruínas de construções de residências e engenhos do período colonial, sedes de antigas fazendas, construídas com pedras e assentadas com argamassa constituída basicamente da moagem de conchas de sambaqui misturadas com óleo de baleia.

Durante os séculos XVII e XVIII a ilha prosperou. Há registros de vários ciclos¹⁹ desse período, como da mineração, da cultura do arroz e da construção naval,

Durante o ciclo da mineração, os colonos desenvolveram a pequena agricultura de subsistência, baseada na mão-de-obra familiar. No último quarto do século XVII incrementou-se uma atividade que já existira antes esporadicamente: a construção de barcos, especialmente em Cananéia. Com o deslocamento das minerações para as Minas Gerais, devido ao relativo esgotamento das reservas auríferas, levando à decadência as atividades mineradoras no fim do século XVIII, a agricultura foi revigorada, sobretudo com o cultivo do arroz, tendo o porto de Cananéia como um importante centro comercial na exportação de farinha, arroz e erva-mate (DEMARTINI, 2006, p.14).

Diegues (2005b) relata que a Ilha do Cardoso foi palco de vigorosa colonização com mão-de-obra escrava e o declínio da exploração humana contribuiu para o modo de vida caiçara.

¹⁹ Ciclo: denominação utilizada pelos autores consultados, referindo-se à atividade econômica predominante no período.

Entre os séculos XIX e XX existiam mais pessoas habitando a Ilha do Cardoso do que a cidade de Cananéia, devido à grande quantidade de peixes, água potável, solo fértil e a rica fauna e flora.

De acordo com pesquisas realizadas por Almeida (1946) a Ilha do Cardoso era considerada uma das melhores áreas do município,

[...] onde se erguiam as mais prósperas fazendas com seus engenhos de pilar arroz, fábricas de aguardente, olarias e até mesmo um estaleiro de construção naval situado à entrada do canal, defronte do lugar ainda hoje conhecido por Japajá.

Assim, uma das características da economia familiar desses descendentes de portugueses, índios e negros, denominados “caiçaras”, foi sua adaptação aos diferentes ciclos econômicos:

Na área de Cananéia, a história nos deixa claro que a região passou, também, por vários ciclos, quer lançando o homem na terra, quer dela o tirando. A passagem para a agricultura, nesta região, não nos parece que tenha correspondido, mesmo no passado, a um objetivo de vida. Recorre-se à agricultura ante do desaparecimento do ouro. Abandona-se a agricultura quando os estaleiros necessitam de madeira. Volta-se à agricultura quando a construção naval aparece. Outros emigram. Abandona-se a agricultura quando o peixe, o palmito e, mais tarde, a caxeta, passam a ter mercado. Com a proibição do corte do palmito e da caxeta, uma parte da população afeita a essa atividade, como parte dos que dependiam da coleta de ostra de mangue, que está desaparecendo, ou tenta a sorte em outras regiões ou, em menor número, tenta voltar às pequenas roças quando ainda detém a sua posse [...] (MOURÃO, 2003, p.131).

A população sobrevivia desenvolvendo atividades de acordo com a produção da época. Um exemplo dado por Mourão (2003, p. 49) é o desenvolvimento da construção naval, período que desencadeou a procura por grandes quantidades de madeira, levando os moradores a abandonar, provisoriamente, as atividades agrícolas para dedicar-se ao desmatamento. Deste modo, esses ciclos contribuíram para situações de marginalidade, dependendo da intensidade da produção do momento.

No início dos anos de 1900, a população da região do Vale do Ribeira, segundo Petrone (1966), era relativamente homogênea, formada basicamente por

luso-brasileiros, apresentando focos de colonização germânica na área de Cananéia e japonesa em Iguape e Registro.

Ainda de acordo com Petrone (1966), a região passava por um período de atraso econômico, devido a fatores de mercado e a falta de transporte, que acabaram por isolar a região. Como já foi relatado, a produção passou por altos e baixos, desde a produção de ouro²⁰, arroz²¹ e banana²².

A orla litorânea apresenta condições precárias de agricultura devido, entre outros fatores, a acidez do solo, existência de pragas como formigas e animais nativos como catetos que destroem as culturas. “Trata-se de uma agricultura de mera subsistência realizada em piores condições do que na área de retroterra.” (MOURÃO, 2003, p.48).

Almeida (1946) relata que a agricultura na Ilha do Cardoso, apesar de apresentar terras férteis, era prejudicada por pragas, sendo três consideradas como um “verdadeiro desastre para a lavoura”. São elas: o porco-do-mato, conhecidos também como queixadas, a capivara e as maitacas.

Junte-se a essas três pragas o aparecimento em certas épocas da pomba-de-bando e do terrível pixoxó, que causam os maiores estragos nos arrozais e ter-se-á o motivo pelo qual o habitante da Ilha do Cardoso, apesar da excelência das terras, geralmente se entrega à caça e pesca, mantendo apenas como lavoura imprescindível, uma pequena roça de mandioca, para assegurar-se da farinha, que é o pão do pobre. (ALMEIDA, 1946, p.70).

Em 1910, quando barcos oriundos de Santos passaram a entrar no porto de Cananéia e propor a compra do pescado, há o início da mudança de atividade econômica praticada pelos habitantes locais, “assistimos à passagem de contingentes humanos, que até então só se dedicavam à lavoura, para a pesca de mera subsistência, que apenas lhes permitia a sobrevivência mínima vital.” (MOURÃO, 2003, p.44).

²⁰ O eixo de atividade foi transferido para Minas Gerais.

²¹ Passou a ser produzido próximo ao mercado consumidor; esses produtores ofereciam os grãos com melhores preços, além de possuírem técnicas mais avançadas, pois de acordo com Mourão (2003), em Cananéia ainda utilizava-se o método de cortar espigas do arroz com canivete.

²² Dentre os autores consultados não há maiores especificações.

Desta maneira, a pesca passa a atrair famílias rurais para a zona urbana atraídas pela maior facilidade de obtenção de dinheiro logo após a pescaria ao invés de esperar a colheita. Segundo Mourão (2003, p.51) a atividade passa a dinamizar o comércio em Cananéia, “[...] começam a aparecer bares pela cidade e o dinheiro em espécie passa a ter maior circulação. Na cidade, continua-se a viver do comércio, da prestação de serviços e do porto.”.

O Plano de Manejo (2001) registra que nas áreas de florestas naturais, eram extraídos palmitos para fábricas de conserva; caxeta, para a indústria de lápis; madeira de lei para fabricação de canoas, vendidas aos pescadores e para confecção de utensílios domésticos como gamelas²³, pilões, móveis rústicos, coxos para alimentação do gado, etc. Com a proibição da extração da caxeta e do palmito, a população que tinha essas atividades como meio de sobrevivência e que não pôde se manter somente com a agricultura, mudou-se para a área urbana do município de Cananéia. Houve casos de lavradores que permaneceram realizando atividades ilegais, pela maior facilidade de rendimentos.

Para Mourão (2003), a importância da pesca em Cananéia se destaca a partir do momento em que as atividades de coleta de palmito e caxeta passam a ser proibidas, associado ao declínio da captura da ostra do mangue e da agricultura tradicional, por volta de 1968, ocasionando um novo êxodo rural.

A par da agricultura de subsistência caracterizada por grande mobilidade, o caíçara lança mão de atividades extrativistas, possibilitadas pela flora local (sobretudo palmito e caxeta) pela fauna (como a “cata” da ostra), atividades de típica extração predatória, que lembram a herança indígena em nosso litoral. Paralelamente, recorre à pesca [...] (MOURÃO, 2003, p.48-49).

A atividade pesqueira foi gradativamente introduzida junto aos pequenos agricultores. Em geral, até as primeiras décadas do século passado, a pesca era realizada em pequena produção com o objetivo principal de meio de subsistência, sendo que em algumas comunidades o pescado passou à condição de mercadoria para a sobrevivência. Uma exceção era a tainha:

²³ Bacia de madeira utilizada para preparar e cozinhar alimentos.

[...] no tempo frio, durante um período de um mês e meio, parte da população local capturava esse peixe utilizando cercos de pesca feitos de taquara e redes. A tainha, depois de escalada e seca, era guardada como reserva alimentar e o excedente era trocado nos armazéns da cidade, juntamente com o resultado da colheita (MOURÃO, 2003, p.50).

A partir de 1956, com a construção da BR-116 – Régis Bittencourt, que liga São Paulo a Curitiba, os conflitos de terra na região agravaram-se. A instalação da rodovia teve como consequência o processo de urbanização do Vale do Ribeira e da especulação imobiliária, principalmente na busca por áreas de lazer e a prática do turismo.

A especulação imobiliária passa a exercer pressão sobre as terras das comunidades caiçaras, que foram vendidas a preços abaixo do mercado. Em outros casos, onde há resistência, houve a contratação de jagunços para realizar a expulsão dos moradores. Deste modo foram criadas áreas de loteamentos das terras e construção de pousadas.

Mourão (2003) descreve em sua tese a situação das terras em decorrência da abertura da BR-116 na década de 1960:

[...] assistimos à concentração de terra em número mais reduzido de propriedades que permanecem abandonadas, aguardando valorização. Esse fato, aliado a circunstâncias de que boa parte das propriedades rural não está devidamente escriturada e legalizada, vem dificultando o desenvolvimento da agricultura (MOURÃO, 2003, p.47).

Ainda segundo o referido autor, a BR-116 contribuiu para o desenvolvimento da pesca artesanal motorizada, pois a rodovia possibilitou o escoamento da produção do pescado. Os preços locais eram baixos, e com a rodovia surgiu a oportunidade de acesso a melhores preços pagos no Mercado Municipal de São Paulo.

Na mesma década os ambientes planos da Ilha do Cardoso encontravam-se divididos em loteamentos, como, por exemplo, o caso da praia do Pereirinha e da praia do Meio (Balneários Parque Marujá e Lindomar), desativados após a criação do Parque, pelo Decreto nº 40.319, de 03 de julho de 1962, transformando a Ilha do

Cardoso em Parque Estadual. Até hoje esses aglomerados são os mais povoados da Ilha e onde há a maior quantidade de processos jurídicos em relação à propriedade de terras.

2.3. O Parque Estadual da Ilha do Cardoso

O PEIC foi criado pelo Decreto Estadual nº 40.319, de 03 de julho de 1962, com o intuito de proteger os atributos naturais da Ilha. É administrado pelo Instituto Florestal, que tem como objetivo a pesquisa, a conservação e a produção científica visando contribuir com a ampliação dos conhecimentos sobre a área.

Em 1973 foi instalado o CEPARNIC - Centro de Pesquisas Aplicadas em Recursos Naturais da Ilha do Cardoso, que tinha como objetivo o incentivo e a execução de pesquisas científicas, trabalhos de educação ambiental e a realização de cursos especializados.

A infraestrutura, instalada no norte da ilha, contemplava um prédio de administração, um prédio integrado (laboratórios, biblioteca e auditório), um laboratório para aquário, um laboratório técnico-marinho, tanques para cultivo, seis casas para técnicos, seis casas para auxiliares, alojamentos com refeitório, casa de gerador, garagem para barco, rede de água e esgoto, rede elétrica, incluindo usina hidrelétrica e barragem e na cidade de Cananéia uma base de apoio com escritórios, oficinas e alojamentos (SÃO PAULO, 2001b).

No ano de 1992, o Parque foi reconhecido pela UNESCO como zona núcleo da Reserva da Biosfera²⁴ da Mata Atlântica, colocando-a como um patrimônio da humanidade de importância internacional.

O CEPARNIC foi extinto em 1998, por problemas administrativos e políticos. A infraestrutura está sendo utilizada para o desenvolvimento de atividades de visitação pública e educação ambiental. Hoje o local é denominado Núcleo Perequê do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, localizado próximo a praia do Itacuruçá.

Em relação aos moradores tradicionais, durante este período, muitas famílias de pescadores caiçaras que não conseguiram manter suas roças e outras atividades de subsistência e foram morar em Cananéia, Iguape ou em São Paulo, “abandonando” temporariamente seus lugares de origem (SÃO PAULO, 1998c).

Alguns resistiram. Com as restrições impostas às práticas agrícolas e pesqueiras pela legislação ambiental e com a crescente demanda do turismo, as comunidades conhecidas por Marujá e Enseada da Baleia passaram a ser um cenário de ocupação e de turismo desordenados, uma vez que não existia o Plano de Manejo para regulamentar e controlar a atividade.

Para organizar e orientar a administração das Unidades de Conservação foram elaborados os Planos de Manejo. A Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, define Plano de Manejo como,

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias a gestão da unidade. (Art. 2º, XVII)

²⁴ As reservas da biosfera fazem parte do programa *Man and Biosfere* (MaB), iniciado na passagem da década de 1960 para a de 1970. Essas áreas protegidas devem cumprir funções de conservação, de desenvolvimento sustentável e de logística, como apoio à pesquisa, comunicação e educação ambiental.

O Plano de Gestão Ambiental do PEIC²⁵ foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 28 de março de 1998. O documento foi estruturado de modo participativo. Assim, foram realizadas diversas oficinas entre as comunidades da região e entidades governamentais e não governamentais que atuam no PEIC. Nas reuniões mensais as informações técnico-científicas eram discutidas e posteriormente sistematizadas.

Na elaboração deste plano houve participação do Comitê de Apoio à Gestão do PEIC, formado por representações locais de órgãos públicos (IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, Instituto de Pesca, Prefeitura Municipal de Cananéia, Câmara Municipal de Cananéia), de Organizações não Governamentais (Pastoral, vinculadas à igreja católica, Colônia dos Pescadores, Fundação SOS Mata Atlântica e pela ONG GAIA Ambiental), membros de universidades e por representantes das comunidades existentes no interior da UC (Marujá, Enseada da Baleia, Vila Rápida, Pontal de Leste, Cambriú, Foles e Itacuruçá).

A partir de então foi possível iniciar um processo de acompanhamento, controle e regulamentação da biodiversidade local e das atividades desenvolvidas pelas comunidades tradicionais, principalmente daquelas relacionadas ao uso de recursos naturais e turismo, até que as comunidades tradicionais sejam reassentadas. Enquanto isso não ocorre, foram estabelecidas normas para a compatibilização da conservação dos recursos naturais com a subsistência e manutenção dos modos de vida.

A presença de moradores tradicionais no interior de uma UC de proteção integral não é permitida. Porém, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), através da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no artigo 42, define que as populações residentes em tais espaços devem ser reassentadas e até que isso ocorra deverão ser estabelecidas normas que compatibilizem os objetivos das Unidades de Conservação com os modos de vida. Assim, esses moradores podem contribuir com os seus conhecimentos e participar da elaboração dos Planos

²⁵ De acordo com instruções da Resolução SMA nº 28, de 27/03/1998 (SÃO PAULO, 1998a).

de Gestão e Manejo. Também lhes são atribuídas funções como manutenção, fiscalização e gerenciamento dos recursos do Parque.

Em 2001 foi aprovada a Fase II do Plano de Manejo²⁶, documento também elaborado com a participação do Comitê de Apoio à Gestão da Unidade, e que até 2010 orienta a administração da área.

O Plano de Manejo determina o zoneamento da Unidade de Conservação. A Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, conceitua zoneamento como a

definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (Art. 2º, XVI).

No caso do PEIC, segundo o Plano de Manejo (2001), o zoneamento está dividido da seguinte maneira (seguindo o que dispõem no Decreto nº 25.341/86, que regulamenta os Parques Estaduais Paulistas, no artigo 7º):

⇒ Zona Intangível: onde a primitividade da natureza deve permanecer intacta, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação dentro da Unidade. Essa zona contempla uma área de 9560,26 ha, que representa 68,5% da área total do PEIC.

⇒ Zona Primitiva: aquela com pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Essa zona contempla uma área de 2658,53 ha, que representa 18,10% da área total do PEIC.

⇒ Zona de Uso Extensivo: constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar alguma alteração humana. Essa zona contempla uma área de 317,25 ha, que representa 2,3% da área total do PEIC.

²⁶ De acordo com a Deliberação CONSEMA nº 30, de 24/10/2001 (SÃO PAULO, 2001a).

⇒ Zona de Uso Intensivo: é constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. É nela onde estão as estruturas de apoio a visitação e as porções territoriais mais alteradas pela ocupação humana. Essa zona contempla uma área de 133,49 ha, que representa 1% da área total do PEIC.

⇒ Zona de Uso Especial: áreas necessárias à administração, manutenção e serviços do Parque Estadual. Essa zona contempla uma área de 33,08 ha, que representa 0,25% da área total do PEIC.

⇒ Zona de Recuperação: áreas consideravelmente alteradas pelo homem. É uma zona provisória, pois assim que restaurada será incorporada a uma das zonas permanentes. Essa zona contempla uma área de 1276,5 ha, que representa 9,15% da área total do PEIC.

⇒ Zona Histórico-Cultural: áreas onde são encontradas manifestações históricas e culturais ou arqueológicas, que devem ser preservadas e estudadas. A porcentagem da área ainda não está definida uma vez que os sítios estão sendo cadastrados.

Assim, é o zoneamento²⁷ que define as finalidades de cada área, estabelecendo os objetivos e as atividades permitidas ou proibidas dentro da delimitação realizada, de acordo com estudos técnicos.

²⁷ Não tivemos acesso ao mapa de zoneamento devido problemas técnicos da administração do PEIC.

3. O TERRITÓRIO E AS COMUNIDADES CAIÇARAS

O território contempla tanto relações sociais, como relações de poder que são produzidas em um determinado espaço. A relação social é classificada como identidade-território e toma forma a partir de processos em movimento, que se constituem ao longo do tempo e tem como principal elemento o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo com o seu espaço de vivência. Este sentimento é despertado em decorrência da relação que o homem produz com o território, resultado da vivência e dos relacionamentos que surgem durante a vida de um indivíduo e até das respectivas gerações passadas.

Para Castells (2000), a identidade é a fonte de significado e experiências de um povo e para Calhoun (apud CASTELLS, 2000) não se tem conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas.

Essas características identitárias fazem parte da cultura. Para Calvente (1993, p.90) tanto a cultura como o território carregam certa carga de subjetividade “[...] é como as pessoas veem o espaço ao qual pertencem, no qual tem familiaridade do cotidiano e de densas relações sociais formadas por parentesco e vizinhança”.

A cultura é caracterizada como todo comportamento, saber e conhecimento das pessoas, que são transmitidos de uma geração para outra, sendo que os indivíduos são influenciados pelo meio cultural em que estão inseridos, portanto, há uma geografia do homem que é resultado da cultura herdada (CASTELLS, 2000).

Deste modo, a vida dos caiçaras enquadra-se no processo de identidade, a partir das relações que possuem com o território em que vivem e as ligações deste com os demais indivíduos do grupo do qual fazem parte, ou seja, da comunidade local.

3.1. As Sociedades Tradicionais: A Identidade da População Caiçara

O presente estudo tem como ponto de partida a história vivida por indivíduos denominados caiçaras, os quais imprimem no território a identidade do grupo social que reside na comunidade Enseada da Baleia.

Haesbaert (1997) considera essa situação como território cultural(ista), visto como produto da apropriação resultante do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço e das relações que são estabelecidas pelos grupos, quer seja entre os familiares, quer seja pelas heranças das gerações passadas, através das histórias de vida.

Enfocando o estudo da identidade, podemos dizer que ela é construída a partir de subjetividades individuais e coletivas, e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial.

Segundo Saquet (2007), a identidade é um componente fundamental para a constituição do território e com o passar do tempo os homens produzem e renovam territorialidades a partir de suas necessidades e aprendizagens como, por exemplo, a atividade da pesca, apresentada como necessidade para a geração de renda e que cujas técnicas e processos são transmitidos de pai para filho.

Dependendo da época, dos lugares e da idade cronológica de cada grupo, a identidade se apresentará de maneira diferente, mantendo, perdendo e/ou modificando algumas características. Assim, a identidade aparece como uma construção cultural.

[...] Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo [...] a identidade deve ser analisada com um discurso que os grupos têm sobre eles mesmos e sobre os outros, para dar sentido a sua existência (CLAVAL, 1999a, p.15).

Podemos perceber essa construção cultural nas sociedades tradicionais, as quais podem ser caracterizadas por grupos humanos, distintos sob o ponto de vista cultural, histórico e pelo modo de vida que possuem. Podem viver de maneira isolada ou não, manter determinados tipos de cooperações sociais e relações próprias com a natureza.

Vianna (2008) considera que as populações tradicionais são grupos cuja reprodução social ainda tem nas tradições um dos referenciais fundamentais, quando não o principal.

Dentre alguns exemplos empíricos de populações tradicionais podemos citar as comunidades caiçaras, os sitiante e roceiros, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas (DIEGUES, 1998).

O Plano de Manejo (2001, p.120) caracteriza como morador tradicional do PEIC os habitantes que apresentam as seguintes características:

- O chefe da família, deve estar há, no mínimo, três gerações residindo na Ilha do Cardoso;
- Desenvolvem atividades de baixa interferência no meio ambiente, caracterizadas pela pequena escala e baseadas no uso dos recursos renováveis;
- Ter conhecimento e domínio das técnicas tradicionais (pesca, agricultura e construção).

Focando os estudos nas comunidades caiçaras, iniciaremos apresentando algumas definições.

De acordo com Sampaio (apud Adams, 2000), o termo caiçara tem origem no vocábulo tupi-guarani *caáíçara*, ou seja, o homem do litoral e segundo Adams (2000), era utilizado para nomear as estacas colocadas à volta de aldeias ou tabas e curral para cercar o peixe, os quais eram feitos de galhos de árvores e fixados na água. Posteriormente passou a denominar as palhoças construídas nas praias para

abrigar canoas e acessórios de pescadores. Com o decorrer dos anos, passou a ser usado para identificar os moradores de Cananéia e de comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

Para Diegues (1998), os caiçaras são frutos da miscigenação entre o português, o índio e o negro, que ficaram isolados durante um longo período na Mata Atlântica e no litoral de São Paulo.

O termo caiçara também é associado à pessoa indolente e preguiçosa “os caiçaras fazem parte das populações brasileiras pobres e marginalizadas, apesar de terem mantido relações sociais e econômicas com as cidades da região” (DIEGUES, 2005b, p.29).

As suas atividades produtivas se dividem entre a caça, a agricultura de subsistência e a pesca. O excedente é vendido ou trocado por produtos/mercadorias que necessitam e que não são produzidos pela comunidade, sendo essas atividades baseadas no trabalho familiar. São conhecedores de elementos e processos naturais de sua região, como as chuvas, as marés, os ventos, as espécies de peixes, de plantas e de ervas e confeccionam as próprias armadilhas para a pesca e a caça. Segundo Diegues (1998, p.140)

[...] as populações tradicionais caiçaras, originárias da área, dependem totalmente do uso dos recursos naturais da região, por meio da agricultura itinerante, da caça de subsistência, do extrativismo (palmito e cacheta) e da pesca artesanal, atividades hoje proibidas ou severamente limitadas pela Policia Florestal.

Na sociedade caiçara, quando a mulher se casa, na maioria das vezes, adquire funções definidas, tais como, o trabalho no lar e na roça, preparo de alimentos, como a fabricação da farinha de mandioca, bijus, salga dos peixes, cuidados com pequenos animais de criação como, por exemplo, galinhas, provimento de água, lenha e a criação dos filhos. Seu marido desenvolve atividades relacionadas à caça e à pesca, construção dos ranchos de moradias, transporte e comercialização dos excedentes agrícolas.

A estrutura tradicional da casa caiçara possui paredes de pau a pique, telhado coberto de sapê de duas águas ou com folhas de plantas fibrosas nativas da região e chão de terra batida. Os móveis são escassos e na casa há vários símbolos e figuras,

[...] além dos santos, ele recolhe, coleciona e expõe nas paredes da sala tudo o que lhe parece representativo: gravuras, fotos de família, flores de papel ou plástico, fitas, amuletos, folhinhas com imagens ou cromos, recortes de revistas. São também muito consideradas peças tais como cascós de tartaruga, estrelas e outros troféus do mar (SETTI, 1985, p.21 apud ADAMS, 2000).

No passado, as populações caiçaras eram constituídas principalmente por lavradores-pescadores, com exceção de algumas comunidades, que dependiam exclusivamente da pesca. Em meados do século XX, com a introdução do cerco e do barco a motor, estas comunidades passaram a dedicar uma parte cada vez maior de tempo às atividades relacionadas à pesca (ADAMS, 2000).

Quanto à sociabilização, possuíam formas limitadas de lazer e distração, restringindo-se às festas, procissões, danças e jogos, os quais em sua maioria possuem cunho religioso (ADAMS, 2000).

Outra característica caiçara é o trabalho coletivo, como os mutirões organizados com objetivos variados, tendo um papel importante na integração social da comunidade.

O mutirão ocorria, em geral, nos fins de semana, quando os vizinhos atendiam ao chamado para cooperar com o sitiante necessitado. Essa forma de solidariedade não tinha somente função produtiva, mas facilitava o contato entre os vizinhos, estreitava os laços sociais, permitia a troca de informações e mesmo, às vezes, namoros e casamentos (FORTES, 2005, apud DIEGUES, 2005b, p.296-297).

Neste contexto, a produção material e imaterial da vida não são espaços separados, elas combinam-se e resultam no modo de vida. Desta forma, mesmo que essas comunidades não apresentem registros escritos, elas conseguem transmitir o conhecimento que possuem. Essa transmissão é repassada de modo oral,

[...] por meio de um linguajar particular, de conhecerem os ciclos naturais e dependerem deles para sua sobrevivência, de viverem em pequenos aglomerados com atividades organizadas no interior de unidades familiares, em que as técnicas têm baixo impacto sobre a natureza, fazem com que as comunidades caiçaras possam ser definidas como “tradicionalis” (DIEGUES, 2005b, p.275).

O processo de instalação de áreas protegidas, como o PEIC, ocasionou intensas modificações estruturais nas comunidades caiçaras,

Nas quais seu modo de vida se torna inviável, pela proibição do exercício de suas atividades agrícolas e extrativistas e mesmo pela transferência forçada de suas residências, por representantes dos órgãos ambientais do estado (DIEGUES, 2005b, p.41).

Durante este processo, os conhecimentos dessa população e os domínios que possuem sobre o meio natural e social não foram levados em consideração nos projetos de instalação de Unidades de Conservação, pois

Até documentos recentes que se referem, por exemplo, à criação de áreas protegidas e reservas naturais em territórios sabiamente habitados por caiçaras, os ignoram ou, às vezes, os classificam como “bons selvagens”, pessoas que viveriam imersas na natureza, sem direitos de cidadania (DIEGUES, 2005b, p.29).

Isso ocorre principalmente nas categorias de manejo restritivas, onde as populações são reduzidas a pequenos grupos isolados e sem importância. Todo o conhecimento e a relação com o meio são descartados, não sendo levados em consideração esses valores. Para Viana (2008), essas populações formam grupos

[...] cuja subsistência depende diretamente dos recursos naturais, os argumentos em favor dessas populações se reduzem à sua alegada relação harmônica com a natureza, mesmo quando se trata de discussões supostamente técnicas ou científicas ou para sustentar politicamente sua permanência em unidades de conservação de uso restrito [...] (VIANNA, 2008, p.242).

Durante o período de regulamentação dessas áreas houve casos de expulsão física. Quando permitiam a permanência, os moradores foram impedidos de exercer as atividades do seu cotidiano, geralmente baseado na agricultura, pesca e coleta, o que muitas vezes resultava na migração para áreas urbanas.

Desta maneira, as comunidades caiçaras sofreram tanto com a expropriação de suas terras, como de seus conhecimentos endêmicos e relações afetivas e econômicas com os espaços que habitam.

3.2. A Questão Fundiária

A ocupação do município de Cananéia, onde se localiza a área em estudo, ocorreu de modo desordenado,

[...] a precariedade das vias de comunicação com Iguape e Cananéia desencorajava a exploração da região. Durante muitos anos, grandes propriedades, com títulos antigos, praticamente deixaram as terras ao abandono, propiciando o processo natural de ocupação pelos moradores do local, num sistema de apossamento (MATTOS, 1989, p.33).

Segundo a referida autora, as terras da região podem ser enquadradas em três condições:

- terras particulares, cujos proprietários possuem documentação em ordem ou em vias de regularização;
- terras devolutas, que voltaram ao domínio do Estado;
- terras não discriminadas pelo Estado, com o domínio em discussão.

Dentre as terras devolutas, há áreas ocupadas por posseiros, alguns há várias gerações. Existem lutas judiciais reivindicando as posses. Também há registro de falsificação de documentos e atividade de grileiros. Assim, a ocupação irregular das terras e a exploração de recursos naturais como a derrubada da mata, criam problemas de ordem social, ecológica e jurídica, estando a maioria dos casos sem solução (MATTOS, 1989).

As terras do Parque Estadual da Ilha do Cardoso são consideradas como devolutas, sendo bem imóvel da União,²⁸ nos termos do artigo 20, inciso IV, da Constituição Federal de 1988. Em 1994, a ocupação da área foi deferida pela União ao Estado,²⁹ autorizando contrato de cessão de posse (SÃO PAULO, 2001b).

A Ilha do Cardoso teve suas terras ocupadas pelos europeus no início da colonização brasileira, como já comentado no item dois, por intermédio de posse.

Dos moradores que se estabeleceram na Ilha do Cardoso, segundo Almeida (1946), apenas dois solicitaram a Carta de Sesmaria das terras ocupadas: Antônio Pereira de Aquino e Antônio dos Ouros, sendo as datas de atendimento aos solicitados, 29 de julho de 1777 e 10 de setembro de 1779, respectivamente.

A Lei nº 601 de 1850 e o Regulamento nº 1318 de 1854 obrigou os ocupantes de terras do Brasil a declará-las na sede das paróquias a que pertenciam³⁰. Há registros³¹ de que nesse período um grande número de moradores da Ilha do Cardoso declarou ter a posse de terras (SÃO PAULO, 2001b).

Os demais posseiros não se preocuparam com quaisquer títulos e deixaram-se ficar nas terras em que moravam. As exceções são as escrituras de compra e venda, transmitindo-as posteriormente aos herdeiros ou sucessores ou passando-as a pessoas estranhas³² (ALMEIDA, 1946).

Segundo a Delegacia do Patrimônio da União – DPU, nenhum morador da área do parque tem título legítimo ou consentimento de propriedade do imóvel. O título legítimo é considerado aquele de origem de sesmaria e reconhecido pelo DPU, e não há registro de apresentação de títulos para serem reconhecidos. O que existem são ações de desapropriação indireta, visando indenizações de uma área de aproximadamente 6.000 ha de terras da ilha (SÃO PAULO, 2001b).

²⁸ Decisão do Supremo Tribunal Federal em 17 de setembro de 1992, pelo Acórdão nº315-6.

²⁹ Portaria nº139/94.

³⁰ Processo conhecido como “Registro do Vigário”.

³¹ Declarações no Arquivo do Estado e paróquia de origem (Plano de Manejo, 2001).

³² A maioria desses documentos foi destruída quando um incêndio atingiu o Cartório do Município de Cananéia.

Referente à presença humana na região de restinga, onde está localizada a Enseada da Baleia, na porção sul da ilha, há relatos da existência de pequenos sítios conhecidos somente pelos nomes dos moradores. Almeida (1946) descreve o local,

São pequeninas propriedades de pescadores, sendo as terras arenosas. São cômoros, junto à praia, onde a vegetação é escassa, prestando-se para pastagem ou então para pequenas culturas como sejam melancias, mandioca e alguns cereais (ALMEIDA, 1946, p.69).

Essas propriedades também são posses que ocorreram, principalmente, no início dos anos de 1900, das quais os moradores não possuem nenhum documento comprobatório de legalização das terras.

3.3. A Importância do Registro de Histórias de Vida

O item três é baseado em histórias de vidas, relatadas pelos atores principais deste trabalho: os moradores da Comunidade Enseada da Baleia, para a caracterização e compreensão da dinâmica local.

A pesquisa, utilizando a metodologia de memória viva, mostrou-se eficaz para obter relatos não descritos em livros, documentos, periódicos ou artigos, além de permitir a transmissão de novas informações a partir da trajetória de vida única de cada pessoa.

O resgate da memória, que deve estar presente por toda a vida do homem, é uma atividade histórica e cultural importante, a qual permite através de relatos orais, conservar e difundir o saber, ao passo que ao registrar momentos da vida de uma pessoa reconstitui-se o passado em determinado tempo e espaço.

Deste modo, consideramos importante recuperar a história de vida dos entrevistados, através do resgate da trajetória de vida, com o intuito de conhecer as experiências ao longo dos anos.

Para Diegues (2005b), essa experiência é bem sucedida no trabalho com populações tradicionais uma vez que permite ampliar o conhecimento sobre esses povos,

[...] enriquecer o conhecimento com experiências vividas e de romper com o caráter unilateral das memórias oficiais, tem permitido um conhecimento mais aprofundado de populações tradicionais, como os caiçaras, seu modo de vida e sua história (DIEGUES, 2005b, p.30).

A técnica de pesquisa de memória viva refere-se a informações obtidas oralmente. Através de histórias individuais pode-se ter o entendimento de uma história comum. No método, as informações são obtidas por entrevistas realizadas em processo de conversação entre o pesquisador e o entrevistado narrador.

Nota-se que, quando as entrevistas são utilizadas em pesquisas científicas, diz-se que a metodologia é a memória viva ou então história oral. Essas duas denominações são bastante utilizadas e, para muitos, consideradas similares.

A memória viva, para Calvente *et al.* (2003, p.391) é uma pesquisa que permite a lembrança dos entrevistados: “a memória [...] dos sujeitos sociais, no momento em que discorreram sobre a sua trajetória de vida, do seu lugar, da sua existência [...] nos quais afloram os momentos ou períodos [...].” Com essa metodologia de pesquisa, segundo as autoras, é possível reconstruir o objeto de estudo de modo subjetivo.

De acordo com Diegues (2005b, p.33) a memória não pode ser considerada como algo fixo, “[...] mas é um elemento constitutivo do processo de conhecimento”, sendo que não há acesso direto a ela, mas sim à lembrança dos indivíduos.

Através das imagens conservadas na memória, as pessoas voltam a sentir sensações dos fatos vividos, quer sejam alegres ou tristes, e reconstruem os fatos que aconteceram no passado.

Diegues (2005b) defende que a utilização da história oral permite o registro de experiências vividas, através do depoimento de um indivíduo ou de vários indivíduos de uma mesma coletividade. Pode ser definida como trabalho de pesquisa baseado em fontes orais e coletadas em situação de entrevista.

A história oral utiliza como recurso principal a memória dos indivíduos, sendo considerada mais ampla do que a memória viva. De acordo com Ferreira (2002) a história oral é uma metodologia, uma técnica e também uma disciplina. É técnica porque se utilizam gravações, transcrições e conservação das entrevistas, que são fontes complementares, e cujos pesquisadores também se embasam em outros tipos de documentos, como os livros, por exemplo.

Halbwachs (1990 apud Diegues, 2005b) defende o empobrecimento do real pela história escrita por se ater a sucessão de datas e fatos, tendo como característica do tempo a homogeneização. Segundo o autor, o aspecto social é composto por múltiplos grupos e o tempo torna-se exterior aos indivíduos, considerando assim a história como vivida, na qual está inserida a memória coletiva.

Como metodologia, a história oral é mais que uma técnica. É considerado um procedimento de trabalho que tem a capacidade de formular perguntas. Para os pesquisadores que entendem a história oral como disciplina, ela representa o núcleo da pesquisa e não apenas uma complementação.

Observa-se ainda que, para Ferreira

A história interessou-se pela oralidade na medida em que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas. Por que podemos ver na história oral um método e não somente uma simples técnica? [...]. A história oral é mais do que uma decisão técnica ou de procedimento, [...] diria que é antes um espaço de contato e influência [...] que permitem oferecer interpretações qualitativas de processos históricos e sociais. Para isso, conta com métodos e

técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante (FERREIRA, 2002, p.16).

Assim, tanto a memória viva quanto a história oral permitem confirmar aquilo que se estuda a partir de entrevistas e experiências de pessoas que viveram a própria história. Consideramos que as formas utilizadas para a coleta de dados dos entrevistados dependem dos valores, da visão de mundo e das experiências dos pesquisadores, os quais possuem níveis diferenciados de entendimento dos fatos pesquisados.

Ressalta-se que as populações tradicionais, como os caiçaras, são marcadas pela oralidade, e raramente deixam marcas escritas. Desta maneira, o uso da metodologia em discussão pode colaborar com o registro da existência e,

A sua história pode ser recuperada pela memória dos mais velhos e transmitida às gerações seguintes por relatos orais. Daí a importância de se recuperar, pela História Oral e pela memória, o que ocorreu e que está ocorrendo nas vidas dos caiçaras, marcadas, em geral, pela raridade dos documentos históricos (DIEGUES, 2005b, p.30).

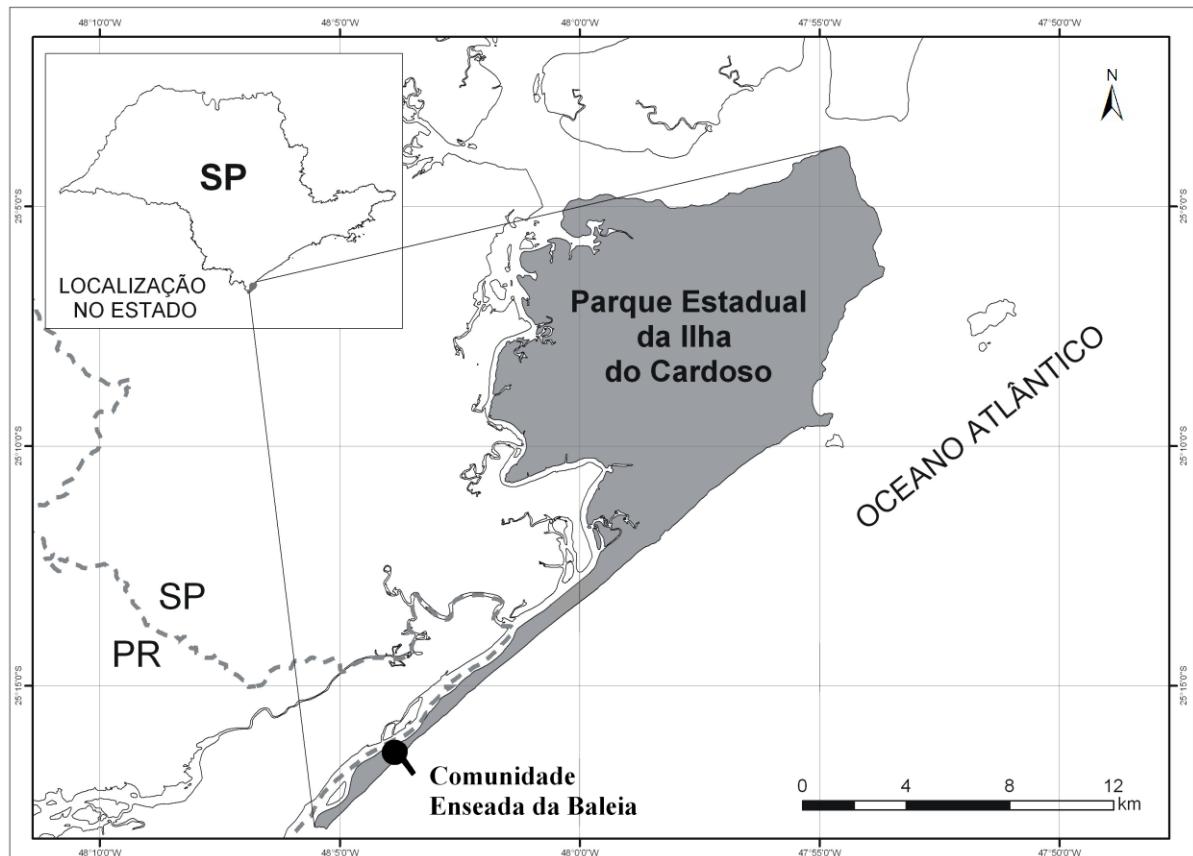
É possível aprender e compreender, através das entrevistas, fatos e transformações ocorridos num determinado local e num dado período que não estão registrados em outras fontes, porém levando em conta a subjetividade constante nos relatos, uma vez que, no contato com o ser humano há relação com os sentimentos e recordações que afetam o lado emotivo das pessoas.

Assim, não se aprende somente sobre as histórias de vida. Com a pesquisa há descobertas sobre características do local onde o entrevistado reside, sobre os lugares por onde ele passou, como era a dinâmica social e o espaço de vivência, podendo-se descobrir as mudanças que aconteceram, os motivos que levaram uma pessoa a instalar-se em um determinado local e permanecer ou não nele, dentre outros aspectos.

Após este panorama sobre as principais características da identidade caiçara e a importância das histórias de vida, analisaremos as informações sobre a comunidade foco deste estudo, a Enseada da Baleia.

4. O TERRITÓRIO DA COMUNIDADE ENSEADA DA BALEIA

A comunidade selecionada para a pesquisa chama-se Enseada da Baleia. Está localizada no extremo sul da Ilha do Cardoso, limitada de um lado pelo Oceano Atlântico e do outro pelo Canal da Barra do Ararapira, conforme ilustra a figura 8.



Fonte: CAMPOLIM *et al.*, 2008.
Adaptação: ARAKAKI, Kelly Rocha, 2010.

Figura 8. Localização da comunidade Enseada da Baleia, Parque Estadual Ilha do Cardoso, SP.

As informações contidas neste item são provenientes de trabalhos de campo, realizados nos anos de 2001 e 2010, na comunidade Enseada da Baleia. Foram realizadas entrevistas com os habitantes locais, com destaque aos

moradores mais antigos, dona Herci e o sr. Malaquias Cardoso (figura 9), para tentar descobrir as transformações ocorridas ao longo do tempo e identificar as principais características da cultura, assim como do modo de vida, fatores que auxiliam no processo de compreensão da identidade territorial local.



Foto: Daiane Reis³³, 2009.

Figura 9. Casal de moradores da Enseada da Baleia.

A figura 10 mostra a vista panorâmica da comunidade, a qual foi registrada durante a chegada na ilha, pelo Canal da Barra do Ararapira. Nela pode-se visualizar parte das edificações locais, dentre elas, da esquerda para a direita: centro comunitário, capela católica, píer, bar e restaurante.

³³ Foto cedida por Daiane Reis, neta do sr. Malaquias.



Fotos: ARAKAKI, Paloma Rocha e ARAKAKI, Kelly Rocha, 2010.

Figura 10. Vista panorâmica da comunidade. Nas imagens acima podemos observar a vista panorâmica da comunidade Enseada da Baleia, registrada pelo Canal da Barra do Ararapira. Abaixo (da esquerda para direita) os detalhes: centro comunitário, capela, píer e bar/ restaurante de propriedade do sr. Malaquias.

O local chama-se Enseada da Baleia, pois segundo os moradores, na praia encalhavam baleias. No trabalho de campo do ano de 2001 foram observados ossos de baleias espalhados pela comunidade, recolhidos pelos moradores. Ao apontar para uma ossada, o sr. Malaquias explica:

[...] esta aqui encostou lá na virada da Barra, nós fomos lá de manhã com meus filhos e vimos ela pertinho e ela já estava podre, estragada, não estava demolida, estava perfeita só que tava com mau cheiro. Ela tinha uns quinze metros e essa outra (apontando para outra ossada) encostou aqui na praia [...] antigamente ela passava aí por fora, duas, três, a gente sempre via. Uma vez uma enroscou dentro do mangue e para pegar a cabeça eu fiz uma carreta para eles trazerem. Nós também já vendemos uma que está lá no museu em Paranaguá.”³⁴

Prosegue dizendo que vendiam algumas ossadas para os turistas “[...] a turma aproveitava e só deixavam a cabeça mesmo, porque é muito grande, mas tem ossos bonitos e os turistas gostam muito disso, então eles compravam muito.”

De acordo com o relato dos moradores, as baleias eram pescadas e a carne servia como fonte de alimentação. O óleo do mamífero era misturado aos sambaquis e utilizado nas construções de edificações, como fonte de combustível para iluminação das casas, como lubrificante e até para a fabricação de sabão.

Ao todo, a comunidade moradora da Ilha é composta por cinco famílias, totalizando vinte pessoas. É formada por casas de moradores, casas para aluguel a turistas, uma escola, um centro comunitário, uma capela católica, bar e restaurante, além de barracões para a limpeza, salga e armazenagem da pesca.

O fundador da comunidade, de acordo com o sr. Malaquias, é Antônio Valeriano, pai adotivo do mesmo. No início do século passado, trabalhadores agricultores, vindos do Estado do Paraná, migraram para o local, pois estavam

³⁴ Os depoimentos (acima de três linhas) dos entrevistados estão escritos em itálico, entre aspas e centralizados.

encontrando muitas dificuldades na lavoura, no local de origem, e mudaram-se em busca de novas oportunidades como o aumento da renda familiar, através da atividade da pesca. Segundo o sr. Malaquias,

“[...] queriam melhorar a vida, passaram aqui para o lado de São Paulo porque a pesca era bem mais fácil para eles, porque estavam próximo do mar. Achavam que a lavoura estava tendo muita dificuldade para trabalhar braçalmente e aí a pesca era uma coisa que daria mais um pouquinho.”

Nesse período, a pesca não era considerada como atividade profissional. A descrição do morador da Enseada confirma o relato encontrado nas pesquisas de Mourão (2003, p.198), o qual discorre que durante anos a pesca foi exercida como atividade complementar “[...] a população da enseada da Baleia e do pontal tem origem rural e só começou a pescar quando adulta, numa época em que a pesca já era a principal atividade da área lagunar”.

Já nos anos 1940, Almeida (1946) relata que a ocupação populacional da Ilha do Cardoso diminuía principalmente na região norte. Em suas pesquisas, registra avistar inúmeras propriedades abandonadas ou apenas vestígios de habitações. Nesse período a concentração populacional estava localizada na extensão do canal, na porção de restinga, em direção ao sul, região onde a comunidade está instalada.

[...] podem ser vislumbrados raríssimos casebres de pequenos lavradores, estando a grande ilha quase inteiramente desabitada a não ser nas proximidades do pontal do sul, onde se erguem choupanas de pescadores (ALMEIDA, 1946, p.63).

Não há documentação escrita das terras ocupadas, pois essas são posses. Como o local foi decretado Parque Estadual, um segmento de proteção integral, os moradores não podem abandonar as áreas para um futuro retorno, pois ao saírem perdem o direito de habitação.

A divisão do terreno em lotes foi realizada pelo sr. Antônio Valeriano, destinando a cada filho uma porção de terra. A faixa que lhe pertencia também

serviria, no futuro, para uso de seus filhos quando casassem e precisassem de um terreno para construir as casas.

Ao falecer, seus filhos acabaram abandonando as propriedades e migrando para áreas urbanas dos municípios de Paranaguá - PR, Iguape e Cananéia - SP. O sr. Malaquias é o único filho que ficou na comunidade “[...] filho legítimo não ficou nenhum. Eles eram em dez, com mais eu doze no total. Eles dez e eu e minha esposa doze.”

O sr. Malaquias e sua esposa, Dona Herci, irmãos adotivos, são paranaenses. Ele nasceu no dia 13 de junho, na Ilha do Superagui, localizada no município de Guaraqueçaba - PR, a qual é separada da Ilha do Cardoso pelo Canal do Ararapira. Seu pai biológico era um imigrante italiano que morava na Ilha do Mel – PR. Chegou à comunidade quando ia completar dez anos de idade, em 2010 estava com 70 anos. Estudou até a 3^a série do primeiro grau na Ilha da Pesca, antes de se mudar para a Ilha do Cardoso. Dona Herci também nasceu na Ilha do Superagui e chegou à comunidade quando tinha 2 anos. Em 2010 estava com 71 anos de idade.

Com a saída de seus irmãos, o tamanho da comunidade diminuiu, chegando a abrigar apenas cinco casas de moradores. Esse número foi aumentando posteriormente com a construção de casas para os turistas e os casamentos dos filhos.

Na verdade, o sr. Malaquias se chama Antônio Cardoso. Malaquias é o apelido, que tem origem no sobrenome de sua esposa, Herci Malaquias Cardoso “[...] é o apelido que me puseram então todo mundo me conhece como Malaquias [...]”, acrescentando ainda não ter parentesco com os Cardosos que nomearam a ilha,

“[...] meu nome próprio para documento é Antônio Cardoso porque minha mãe era Maria Cardoso, tudo descendente da minha mãe. Os daqui é Cardoso, mas são outros Cardosos. O título da Ilha do Cardoso é do nosso amigo João Cardoso, mora lá em cima” (referindo-se a parte norte da Ilha).

Quando questionado sobre o tempo de existência da comunidade, ele diz não saber, “[...] *olha eu não sei não para dizer pra vocês [...] essa vila antigamente ela ia até mais pra cima um pouco, segundo as informações que meus pais falavam*”. Havia um número maior de moradores, dos quais muitos foram para as cidades vizinhas, como Cananéia, Iguape e Paranaguá, em busca de uma vida melhor; não que tenham sido expulsos diretamente pela direção do parque, pois de acordo com os moradores, ninguém da comunidade foi forçado a sair da ilha quando esta passou a ser considerada Parque Estadual.

É notório que a legislação atingiu os moradores da comunidade, mesmo que de maneira indireta, sendo que a proibição de práticas ligadas à agricultura, caça, extração e a proibição de novas construções se constituiu em uma das maiores dificuldades, levando-os ao deslocamento para outros locais.

As novas oportunidades apresentadas aos filhos, no segmento educacional, também foi um dos itens motivadores para a transferência familiar, assim como a busca por melhores condições de trabalho, uma vez que a principal atividade rentável exercida pelos moradores está, a cada dia, proporcionando um futuro incerto aos filhos desses pescadores.

O pai do sr. Malaquias, o sr. Antônio Valeriano possuía um bar (no mesmo local onde se localiza o atual bar do sr. Malaquias), que foi “passado” para Antônio Florentino, irmão de criação do sr. Malaquias, que o ajudava nos cuidados do bar. Alguns anos depois, com a mudança desse seu irmão para a cidade, passou a ser o proprietário. Hoje, é dono do único bar da comunidade e o único estabelecimento comercial existente, seguindo a direção sul, depois da comunidade do Marujá. No local são vendidos produtos de necessidade básica aos moradores das comunidades vizinhas e aos turistas. A figura 11 mostra a reforma que ocorreu entre 2001 e 2010. Todos os estabelecimentos estão localizados de frente para o Canal do Ararapira. Além do comércio, negocia o pescado de pescadores artesanais da região, sendo a maior parte da produção beneficiada pela família (processo de limpeza e salga) para a venda. Também é financiador de artefatos utilizados na pesca para pescadores locais.

2001:



2010:



Fotos: ARAKAKI, Kelly Rocha

Figura 11. Bar e restaurante do sr. Malaquias. No ano de 2001 (a) observa-se, à esquerda, a varanda do bar e comércio do sr. Malaquias e à direita, a varanda do restaurante, sendo que os estabelecimentos eram interligados. Em 2010 há outra paisagem; devido à invasão e consequente erosão do Canal do Ararapira, houve algumas alterações e reformas das edificações. Vemos (b) o bar e Comércio, (c) dois banheiros, e (d) o restaurante. Nas novas construções os moradores utilizaram madeira e placas feitas de material reciclável.

O nosso entrevistado, o sr. Malaquias, deixou a Enseada por duas vezes. A primeira foi em 1959, quando tinha 16 anos. Migrou para Paranaguá, casou-se e trabalhou como carpinteiro na construção de casas de madeira. Ficou no município paranaense por dois anos e seis meses, período em que nasceu a primeira filha do casal, Maria de Lurdes.

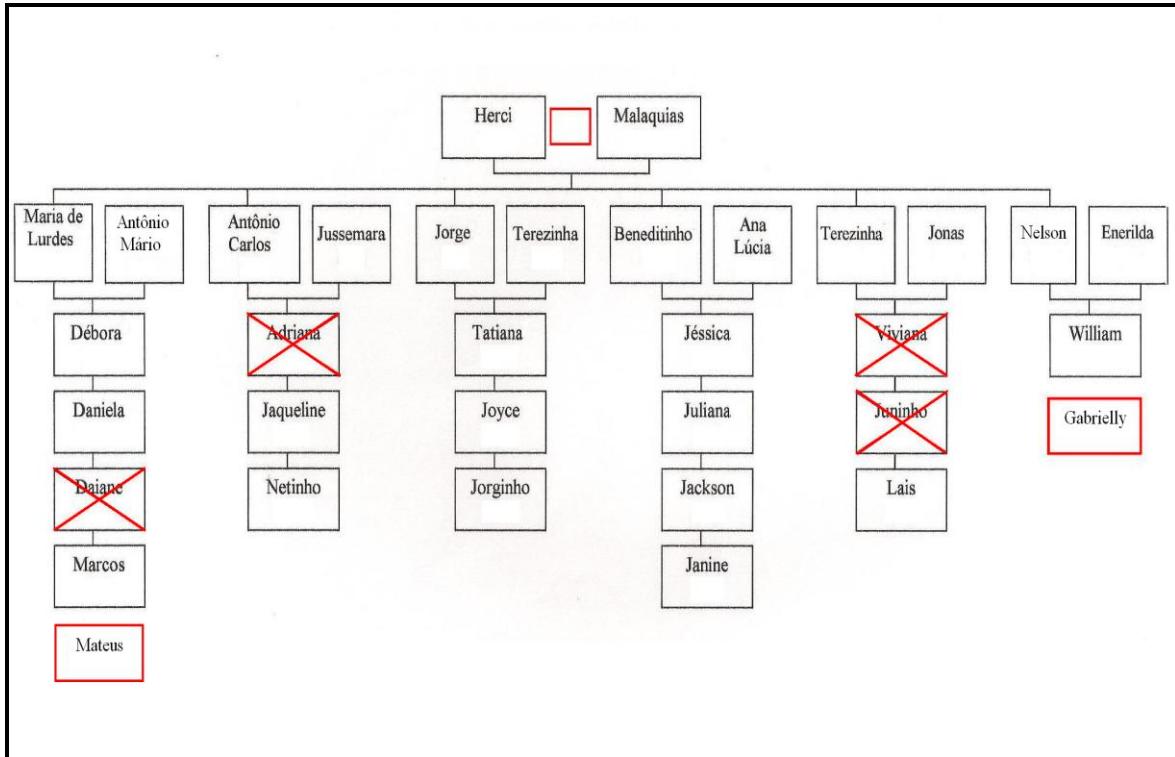
Retornou à comunidade e dedicou-se a atividade da pesca durante um período de dois a três anos, ocasião em que nasceu o segundo filho, Antônio Carlos. Voltou a Paranaguá, onde permaneceu por aproximadamente dois anos trabalhando como pintor e carpinteiro. Após esse período retornou definitivamente para a Enseada da Baleia.

É o morador que possui a maior quantidade de embarcações: um bote de grande porte a diesel, uma baleeira³⁵ e dois barcos a remo.

Atual patriarca da Enseada da Baleia, o sr. Malaquias possui seis filhos, sendo que em 2009 uma menina passou a ser “criada” (adotada) pelo casal. Todos os filhos são casados. Dois filhos, Jorge e Beneditinho, e suas respectivas famílias vivem na área urbana de Cananéia e os outros quatro permanecem habitando a Enseada da Baleia.

Para facilitar o entendimento, elaboramos a figura 12, a qual demonstra a distribuição familiar da comunidade que habita/habitava o local. Antes da aplicação do Plano de Gestão Ambiental do PEIC (1998) era comum a construção de residências para os filhos como uma garantia da habitação no futuro. Algumas famílias aproveitavam para alugar essas casas aos turistas, prática proibida pelo SÃO PAULO (2001b).

³⁵ Embarcação comprida, estreita e veloz; Bote salva-vidas. (Ferreira, 2001).



Fonte: Trabalho de Campo, 2001 e 2010.

Organização: ARAKAKI, Kelly Rocha.

Figura 12. Árvore genealógica – Moradores da Comunidade Enseada da Baleia. A figura mostra as relações familiares dos moradores da Enseada da Baleia. Os quadros em vermelho representam as alterações ocorridas entre 2001 e 2010; os quadros marcados com “x” demonstram os moradores da 3^a geração do Sr. Malaquias que não habitam mais na comunidade, porém os pais continuam no local. A atração pela vida urbana por parte dos mais jovens aparece como possibilidade para melhorar a qualidade de vida e dinamizá-la. As famílias dos filhos Jorge e Beneditinho, como um todo, não residem mais na Comunidade.

Para a descrição dos trajetos de vida dos filhos de Malaquias e Herci optou-se pela distribuição por famílias. Restringimos ao estudo das duas gerações posteriores ao casal.

Família Um: Formada por sete pessoas: a filha Maria de Lourdes casou-se com Antônio Mário e teve cinco filhos: Débora, Daniela, Daiane, Marcos e Mateus.

Maria de Lurdes nasceu em 18 de setembro de 1959, em Paranaguá, onde permaneceu até os dois anos. Ficou entre dois a três anos na Enseada,

retornando com seus pais à Paranaguá por mais dois anos. Permaneceu até os 12 anos na Ilha e migrou temporariamente para Bocaiúva do Sul, município paranaense, onde estudou em um colégio de freiras até os 14 anos.

Cursou até a 8^a série. Trabalha, desde 12 de abril de 1993, como merendeira da escola local. Conheceu seu esposo na ilha: o pescador Antônio Mário Mendonça.

Nascido em 17 de outubro de 1955 na própria Enseada. Estudou até a 5^a série. Há sete anos trabalha como funcionário público no cargo de auxiliar de serviços gerais, encarregado principalmente do transporte de resíduos produzidos na comunidade para a área urbana. A atividade da pesca é realizada apenas para a subsistência. As saídas da comunidade tiveram como destino o município de Iguape, em São Paulo, mais precisamente a Barra do Ribeira, apenas durante as temporadas de pesca, que tinha duração média de cinco a seis meses por ano, entre os meses de outubro à março.

Na década de 1980, durante um período de seis anos, a família migrava temporariamente, dedicando-se à pesca da manjuba. No local, havia uma espécie de acampamento, com várias casas construídas pelo intermediador da pesca, que eram habitadas por famílias de pescadores da região durante o período da safra. Nessa época, em Iguape, nasceu Daiane, a terceira filha do casal.

A filha mais velha, Débora, nasceu em 20 de fevereiro de 1980 no município de Paríquera-Açu, SP. Cursou o ensino médio completo e é funcionária da prefeitura há dois anos, no cargo de agente comunitária de saúde. Estudou até a 5^a série na própria comunidade, terminando o ensino fundamental no distrito do Ariri. Cursou o ensino médio no centro de Cananéia, período no qual morava com um tio. Quando casar não pretende permanecer na comunidade, pois seu noivo, que conheceu em uma festa na Barra do Ararapira³⁶, mora na área urbana. A

³⁶ Localizado ao longo do Canal, onde vivem, em média, “[...] 300 moradores distribuídos em aproximadamente 70 casas. A infraestrutura comunitária é composta de um posto de saúde, uma escola

moradora apenas está na Ilha, pois tem medo de que ao sair sua casa seja derrubada. Assim, aguarda resolução do problema.

A terceira filha, Daiane, nascida em 19 de março de 1984, casou-se e tem uma filha. Mora na área urbana de Cananéia. Possuía uma casa no local, mas por não residir e a utilizar apenas no período de visita aos familiares, foi derrubada pelo Parque, como cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Manejo.

Os demais filhos, Marcos e Mateus, moram na Enseada com os pais, dedicam-se aos estudos e auxiliam nas atividades ligadas a pesca. Os meios de transporte da família são as seguintes embarcações: um toque-toque, uma voadeira e duas canoas a remo.

Família Dois: Formada por cinco pessoas: o filho Antônio Carlos que se casou com Jussemara e tem três filhos: Adriana, Jaqueline e Netinho.

Conhecido como “Toninho”, Antônio Carlos nasceu em 30 de maio de 1964, na Enseada da Baleia. Trabalha como pescador e estudou até a 4^a série do ensino fundamental. Durante o período de migração, nas temporadas de pesca em Iguape, conheceu sua esposa Jussemara, casando-se em 29 de março de 1984.

Jussemara nasceu, em 04 de maio de 1964, no município de Campos Novos, Santa Catarina. É pescadora e cursou até a 4^a série. Migrou para Iguape com seus pais, duas irmãs e um irmão, com o intuito de trabalhar com atividade ligada ao gado. Em Iguape trabalhava em uma fábrica³⁷ de salga de manjuba (peixes pescados por Toninho). Mora na Enseada desde quando se casou. A embarcação da família é uma canoa a remo.

primária, uma igreja e um centro comunitário. Existe ainda uma pousada, um bar/mercearia e um restaurante que funciona conforme a demanda. A pesca artesanal é a principal atividade econômica, sendo desenvolvida tanto no interior do estuário como em mar aberto. Geradores a diesel e painéis solares garantem energia elétrica a quase toda a comunidade” (MÜLLER, 2007, p. 15).

³⁷ Esta fábrica localizava-se no bairro Costão dos Engenhos.

A filha mais velha do casal, Adriana, mora na área urbana de Cananéia e tem um filho, Pedro Lucas, de dez anos de idade.

Família Três³⁸: Formada por cinco pessoas: o filho Jorge casou-se com Terezinha e tem três filhos: Tatiana, Joyce e Jorginho.

Jorge trabalha como guarda-parque do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e migrou para a área urbana com a família tendo como objetivo os estudos de seus filhos. A embarcação da família é uma canoa a motor.

Família Quatro³⁹: Formada por seis pessoas: o filho Beneditinho casou-se com Ana Lúcia e tem quatro filhos: Jéssica, Juliana, Jackson e Janine.

Beneditinho é funcionário público e trabalha na área urbana do município. Migrou para a área urbana de Cananéia para melhorar a qualidade de vida através da oportunidade de emprego e continuidade dos estudos para os filhos. Por não habitar o local a residência da família foi destruída.

Família Cinco: Formada por cinco pessoas: a filha Terezinha casou-se com Jonas e tem três filhos: Viviana, Juninho e Lais.

Terezinha nasceu em 21 de abril de 1968 no município de Paraguaçu, SP.⁴⁰ Estudou até a 5^a série e tem como atividades o cuidado do lar, atendimento a turistas e limpeza e salga dos pescados. Até 2009 era caseira de uma das casas de veranistas, a qual foi demolida. Conheceu seu esposo, Jonas, quando este visitava a Enseada para pescar com o irmão Toninho. Jonas nasceu na Barra do Ararapira⁴¹ em 16 de agosto de 1967. Em 1980, morou no centro de Cananéia com uma tia para estudar, completando assim a 4^a série. Também

³⁸ Família não entrevistada. Por não residir na Comunidade não tivemos acesso às informações pessoais. As reduzidas informações foram cedidas pela irmã Maria de Lurdes. A presença dessa família ocorre em alguns finais de semana e período de férias para a visita de familiares

³⁹ Idem.

⁴⁰ Há cerca de 3-4 décadas era o município procurado pelos moradores da Comunidade para a realização de tratamentos médicos e parto de gestantes.

⁴¹ Comunidade próxima à Enseada, localizada na Ilha de Cananéia.

morou em Iguape, com a esposa, durante as temporadas de pesca. Não possuem embarcação própria.

Família Seis: Formada por quatro pessoas: o filho Nelson casou-se com Erenilda e tem dois filhos: William e Gabrielly.

Nelson nasceu, em 19 de novembro de 1978, na comunidade Pontal do Leste. Foi adotado quando tinha oito meses pelo casal Malaquias e Herci. É pescador e estudou até a 5^a série do ensino fundamental.

Sua esposa, Enerilda, nasceu na Barra do Ararapira em 17 de janeiro de 1980. Estudou até a 5^a série e trabalha como pescadora, além dos serviços de sua casa e da limpeza e salga do pescado. Migrou para a Enseada há cerca de 12 anos, para trabalhar na casa do sr. Malaquias. A embarcação da família é uma canoa a remo.

Percebe-se, deste modo, que as famílias apresentam baixo nível de escolaridade, com estudos até o nível fundamental, com exceção dos mais jovens, os quais buscam continuidade em outras localidades como, por exemplo, no Distrito do Ariri ou área urbana de Cananéia.

A inserção no trabalho ocorre ainda jovens, com o início na profissão como aprendizes e auxiliares dos mais experientes. Os casamentos são realizados pelos indivíduos com idade média de 20 anos. No geral, os moradores conheceram o(a) futuro(a) companheiro(a) na própria comunidade ou através das relações de amizade entre os moradores e comunidades vizinhas.

Os segredos de atividades como o remo e a pesca são transmitidos de pai para filho, como uma tradição. Para Claval (1999b, p.90) a territorialidade “[...] é um dos ingredientes essenciais das identidades [...]”. Neste contexto, a territorialidade do caiçara é manifestada através dos conhecimentos e dos relacionamentos com o local, despertado pelo sentimento de pertencimento e das relações entre o indivíduo com o meio e entre os indivíduos do próprio grupo.

Assim, a comunidade estabelece uma relação familiar com liderança de um chefe, o sr. Malaquias, o qual repassa orientações e guia os atos dos membros do local, vivendo assim em um ambiente de tradição comunitária entre família, vizinhança e compadrio.

Referente à Enseada da Baleia, Mourão (2003) cita sua percepção, perante o futuro, a qual não se concretizou,

[...] é curioso salientar que o filho mais velho de seu Valeriano, que dirige atualmente as pescarias na enseada da Baleia, se não tem as condições de liderança religiosa do velho pai, na medida em que já pode ser considerado um empresário-inovador em relação a essa pequena comunidade, poderá contribuir decisivamente para a sua integração à sociedade global, através do tratamento adequado dos elementos que estão na base do processo organizatório geral [...] (MOURÃO, 2003, p.245).

O filho mais velho, Antônio Florentino, não sucedeu a liderança de seu pai Valeriano, migrando para a área central do município. Essa liderança, tradicional na comunidade, ficou com o sr. Malaquias.

4.1. Infraestrutura

As edificações estão construídas próximo ao Canal do Ararapira, uma vez que assim os moradores conseguem proteção contra as marés e os ventos vindos do oceano. Possuem a frente voltada para o canal, sendo a maioria de duas águas. Não possuem muros ou cercas divisórias entre elas. Os lotes não são individualizados. Entre as construções há algumas árvores plantadas pelos moradores como forma de amenizar as altas temperaturas como, por exemplo, o chapéu-de-sol.

Na região da Enseada da Baleia, localizada próxima a Vila do Ariri, há relatos da presença populacional já na década de 1940

[...] existem na parte interior, isto é, no canal do Ararapira, pequenas e graciosas praias, à beira das quais os pescadores da região ergueram as suas casas. De vegetação rasteira, essa língua de terra é dos pontos mais pitorescos da ilha (ALMEIDA, 1946, p.65).

As casas que não pertencem aos moradores tradicionais, de propriedade de veranistas, ou aquelas cujos moradores mudaram-se para a área urbana do município de Cananéia, estão sendo derrubadas como cumprimento das metas publicadas no Plano de Manejo (2001). Um exemplo é a residência da filha da moradora Maria de Lurdes, Daiane, que mudou para área urbana após casar-se e teve sua residência demolida há cerca de dois anos. Ao todo a comunidade possui 20 edificações.

A maioria das edificações é construída de madeira, sendo que aproximadamente 20% das mesmas são de alvenaria. Nas construções mais recentes foram utilizadas placas de material reciclável. Hoje, as casas são cobertas com telhas, sendo anteriormente cobertas com palha da palmeira Guaricana ou da Guamiova. Essas palhas eram extraídas do Estado do Paraná, por uma questão de proximidade, “[...] aqui pertinho, caminha cinquenta metros, chega no baixo assim onde tem essas palmeiras”, já a madeira “é tirada aqui do mato mesmo, tudo aí tem madeira.”, diz o sr. Malaquias. O chão, antes de assoalho de madeira, é de cimento ou coberto por piso.

O tamanho das casas varia de acordo com o número de moradores e do interesse dos mesmos pela atividade turística, já que os quartos excedentes são alugados e geram renda extra; “[...] por causa desse negócio de turista, hoje em dia, aumentou mais e aí aluga para os turistas”, explica o sr. Malaquias.

Segundo os moradores, houve aumento de aquisição de equipamentos eletrônicos e mobília de suporte em decorrência da chegada de energia elétrica. Outro exemplo é a mudança do fogão à lenha pelo fogão a gás.

Décadas atrás⁴², sem energia, os moradores iam dormir cedo, “[...] mesmo tendo o liquinho⁴³, sete horas da noite já íamos dormir, não tinha nada pra fazer, não tinha TV, só ouvia rádio e aí todo mundo levantava cedo.” Agora, dizem que vão dormir um pouco mais tarde, “[...] depende do dia. Hoje, por exemplo, tem jogo do Brasil, aí nós vamos assistir”, diz um morador.

A energia elétrica utilizada na comunidade é proveniente, em grande parte, de geradores. Há cerca de catorze anos, foram instalados dois geradores de energia, os quais podem ser vistos na figura 13, adquiridos com recursos próprios do sr. Malaquias, que serve a algumas casas, o bar, o centro comunitário e a capela.

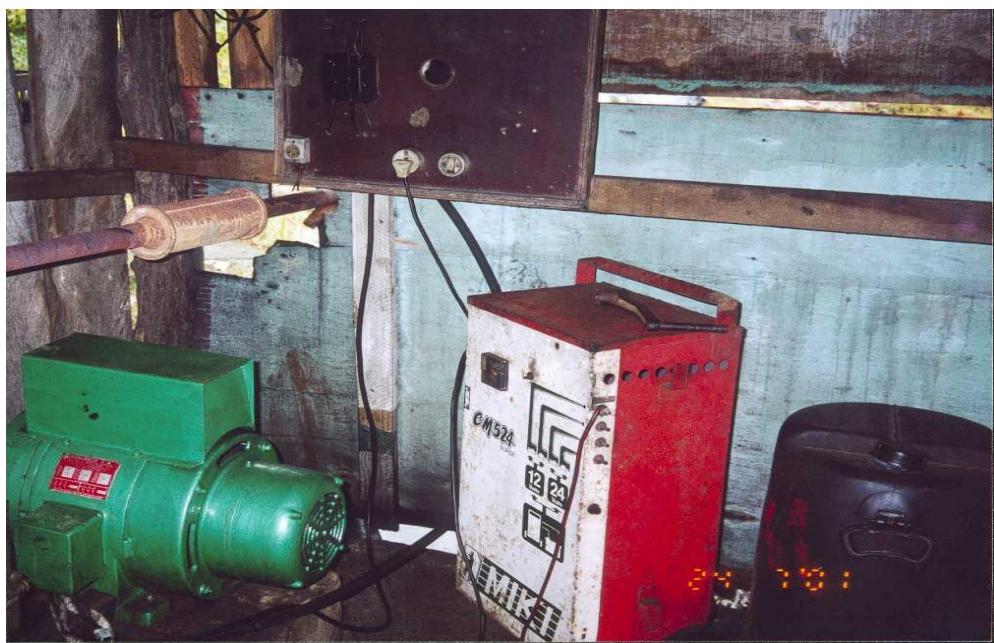


Foto: ARAKAKI, Kelly Rocha, 2001.

Figura 13. Geradores de energia da comunidade Enseada da Baleia.

⁴² Os moradores não souberam informar o ano correto.

⁴³ Antes do gerador, os moradores utilizavam o liquinho a gás, um tipo de lampião.

Há aproximadamente treze anos foram instaladas placas para captação de energia solar, através do projeto Ecowatt, que consistiu na instalação, pela Concessionária Electro, de placas fotovoltaicas⁴⁴. Há reclamações referentes a essas instalações, pelas quais os moradores passaram dois anos pagando parcelas mensais, “[...] tivemos que pagar e não funciona direito, falaram que iam arrumar, mas até agora nada [...]”, conta uma moradora. Disseram que muitas placas se estragaram e chegaram a comprar duas baterias novas, além do fato de que quando não há sol, a placa não carrega, isto é, não armazena energia solar. Um lado positivo foi que, “[...] com a solar a TV agora funciona de dia também”. Hoje, algumas dessas placas estão dispostas no telhado das casas, em uma tentativa de fazê-las funcionar apropriadamente, porém sem sucesso.

No ano de 2001, a água que abastecia a comunidade era proveniente de um poço artesiano, o qual possuía uma bomba ligada ao gerador para a retirada da mesma. Essa água era considerada salobra⁴⁵. O Plano de Manejo (2001, p.83) previa como prioridade a instalação de um sistema de abastecimento. Hoje essa etapa está resolvida. A água que abastece a comunidade é canalizada e proveniente de um rio, localizado no Ariri⁴⁶, passando a tubulação pelo Canal do Ariri, até a ilha. Este abastecimento favorece as comunidades da Enseada da Baleia, Vila Rápida e Pontal do Leste.

O esgoto é depositado em fossa de alvenaria. Desde os anos de 1990 os moradores estão reivindicando junto à administração do Parque a construção de uma rede de esgoto, pois todos os resíduos seguem diretamente para o canal. A solicitação ainda não foi atendida.

⁴⁴ Conforme informações da Deliberação CONSEMA nº 30, de 24/10/2001 (SÃO PAULO, 2001a).

⁴⁵ Água com salinidade.

⁴⁶ O distrito do Ariri é um “aglomerado urbano totalmente artificial, criado no tempo do governo Washington Luís, com o objetivo, segundo informações dos antigos moradores, de marcar a posição de São Paulo ante as pretensões do Paraná, que estaria, ao tempo, interessado em englobar essa área do seu território.” (MOURÃO, 2003, p. 46). A distância entre o Distrito e a Enseada é de aproximadamente 10 km.

O lixo é coletado e levado para a cidade de Cananéia, de barco, há aproximadamente onze anos. Antes da implantação desse procedimento era queimado em um local distante das moradias.

Na época do primeiro trabalho, em 2001, um funcionário do Parque deveria passar fazendo a coleta “[...] mas ele só aparece de vez em quando”, disse então dona Herci. Já o lixo orgânico era enterrado.

Para não acarretar no acúmulo do lixo, o sr. Malaquias sempre que preciso o levava para a cidade em seu próprio barco, mas ele o fazia pelo seguinte motivo: ele tem um bar e ao lado um galpão que abrigava uma geladeira, cedida anos atrás pela SUDELPA – Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista, destinada a todas as comunidades, para que o pescador pudesse armazenar sua mercadoria. Por volta de doze anos atrás uma tormenta (de vento) descobriu o galpão e o sr. Malaquias resolveu desmanchá-lo e construir o salão do restaurante “[...] porque as pessoas tarem comendo aqui junto com as pessoas que tão fumando, bebendo, não fica bem, um ambiente bem bom.” No término da cobertura do salão, os fiscais apareceram e interditaram a construção. Retornaram dias depois com uma ordem judicial estabelecendo prazo de 20/25 dias para desmanchar o salão, “[...] aí eu fiquei meio bravo com eles [...] desmanchar por quê? [...] eu não desmatei nada [...]”. Explicou aos fiscais que quando chegou à comunidade havia no local somente capim e pé de aracá e todas as árvores existentes ali foi plantação dos moradores com intuito de tornar o local mais agradável,

“[...] para a melhoria [...] para deixar uma coisa mais bonita [...] um lugar que existe só campo não tem nem onde você tomar uma sombra, não tem passarinho sentado, não tem nada e nós construímos tudo isso aqui [...] tudo que eu fiz foi beneficiar o lugar, tô tratando, cuidando [...]”

Nessa passagem, o sr. Malaquias demonstra o sentimento de pertencer ao local, através da responsabilidade de manter o local agradável e que ofereça benefícios para os moradores, o que demonstra o cuidado do morador com o lugar e a relação com o meio onde habita.

A situação foi explicada para a administração do Parque em uma das reuniões realizadas mensalmente com a comunidade. Ficou decidido que a construção permaneceria em troca da demolição de uma casa mais antiga localizada nos fundos do bar e a realização da coleta do lixo produzido na comunidade, que deveria ser levado até Cananéia durante um ano. No entanto, depois de cumprida a obrigação, ele continuou a realizar o serviço, pois como já citado, o funcionário responsável pelo barco de transporte do lixo, este conhecido como “caracaxá”, só realizava a coleta até a comunidade do Marujá. “[...] às vezes ele fica (falando em relação ao rapaz responsável pela coleta do lixo na ilha) fazendo do barco condução para ele mesmo próprio [...] e ele não vem fazer a obrigação. Isso que eu acho uma coisa errada”, diz o sr. Malaquias defendendo a ideia de que se existe um barco em benefício da comunidade e do meio ambiente, o serviço deve ser feito com responsabilidade.

Segundo informações do sr. Thiago Borges Conforti, responsável pelo PEIC, desde o segundo semestre de 2009, na atual gestão foi realizado convênio com a Prefeitura Municipal de Cananéia para proceder o recolhimento do lixo. O Parque contribuiu com a embarcação e a prefeitura com o funcionário, Antônio Mário Mendonça, morador da Enseada da Baleia.

No início de 2010, por problemas técnicos e administrativos, o lixo não estava sendo recolhido. Moradores da comunidade do Marujá, por receberem um grande número de turistas, eram, na ocasião, encarregados de transportar os resíduos. Já os moradores da Enseada enterram os resíduos orgânicos e estocam os recicláveis, como pode ser visto na figura 14. Isso porque há um impasse entre as partes responsáveis envolvidas no que diz respeito a problemas estruturais da embarcação e a falta de combustível. Assim a situação não está resolvida.

De acordo com a administração do Parque existem projetos para que os resíduos recicláveis sejam recolhidos e processados na área urbana de Cananéia. O destino dos resíduos urbanos seria através da implantação de sistemas de compostagem, nas próprias comunidades do PEIC.



Foto: ARAKAKI, Kelly Rocha, 2010

Figura 14. Armazenamento do lixo reciclável. O lixo reciclável da comunidade fica armazenado até a disponibilidade para retirada e envio à sede do município de Cananéia.

Caso precisem de um hospital, é necessário se deslocar até a cidade de Cananéia. Na ocasião dos partos, as mulheres também são levadas para municípios vizinhos como Cananéia e Paríquera-Açu, mas algumas “[...] ganham no meio da viagem [...].” Há aproximadamente dezesseis anos, eles podem recorrer a um posto de saúde instalado na comunidade vizinha, a do Marujá, mas somente em casos não graves. A moradora Débora é encarregada de supervisionar os casos de enfermidade dos moradores das quatro comunidades localizadas ao sul da Ilha.

Quanto ao sistema de comunicação, no ano de 2001, era restrito a dois telefones comunitários, que utilizavam a mesma linha. Em 2010, dois moradores possuem telefone a rádio, o sr. Malaquias e Antônio Mário, sendo duas linhas particulares. A central da rádio localiza-se no distrito de Ariri.

Na comunidade há uma escola pública, a “Escola Estadual Enseada da Baleia”, observada na figura 15. Foi fundada em 24 de agosto de 1982. A escola é a última edificação localizada antes do acesso à praia.



Fotos: ARAKAKI, Kelly Rocha, 2001/2010.

Figura 15. E.E. Enseada da Baleia (2001 e 2010). As fotos mostram o prédio escolar localizado na comunidade, patrimônio pertencente a rede pública de ensino do Estado de São Paulo. Está em bom estado de conservação, sendo a última manutenção realizada no ano de 2009.

Oferece ensino fundamental – (de 1^a à 4^a série - Ciclo I) por meio da modalidade MSE: Classe Multisseriada⁴⁷. Possui dois funcionários, sendo um a moradora Maria de Lurdes, contratada pela Prefeitura para trabalhar como merendeira e um professor, geralmente morador da cidade de Cananéia, que durante a semana desloca-se até a comunidade para lecionar. Quando o aluno ingressa no Ciclo II do Ensino Fundamental é transferido para uma escola localizada no Distrito do Ariri e há uma embarcação contratada pelo Governo do Estado que faz o transporte dos alunos.

⁴⁷ São classes comandadas por um único professor. As aulas são direcionadas à alunos de diversas idades e níveis educacionais.

Mourão (2003, p.144) relata a preocupação dos líderes locais com a educação, já na década de 1940, quando o sr. Valeriano reivindicou uma professora para ensinar as crianças da Enseada “[...] outro líder tratava de conseguir a vinda de uma professora para uma escola que a própria comunidade construiu com tábuas que davam à costa a uma pequena capela [...]”.

4.2. Aspectos Socioeconômicos

As atividades econômicas predominantes praticadas pelos caiçaras moradores da Enseada da Baleia são a pesca e o turismo. Referente aos locais de pesca, os caiçaras demonstram domínio, quer seja do mar, canal ou rio. Os pontos de pesca são transmitidos de pai para filho, como uma tradição.

A atividade pesqueira tem uma grande variação: na época da tainha, que tem início em maio e vai até o final de julho, chegam a pescar mil quilos de peixes, ganhando cerca de R\$ 500,00 por pessoa, por dia, e depois da safra chegam a pescar apenas dois a três quilos de peixes por dia. Veja o que diz Antônio Carlos, morador da comunidade, filho do sr. Malaquias:

“Depende da época, igual agora rende um pouquinho mais, por causa da tainha, que é um peixe que dá bastante. Você pega, por exemplo, 1.000 quilos de tainha e sai ganhando cerca de R\$ 500,00 por pessoa/por dia. Mas depois tem época que pega 2, 3 quilos por dia e tem hora que não pesca nada” (2010).

De acordo com o sr. Malaquias, havia muito peixe no local, “se pescava bastante peixe, cerca de 200, 300, 400, 500 quilos em uma noite. Meu pai veio para isso [...] nós antigamente tínhamos uma fábrica de peixe seco aqui, perto ali do barracão.”

Os habitantes encontraram na secagem e salga dos peixes uma alternativa para a conservação, em vista da distância com o mercado consumidor. A fábrica de peixe seco, que no início visava a manjuba (irico)⁴⁸ e a sardinha, era em sociedade com mais três “japoneses” de Registro: Wasan, Takeda e Nishisawa, isso por volta de 50 anos atrás. Posteriormente foi construída uma estufa motorizada.

A construção, de alvenaria, possuía várias repartições. Segundo o sr. Malaquias em uma dessas repartições estava instalada uma estufa e no extremo um catavento, ligado a um motor de polia. Na estufa ficavam os tabuleiros dos peixes. O calor era produzido pela queima de lenha e, com a ventilação do catavento, resultava a secagem do peixe. O tempo de duração do processo era de aproximadamente 7 horas “[...] bem cedo já tinha uma fornada colocada e meio dia o peixe já tava seco [...]”.

O pai do sr. Malaquias comprava a produção de peixes frescos dos pescadores da região para salgar e secar na estufa da fábrica. O peixe era vendido para alguns municípios do Paraná e, no Estado de São Paulo, para Cananéia, Iguape e Registro. Do último destino o produto seguia em exportação para o Japão, negociados pelos sócios.

“Era bem movimentado, tinha muita produção, hoje em dia a produção totalmente caiu a zero e sabe por quê? Por causa dos barcos aí fora, pesqueiro. Aí (apontando para o canal) era rico de produção de peixe.”

Hoje a realidade é diferente e os moradores apontam os barcos pesqueiros como culpados pela atual escassez, uma vez que não respeitam o território desses, afinal não é possível colocar cercas no mar. O sr. Malaquias conta que,

“[...] os peixes miúdos entravam barra adentro depois saiam, faziam criação, mas a rede deles (referindo-se aos grandes barcos pesqueiros) é rede de saco e vai acumulando os peixes,

⁴⁸ A grafia também é apresentada como iriko.

matando o adulto, vai matando o filho [...] isso faz uns cinquenta e pouco anos, que veio o primeiro barco que saiu aqui na costa e aí de lá pra cá foi só começando a parede, a parede, as empresas de barco, de dia, de noite, só prejudicando. A Costa aqui mesmo (aponta) aqui você olhava e amanhecia forrada de peixe, mas eles pescavam e jogavam tudo fora. Eles pegavam, por exemplo, vamos supor lá uma cercada de 10, 12, 13, 15 toneladas de peixe, e aproveitavam 3, 4. O resto eles jogavam tudo fora, tudo morto, você vê, desde aquela época só aumentou empresa de barco, dia e noite trabalhando. Foi o camarão, foi o peixe e chegou um dia que praticamente acabou. Hoje em dia você vai aí e não pega nada, nada, nada, muito pouco. A natureza é muito grande, o oceano é muito grande, mas se você tira e não põe com o tempo vai acabar. Meu filho, filha, nem meus netos hoje já não conhecem os peixes que nós conhecemos, eles já não conhecem porque não tem mais, é completamente zero. O único peixe que ainda a gente tem aqui no nosso canal é o parati e essas tainhas quando é época. O robalo muito pouco, consegue algum aí fora, de arrasto que a turma arrasta, né. O cação é lá por acaso, mas este ano já não deu cação.”

Com a pesca desordenada realizada por grandes embarcações, não há seleção do produto pescado, além do grande índice de desperdício, motivos que, segundo o caiçara, foram os culpados pela drástica redução e até desaparecimento de cardumes.

Conforme o Diagnóstico Ambiental Participativo do Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo, de 1998, na região são praticados dois tipos de pesca comercial, com tecnologias e impactos distintos: enquanto a pesca artesanal tem como objetivo a subsistência, consumindo uma quantidade e o restante sendo comercializado, a pesca industrial tem como objetivo o lucro, pescando das mais variadas formas, sem compromisso com o meio ambiente (SÃO PAULO, 1998b).

De um lado encontram-se os empresários da pesca, através do sistema de parelha (dois barcos arrastando uma enorme rede). Não se tem estimativa do número de barcos, pois estes vêm de Santos, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Do outro, os pescadores tradicionais que moram no local e utilizam barcos de pequeno porte, canoas motorizadas, canoas a remo e alguns barcos de alumínio com motor de popa, não apresentando, desta forma, mínimas condições de competição na realização da atividade.

Na comunidade os moradores possuem somente barcos de pequeno porte, conforme pode ser visto na figura 16. Há alguns barcos de alumínio com motor de popa – as chamadas voadeiras, toque-toque, bote, baleeira e canoas a remo.



Foto: ARAKAKI, Kelly Rocha, 2010.

Figura 16. Embarcações dos moradores. No primeiro plano podemos observar parte das embarcações dos moradores locais. No segundo plano está o Canal do Ararapira e em terceiro plano observamos a Ilha do Superagui, PR, uma região de Mata Atlântica. Ressaltamos que no encontro das águas do Canal com as terras do Superagui, há formações de um dos mais ricos ecossistemas: o mangue.

Ainda de acordo com o Diagnóstico Ambiental Participativo do Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo (1998), a convivência desses dois modos de pesca não é passiva. Os pescadores tradicionais argumentam que a pesca industrial é danosa porque além de não respeitar o período de defesa – que resguarda a reprodução da espécie – esses pescadores removem grande massa de organismos marinhos, em que apenas 25 a 33% são aproveitados, resultando

no empobrecimento da vida marinha e na carência das espécies de importância econômica. Eles capturam todos os tipos de peixes sem medida nem padrão, dizimando com os peixes pequenos, que futuramente seriam pescados pelos moradores locais.

O sr. Malaquias relata que o produto beneficiador da comunidade é a pesca da manjuba, “[...] dá para, vamos supor, modo de dizer, pra comprar o café e o açúcar [...] de outro peixe você não consegue mais viver.” Indignado, relatou que no píer da comunidade, muitos dos grandes barcos paravam para mostrar os camarões pescados, totalizando de três a quatro toneladas, todos filhotes, capturados para serem transformados em farinha, fato que demonstra a impossibilidade de concorrência com os pescadores profissionais perante a comercialização do produto e o estabelecimento de preço no mercado.

A pesca da manjuba, conhecida como irico (figura 17), além de ser uma opção de fonte de renda para os moradores, é uma atividade que demonstra o domínio sobre o território do canal para o encontro dos cardumes, além de ser uma tradição passada de pai para filho. É praticada por toda a região do estuário,

For approximately the past 70 years small-scale manjuba fishing, also called *iriko* fishing, has been a common caiçara activity by estuary fishermen, from the south of Cardoso Island to the Paranaguá Bay on the northern coast of Paraná State. The present study of this type of fishery was motivated by current legislative restrictions, which threaten the livelihood of local communities (CARDOSO e NORDI, 2006, p.963).⁴⁹

A pesca do irico era irregular até 2005, quando uma pesquisadora realizou levantamentos sobre a espécie e, com base nos resultados, criou-se a aprovação da atividade através da Instrução Normativa MMA nº 15, de 16 de junho de 2005⁵⁰, a qual estabelece normas, critérios e padrões para a pesca de juvenis das espécies conhecidas popularmente como “manjuba ou irico”. Segundo

⁴⁹Tradução livre: Há aproximadamente 70 anos a pesca de pequena escala da manjuba, também denominada de iriko, tem sido uma atividade caiçara comum, realizada pelos pescadores do estuário, desde o sul da Ilha do Cardoso até a Baía de Paranaguá, na costa norte do Estado do Paraná. O presente estudo deste tipo de pesca foi motivado pelas restrições legislativas atuais, as quais ameaçam os meios de vida das comunidades locais.

⁵⁰Instrução Normativa em anexo.

a Instrução Normativa, a pesca é permitida no canal de Ararapira, no entorno do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, somente na área compreendida entre 1.000 metros da barra do Ararapira e até 1.500 metros ao norte da desembocadura do canal do Varadouro.



Fotos: ARAKAKI, Kelly Rocha, 2010.

Figura 17. Irico. Representa uma importante complementação de renda para os moradores locais. As fotos mostram as fases do resultado da pesca do irico, desde a secagem até a comercialização. O pescado (a e b) é classificado pelos n^{os} 0,1, 2 e 3, conforme o tamanho do peixe, em centímetros. Na comercialização (c) a variação de tamanho está relacionada à diferenciação do preço: quanto menor a remuneração é melhor. Um morador informou que o processo de salga é natural, onde não é adicionado sal na secagem. Apenas o sal encontrado nas águas do canal é suficiente para a conservação do produto.

Na década de 1960 a pescaria dos moradores da Enseada da Baleia gerava em torno no irico, citado por Mourão (2003, p.144) como peixe de porte pequeno, “vendido por alto preço e capturado pelo grupo familiar da Enseada”. Ainda hoje a manjuba é o peixe que apresenta maior valor de mercado dentre as demais espécies pescadas na região.

A manjuba ou irico é pescada nas margens do canal do Ararapira, com redes de filó de malha fina com abertura de dois milímetros, as quais tornam a pesca seletiva, evitando a mortalidade de juvenis ou outras espécies que habitam as áreas estuarinas. A embarcação permitida é a canoa a remo. Ao final os pescadores devem preencher uma ficha de acompanhamento da pesca⁵¹. O peixe é comercializado seco, apresentando proporção de relação entre o fresco e o seco de 6/1 quilos. (CARDOSO e NORDI, 2006).

Os pescadores devem realizar cadastros para obter a licença de pesca. Esta é a primeira licença especial de pesca do Estado de São Paulo, a qual permite que apenas moradores de Cananéia pratiquem a referida pesca. A fiscalização é de responsabilidade do IBAMA e do Instituto Florestal.

Mesmo que o mercado consumidor final seja restrito, constituído basicamente por mercados especializados e restaurantes japoneses, o produto é diferenciado e quando seco, agrega-se valor de comercialização.

Outro método utilizado pelos pescadores tradicionais da Enseada da Baleia são os cercos, que além de ser um artesanato confeccionado na própria comunidade, é um modo de pesca de baixo impacto. Os cercos são construídos em sociedade, uma vez que para a despresa são necessários, no mínimo, dois pescadores. No local, ao todo são três cercos: do morador Toninho com o Jonas, do Antônio Mário com o Nelson e do sr. Malaquias com Antônio Carlos.

Os cercos (figura 18) são armadilhas confeccionadas pelos próprios caiçaras com varas de taquara, e fincadas no chão perpendicularmente à margem

⁵¹ Modelo anexado à Instrução Normativa.

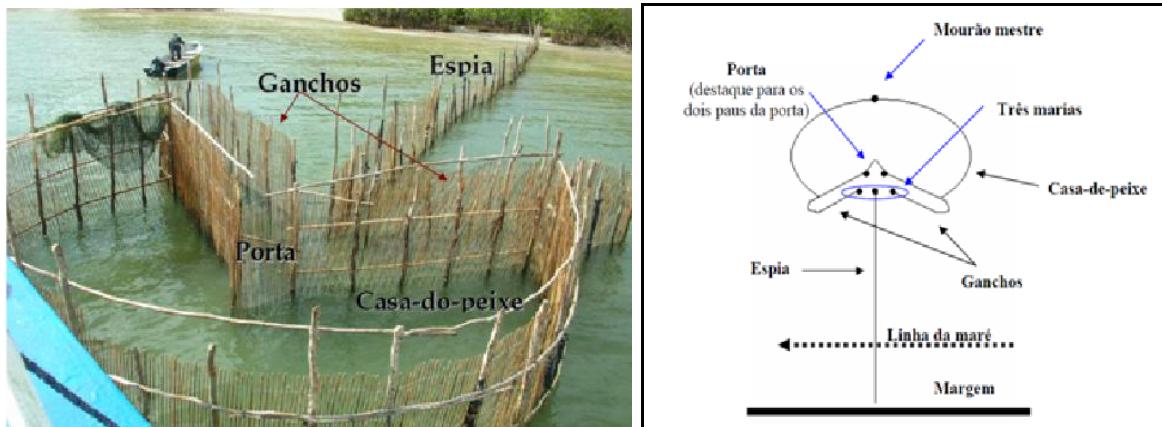
do rio em direção ao mangue. A taquara, que é extraída de algumas regiões de Cananéia ou comprada na área urbana, sendo que o transporte para a entrega é o que mais encarece o material, devido à distância da comunidade.



Foto A: Autor Desconhecido – **Foto B:** ARAKAKI, Kelly Rocha, 2001.

Figura 18. Pesca utilizando o cerco. (a) ilustra a “despesca” do cerco, onde pescadores estão retirando os peixes capturados. (b) é a representação, em maquete, do formato do cerco, encontrado no Museu Marinho localizado no Núcleo Perequê, PEIC.

O sr. Malaquias explica que a casa do peixe (figura 19), um círculo que fica na ponta do cerco e armazena os peixes, é feita com uma madeira maior, de tabucu ou guanapi. Para a “despesca”, são necessários dois ou três pescadores que utilizam uma rede com duas varas nas extremidades. Nessa rede há chumbo e alguns anéis por onde passa uma corda chamada fiel, que é amarrada na ponta do talão. Os pescadores devem passar essa rede em volta do cerco, estando uma pessoa de cada lado, percorrendo todo o fundo até chegar ao final, onde os dois talões são unidos e o fiel puxado, encolhendo a rede, moldando uma espécie de saco. É uma maneira seletiva de pesca, capturando apenas peixes adultos e com bom tamanho, diferente do que acontece no arrasto.



Fonte: Oliveira, 2007.

Figura 19. Itens de um cerco. A foto e o esquema ilustram os principais componentes de um cerco. Segundo estudos de Oliveira (2007) um cerco é composto por 3 itens principais: a espio, os ganchos e a casa do peixe. A espio funciona como barragem para a captura do peixe, os ganchos possuem o papel de “aprisionar” os peixes que foram barrados e a casa do peixe serve como armazenador natural.

O pesquisador Fernando Mourão (2003) realizou trabalhos de campo sobre os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo, entre os anos de 1963 e 1970, com destaque para a região lagunar de Iguape-Cananéia. Na publicação encontramos citações referentes à comunidade Enseada da Baleia e pudemos identificar algumas características observadas no período sobre a comunidade.

Os cercos são utilizados há muitas gerações. Mourão (2003) relata a tentativa de organização da atividade

[...] apesar da Agência da Capitania dos Portos ter proibido a sua construção, em 23/5/1923, para não causar transtornos à navegação, são anualmente reconstruídos, garantindo complementação de pequena renda aos pescadores (MOURÃO, 2003, p.59).

Os cercos realizam o papel de armazenador e conservador natural e não permitem que os peixes estraguem, já que ficam retidos, dentro d’água e só são retirados se houver demanda suficiente para adquiri-los. Ficam montados de quatro a cinco meses dentro da água para depois serem substituídos. O total de

peixe pescado é dividido de forma igualitária entre os sócios do cerco. Na Enseada da Baleia existem dois cercos, de dois donos cada.

De acordo com o sr. Malaquias, a pesca de rede, muito usada no passado, hoje em dia perde espaço para os cercos. Há registros realizados por Mourão (2003, p.122) que comprovam a informação “A rede de espera aparece, de preferência, nos setores próximos à barra, na área lagunar de Cananéia (Prainha e Morretinho), e na ilha do Cardoso (Enseada da Baleia, Pontal do Leste e de Itacurussá à Barra)”.

O líder da Enseada aprendeu a montar cerco com o irmão Antônio Florentino

“[...] não é em qualquer lugar que dá pra montar cerco [...] tem que ter lama mole pra fincar a taquara [...] e no período de maré parada pra vazante [...] pra despessa é na parada da maré, onde passa da vazante pra enchente [...]” (2001).

Havia diversas espécies de camarões e peixes, como a pescada e a corvina, e os caiçaras já sabiam o lugar preciso para lançar suas redes e cercar os cardumes. Para realizar a atividade eram utilizados barcos a remo, sendo que o motor chegou à comunidade há cerca de trinta anos.

Na década de 1960 o pescado mais procurado para a venda era *in natura*, embora alguns pescadores recorressem à salga e secagem como meio de conservação. Mourão (2003) destaca que as comunidades distantes e de difícil acesso aos centros de comercialização continuavam recorrendo a essa técnica de industrialização como recurso subsidiário, mas considerava a secagem em condições normais um péssimo negócio ao somar-se o trabalho de escalar o pescado, o custo do sal e descontando-se o peso perdido durante a limpeza e a secagem do pescado. Veja as informações de Mourão (2003, p.95)

Em 1968, quando na safra da tainha em Cananéia, no início de julho, estavam pagando \$1,20 por quilo, fresca, ao passo que o preço para a tainha seca estava em \$1,80, em setembro – alguns pescadores só vendiam parte da tainha fresca dois meses depois

da sua captura aguardando melhores preços – verificamos que 1000 gramas de tainha fresca, já sem cabeça e sem as vísceras, davam cerca de 600 gramas de tainha seca.

O autor ressalta que para a comunidade Enseada da Baleia a secagem oferecia um ótimo resultado em relação ao irico (e até hoje oferece)

O bom preço atingido pela espécie compensa a perda de peso na secagem. O acúmulo de capital investido em apetrechos de pesca na enseada da Baleia e em Vila Fátima, proporcionalmente maior que nas comunidades vizinhas, deve-se ao resultado econômico da venda do irico. Esse material destina-se à captura de outras espécies que não o irico, pois este é capturado com redes de filó, em virtude do seu pequeno tamanho (MOURÃO, 2003, p.96).

O mercado consumidor era local “[...] o nosso produto era vendido pra Cananéia e Iguape. Meu irmão ia a remo, demora mais ou menos uns três dias para ir e voltar [...]”, conta o sr. Malaquias, ressaltando que na época algumas mulheres também pescavam.

O sr. Malaquias acredita que, hoje, seu produto não tem muita aceitação no mercado devido a embalagem. Enquanto os produtos bem embalados, mesmo possuindo escamas e “galhas”⁵² são bem vendidos, o produzido na comunidade apesar de dar muito mais trabalho aos moradores, pois são descamados e desgalhados, acaba sendo menos aceito,

“[...] embora o produto ali dentro não seja muito bom, mais a embalagem é tão bonita [...] à vezes você vai abri o peixe na sua casa, compra aqueles peixes embalados e congelados e chega lá em casa totalmente ruim [...] então eu acho que hoje em dia o que tá influindo mais é a embalagem.”

As atividades ligadas à agricultura são reduzidas, pois devido a acidez do solo dos terrenos da restinga, as condições não são favoráveis para o plantio, além de que, depois da Ilha tornar-se Parque, essa atividade foi proibida⁵³. Mesmo a terra sendo considerada ruim para o plantio, o sr. Malaquias informou que é possível cultivar alguns tipos de alimentos, “[...] não temos uma ordem, uma

⁵² Mais conhecida como guelras.

⁵³ De acordo com o Decreto nº 25.341/86, de 4 de junho de 1986.

licença para poder plantar [...]". Antes os moradores cultivavam roça de batata, batata doce, cenoura e horta de verduras, "*[...] a batata dá bem aqui, [...] quando eu era novo eu plantava muita roça, verdura. Hoje minhas pernas também não me ajuda [...] aipim dá muito também [...]*", diz ele lembrando que algumas vezes faziam farinha com a mandioca produzida.

Também comentou que já plantou muita melancia e que esta se desenvolve bem no local, mas seus filhos não se interessam em cultivar esses alimentos, preferindo comprá-los na cidade. Eventualmente, os moradores utilizam canoas em desuso como viveiros para hortas.

Na década de 1960, alguns moradores exploravam pequenas roças no continente, principalmente na região de Paranaguá e do canal do Ararapira. As roças eram cultivadas em regime de mutirão nos meses de setembro e outubro e os principais produtos eram feijão, milho e arroz.

Em relação às árvores frutíferas, notou-se a presença de pés de goiaba, araçá, jambolão e pitanga.

A caça de animais, uma atividade proibida por lei, não faz parte dos costumes dos moradores da comunidade Enseada da Baleia, "*[...] muitos anos atrás, lá por acaso a gente matava um tatuzinho pra comer, mas lá por acaso [...]*", diz o sr. Malaquias.

Quanto ao turismo, a atividade é vista pelos moradores como algo positivo. A população local aluga cômodos de suas próprias casas e preparam refeições para os turistas. Assim conseguem ampliar a renda familiar; veja figura 20, onde são visualizadas algumas casas de moradores.

Há alguns anos construía-se casas em nome dos filhos, já que cada um só podia ter uma moradia, para alugar aos turistas na alta temporada, prática que hoje é proibida.

Antes da atividade turística ser praticada pelos moradores, eles não tinham nenhum outro tipo de renda, ganhavam mais na época da pesca da tainha (período de maio e junho). O sr. Malaquias defende o turismo na Enseada, “[...] gosto muito do turismo porque é um beneficiamento pra minha família principalmente e eu também, a gente tem comércio e sempre é uma ajudazinha.”



Foto: ARAKAKI, Kelly Rocha, 2001.

Figura 20. Casas de moradores, visão na direção oeste para leste. As casas estão localizadas próximas uma das outras, distribuídas ao longo da restinga; estão em bom estado de conservação. Na imagem vemos alguns moradores circulando após o almoço.

Não houve reclamações com relação aos turistas por parte de nenhum caiçara, disseram que são tratados muito bem e que o convívio é harmonioso, “[...] trazem brinquedos, bolas para as crianças, participam de festas no fim da noite, todo mundo bebe, todo mundo canta, dança [...]”, disse uma moradora local.

De acordo com o sr. Malaquias, o turismo trouxe benefícios para a comunidade,

[...] pra nós é bom, porque são os turistas que tão pelo menos dando um salariozinho por mês pros meus filhos. Se não fossem eles também a dificuldade seria maior [...] já que da pescaria aqui dentro atualmente, não tem como sobreviver. E vai correr pra onde? A cidade tá pior [...] Cananéia não temo nada, uma indústria, uma empresa, nada [...]”

Há um consenso entre os moradores ao dizer que até o momento nenhum turista os desrespeitou *[...] quando tem alguém que quer abusar a gente pega e fala que não deve e que não é assim, e eles entendem”*, disse Jussemara.

Há receio no contato dos moradores mais novos com os turistas, pois estes poderiam influenciar a visão de mundo e os valores, visto que cada grupo defende o que acha certo e escolhem um modo de segui-los. Assim, há contradição de opiniões, pois os caiçaras encontram no turismo uma fonte de renda alternativa, mas o desempenho da atividade acarreta problemas complementares, como o citado.

Os turistas que visitam a comunidade são comunicados sobre a responsabilidade de recolher o lixo produzido e, ou levar de volta no próprio barco ou depositar em uma lixeira.

Constatamos que os turistas, em sua grande maioria, visitam o local no período entre 26 de dezembro e 06 de janeiro. São turistas que gostam de vivenciar o modo de vida local, usufruindo da tranquilidade e do contato com a natureza.

Alguns possuem casas próximas a região como, por exemplo, um turista entrevistado que possui uma chácara e estava pescando com os filhos, passando na comunidade para comprar isca e na volta para se alimentar. Outros passam o dia, aproveitando a praia, a comida caseira, fazem um passeio de barco e depois retornam para suas casas. Há ainda o preparo de refeições para os

turistas que se hospedam nas áreas de camping ou nas próprias residências (figura 21).

Esse tipo de turismo é considerado pelo Ministério do Turismo (2006) como turismo cultural, o qual

Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2006, p.10).

Este segmento se divide em turismo cívico, turismo religioso, turismo místico ou esotérico e turismo étnico. A comunidade enquadra-se neste último, que compreende a vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos por parte dos visitantes turistas.



Fotos: João Carlos de Almeida Borges⁵⁴, s/d.

Figura 21. Turistas. (a) o sr. Malaquias atendendo aos clientes/turistas e (b) alguns turistas em momento de descontração.

Em 2001, o sr. Malaquias não aceitava acampamento de turistas e preferia quando eram visitados por famílias, pois segundo o entrevistado, a

⁵⁴ Fotos cedidas por João Carlos de Almeida Borges, membro do comitê gestor do PEIC entre os anos 2000-2004 – s/d.

maioria dos jovens que visita a comunidade, “[...] *tomam uma cerveja, mas logo vão embora* [...] se é para ficar a noite é perigoso esse negócio de barraca [...]”, dizendo ter medo da ocorrência de possíveis brigas e também na tentativa de defender sua família, principalmente as netas mais jovens, das drogas e do envolvimento com os turistas. Prosseguiu contando que, às vezes, alguns jovens acompanham suas famílias nas visitas à comunidade, mas nem todos são “*santos [...] lá pelo escuro eles vão sempre puxar o fuminho deles, mas isso não prejudica a gente [...] eles ficam na deles e nunca prejudicaram nós em nada. Toda essa parte nós estamos tranquilos [...]*”.

Na ocasião, Dona Herci deu o exemplo dos barraqueiros que chegam na Enseada para acampar, “[...] *o barraqueiro vem aí e quer por barraca, porque aqui não pode acampar, aí a gente fala que não aceita barraca, então eles vão embora*”.

Em contraposição, Antônio Carlos, filho do sr. Malaquias, já em 2001, era a favor dos turistas acamparem no local. Ele acreditava que se o acampamento fosse possível atrairia um número maior de visitantes e, consequentemente, os valores referentes aos lucros aumentariam.

Depois de estudos de impactos, realizados pela administração do Parque, o uso de barracas na Enseada da Baleia foi permitido. Os turistas só podem acampar no quintal dos moradores, onde há banheiros com chuveiro na área externa da casa. A administração do Parque impõe uma quantidade máxima de barracas para cada casa. Na comunidade, são três áreas para camping, sendo que em uma o limite máximo é de cinco barracas (Morador Toninho) e em duas, o limite é de dez barracas (moradoras Maria de Lurdes e Terezinha). O número de pessoas por barraca varia de duas a cinco.

É proibido montar barracas na praia e a direção do parque fiscaliza se os moradores cumprem as normas estabelecidas através dos serviços dos guarda-parques e informações dos próprios moradores, que fiscalizam uns aos outros.

As atividades pesqueira e turística são a principal fonte de renda dos caiçaras moradores da comunidade. A renda familiar mensal, de acordo com os moradores, apresenta variação entre dois e três salários mínimos, diferença devido às alterações, de acordo com a época do ano, em dependência da abundância da pesca e do turismo (alta e baixa temporada).

Com a pesca, os moradores conseguem aumentar sua renda em duas épocas do ano, essas referentes à safra de peixes: pesca da tainha, de maio a junho e a pesca do robalo, de novembro para dezembro, “[...] depois que começou a vir turista que ajudou a gente [...]”, afirma uma moradora.

Dentre os residentes da comunidade, três exercem a função de funcionários públicos: dois auxiliares de serviços gerais e um agente comunitário de saúde. Em 2001 havia uma renda extra, proveniente do salário de caseiro que algumas famílias realizavam em casas de veraneio existentes na comunidade, as quais foram demolidas em cumprimento do Plano de Manejo (2001).

Segundo pesquisas realizadas por Mourão (2003), nos anos de 1960, com os moradores da área lagunar da Ilha do Cardoso, em relação a dependência, em termos econômicos futuros, a previsão era de que a pesca e o turismo ou as duas atividades entrosadas seriam praticadas pelas comunidades, situação que confirmamos passados 50 anos.

4.3. Organização do Trabalho Familiar

A divisão do trabalho é bem simples: os homens saem para pescar bem cedo, por volta das cinco horas da manhã e chegam por volta das duas, três horas da tarde, dependendo dos resultados da pescaria. De manhã as mulheres cuidam dos afazeres da casa, preparam os alimentos e à tarde quando os barcos chegam, limpam e salgam os peixes (figura 22) para serem vendidos no município de Cananéia, na peixaria do Elizeu ou na peixaria da Colônia, e na Ilha do Superagui, em Paranaguá, no Estado do Paraná e, em menor quantidade, para turistas.



Fotos: João Carlos de Almeida Borges⁵⁵, s/d.

Figura 22. Processo de limpeza e salga dos pescados. As imagens mostram o processo de limpeza e salga dos pescados. Após a pesca, as mulheres ficam encarregadas do preparo dos peixes destinados à comercialização.

⁵⁵ Fotos cedidas por João Carlos de Almeida Borges, membro do comitê gestor do PEIC entre os anos 2000-2004 – s/d.

Algumas mulheres da comunidade são pescadoras e auxiliam os esposos na atividade. Elas também são as responsáveis pelo preparo do alimento, limpeza das casas e da área de camping.

Os moradores da comunidade comercializam o peixe seco, que é processado em uma estrutura montada nos fundos do estabelecimento comercial do sr. Malaquias, conforme pode ser visto na figura 23.



Fotos: ARAKAKI, Kelly Rocha, 2001

Figura 23. Estrutura utilizada para secar os peixes. (a) estrutura utilizada para a seca dos peixes; (b) o pescado já passou pelo processo de limpeza e salga e está exposto ao sol para a secagem e (c) o produto, a tainha, já está armazenado, pronto para a venda.

4.4. Aspectos Culturais e Organização Social

Na comunidade todos seguem a religião católica e são os moradores quem cuidam da capela construída na comunidade (figura 24). O padre vai à ilha uma vez por mês, quase sempre no começo do mês. O padroeiro da comunidade é São Sebastião e no seu dia, 20 de janeiro, é realizada uma festa de comemoração. “[...] é normal suspender os trabalhos para, em conjunto e sob a liderança do quase centenário pescador Valeriano, rezar as ave-marias” (MOURÃO, 2003, p.145).

Na verdade, são três dias de comemoração com leilão, reza e baile, “[...] vem o padre de Cananéia, fazemos um almoço, matamos galinhas, é legal, tem jogo de futebol, baile de noite, leilão em benefício da igreja, frango assado, bolo, qualquer coisa boa”, diz a moradora Jussemara. Para a festa, são convidados os moradores das comunidades vizinhas como da Vila Rápida, Pontal do Leste e Barra do Ararapira, surgindo assim também oportunidades de sociabilização entre os moradores. Percebe-se que os moradores são muito apegados a religião, abrigando no interior das suas residências inúmeros quadros e imagens de santos.

A preocupação com a religião é demonstrada desde quando o sr. Valeriano era o líder local, relatada por Mourão (2003, p.144) pela existência de uma capela, “[...] uma pequena capela, onde um padre de Guaraqueçaba celebrava missa, de tempos em tempos, quando aproveitavam para realizar casamentos e batizados”.

Outra data comemorada pelos moradores da comunidade é o dia do aniversário do sr. Malaquias, quando os filhos e netos organizam uma festa junina “[...] as pessoas fazem uma fogueira, fazem uma festa, fazem um bailizinho, faz um bolo para comemorar, assa uma tainha, churrasco, aí a gente se diverte um pouco”, conta o sr. Malaquias.



Foto: ARAKAKI, Kelly Rocha, 2010.

Figura 24. Capela católica da comunidade. Local onde os moradores se reúnem para a realização de missas, batizados, casamentos e outras comemorações.

Sobre a organização de festas e forrós na comunidade, o sr. Malaquias informou que poucas são realizadas, pois “[...] *antigamente era bem melhor porque o povo tinha mais respeito pelos outros e hoje não existe mais isso. É uma malandragem danada, você vê, tem gente muito avoroçado, não todos, mas tem [...]*” Seguiu contando que na região há rapazes que ficam bêbados, não controlam as atitudes e passam a gritar e chutar o que encontram pela frente, ficam “*amargos*”, segundo o sr. Malaquias, e consequentemente acabam arrumando brigas. Lembrou que organizou as quatro noites de Carnaval em 2001 em seu bar e que aconteceram algumas pequenas discussões. Gostaria de fazer isso todos os finais de semana, pois gosta de ouvir música, ver as pessoas se divertindo, “[...] *não só a juventude, mas qualquer pessoa de qualquer idade [...]*” Deixa claro que é importante haver um ambiente onde haja respeito e não organiza os encontros para evitar que “*coisas ruins aconteçam*”. Assim, podemos perceber que há, entre os moradores, respeito aos pensamentos e ideais do

patriarca, sr. Malaquias, o que demonstra a valorização da figura do líder pela comunidade.

Segundo Antônio Carlos, filho do sr. Malaquias, na alta temporada também é frequente a reunião das pessoas e a organização de forrós no centro comunitário, local onde no final do ano, os caiçaras da comunidade costumam se reunir para comemorar as festas, juntamente com os turistas presentes no período.

Também há participação em festas realizadas em comunidade vizinhas como, por exemplo, a festa em comemoração a Nossa Senhora de Santana, realizada na comunidade da Barra do Ararapira – Estado do Paraná. Os moradores vão à missa “[...] lá tem uma igreja grande, bonita [...]”, diz o sr. Malaquias, participam do torneio de futebol, em que as mulheres e filhos ficam na torcida e à noite, no bar acontece um “*forrozão*” ao som de um sanfoneiro.

As festas eram escassas na comunidade em foco, pois o pai do sr. Malaquias, o sr. Valeriano, não gostava. Os moradores participavam de festas nas comunidades vizinhas, sendo que homens e mulheres frequentavam os mesmos lugares. Há planos para organizar, a partir de 2010, a Festa da Tainha, como ocorre na comunidade de Marujá.

Os encontros reduzem-se aos dias de festas religiosas. Tradições locais como o fandango está sendo substituído por bailes destinados, principalmente, aos jovens, com músicas divulgadas em grandes rádios.

A maior parte das saídas da ilha são para cuidados médicos para si ou para familiares e para resolver assuntos ligados à comercialização dos pescados. Os hospitais procurados são o Hospital Regional de Paríquera-Açu e o Hospital de Cananéia.

Para a sociabilização e lazer, em 2001, havia na comunidade um campo de vôlei, mas parte deste foi ocupado pelas águas do Canal, problema

exposto a partir da p.114. Ainda hoje existe um campo de futebol, pois é uma atividade muito praticada pelos pescadores. Encontros para jogos de futebol são frequentes, sendo uma opção de lazer e sociabilização entre moradores de comunidades vizinhas. Isso já havia sido percebido por Mourão (2003, p.219) nos anos de 1960

[...] os encontros domingueiros transformaram-se em jogos de futebol entre os moradores de vilas vizinhas, sobretudo nos setores localizados entre a ilha do Cardoso e Paranaguá, onde esse esporte é extremamente divulgado, [...] Além da função de lazer em si, esse esporte proporciona a possibilidade de encontros entre os jovens e principalmente contribui para a manutenção de um certo sentimento de localismo, o que tem a sua importância.

Quanto aos casamentos, na comunidade é “[...] normal o casal, já casado ou não civilmente, e vivendo vida marital, vir a casar-se religiosamente depois, quando o padre aparece para alguma festa, ocasião em que procede a casamentos e batizados” (MOURÃO, 2003, p.211).

Entre as comunidades existe relacionamento de amizade e cooperação, havendo complementaridade entre as localidades, principalmente entre a Enseada da Baleia, Vila Rápida e Pontal do Leste. Outro item em comum é que elas seguem um líder e optaram pela mesma religião, a católica.

Quanto ao artesanato, não há nenhum tipo de produção realizada pelas mulheres da comunidade. Uma moradora, Enerilda, em 2001 confeccionava cortinas de garrafas recicláveis - pet, para uso próprio. Podemos considerar a fabricação das casas, barcos e dos cercos como sendo um artesanato, por ser um ofício manual, confeccionados pelos próprios moradores.

Uma das bebidas tradicionais do local é a Cataia⁵⁶, também conhecida como “uísque caiçara”. Pode ser acompanhada misturada com mel ou limão. Produzida pelos próprios moradores, os quais acrescentam a folha seca da cataia

⁵⁶ O nome em tupi-guarani significa “folha que queima”. Pertence à família Myrtaceae (outras plantas dessa família são a goiaba e o eucalipto). A planta ocorre na região do Vale do Ribeira, principalmente em áreas de restinga do litoral Sul do Estado de São Paulo, e no litoral norte paranaense. Na medicina tradicional é utilizada no tratamento da diarréia e inflamações.

para ser curtida na cachaça, é muito apreciada pelos turistas, sendo vendida em doses e em litros.

Os pratos típicos são baseados em peixes pescados no local: moqueca de peixe e de camarão; tainha à escabeche, feita no bafo com molho de salsinha, cebolinha e pimentão; tainha grelhada; tainha recheada com ova e miolo e a tainha cozida com banana ou batata doce (ou inglesa) e pirão.

A dança típica do local é o Fandango⁵⁷, uma dança popular a três tempos e sapateada, acompanhada por música, comumente realizada após o mutirão. No litoral sul paulista costuma-se dividir em três categorias: *rufado* ou *batido*, sendo seu elemento principal o sapateado, *bailado* ou *valsado* sem sapateado e *rufado-valsado*, em que há sapateado e valsa (FERREIRA, 2001).

De acordo com o sr. Malaquias, era muito praticada no passado “[...] *aquilo era muito bom [...] eu assisti muito na minha idade, eu e minha esposa*”. A dança está sendo retomada por algumas comunidades da região, as quais fazem apresentações em dias festivos e em eventos. O tipo de música muito escutado pelos moradores é o forró.

Como a comunidade é formada por famílias de irmãos, há socialização dos alimentos. Quando Dona Herci mata uma galinha ou faz “*qualquer coisa assim de bom*”, distribui uma parte para cada filho. Com relação ao peixe, “[...] *cada um que precisar comer, basta pegar e preparar*”, conta o sr. Malaquias.

Com as entrevistas percebemos que a vida dos moradores locais está diretamente ligada aos aspectos naturais. Informações utilizadas no cotidiano são obtidas com a observação do céu, das estrelas, dos ventos, das marés, da posição da lua, além dos animais como aves aquáticas, os pássaros, os peixes, os insetos, os quais possibilitam o domínio de aspectos como a previsão do tempo e correntes marítimas. Também é comum que acidentes geográficos sejam

⁵⁷ A denominação é utilizada, por alguns grupos, para denominar os bailes pobres ou de indivíduos de classe inferior.

utilizados como parâmetro de localização, quer sejam morros e elevações, quer sejam os rios e seus meandros.

Deste modo, ao longo do trabalho pudemos comprovar que o desenvolvimento das diversas atividades que os moradores locais praticam está diretamente ligado às características geográficas da região. Por sua vez essas influenciam, de acordo com a sazonalidade, determinadas rotinas a serem seguidas, assim como o período de duração e os resultados que serão obtidos. Os moradores adaptam-se ao local e a partir do cotidiano, criam-se vínculos, que os identificam com aquele meio.

Assim, surge o sentimento de pertencimento ao lugar, e como consequência conservá-lo e defendê-lo, a partir das relações que são praticadas no espaço e entre os indivíduos.

4.5. O Parque e os Caiçaras

Os moradores demonstraram ter consciência em relação aos cuidados com o meio ambiente e elevado grau de conscientização perante os problemas gerados pelo não cumprimento das regras estabelecidas no Plano de Manejo.

Parte desta conscientização deve-se às reuniões realizadas mensalmente, com a participação de representantes das comunidades locais que levam as informações aos demais moradores, as quais visavam a educação ambiental e a conscientização da população local. Na década de 1990, durante a elaboração do Plano de Gestão Ambiental, posterior Plano de Manejo, além dos representantes das comunidades, participavam das reuniões o administrador do Parque e uma comissão formada por representantes locais de órgãos públicos e organizações não governamentais.

Nessa época havia rodízio do local onde eram realizadas as reuniões, sendo escolhida uma comunidade a cada mês para abrigar o encontro. Eram discutidos assuntos voltados ao interesse dos moradores, sendo que o Plano de Manejo Participativo Fase II era um dos itens da pauta nas reuniões do ano de 2001. Hoje, os encontros são realizados na Base do Apoio do PEIC, no município de Cananéia.

Dentre os assuntos abordados nas reuniões, são realizados pedidos para reforma das casas, construções para a melhoria da infraestrutura e qualidade de vida como, por exemplo, banheiros, quartos, varandas ou adaptação dos espaços para a recepção de turistas como, por exemplo, construção de áreas para camping e banheiros. As solicitações são avaliadas pelo administrador juntamente com a comissão. A aprovação ou não, é realizada através da votação dos representantes presentes.

Não há escritura de propriedade das casas. Existe apenas um registro de todos os moradores do PEIC na base de apoio do Parque. Quando há necessidade de comprovação de moradia, a administração fornece uma carta.

Os moradores acabam tornando-se os próprios fiscais (uns dos outros) e colocam em prática, implantando as próprias multas, as quais podemos denominar de multas sociais, que são revertidas para o benefício do próprio parque.

Qualquer alteração no local ou nas edificações deve ser solicitada aos administradores do Parque e após aprovadas são publicadas no Diário Oficial do Estado. Há guarda-parques que supervisionam constantemente as casas das comunidades da Ilha, verificando informações como a quantidade de pessoas que moram no local, se elas não abandonam as áreas, se a prática do turismo obedece as regras de demanda, se há atividade de extração ou plantação sem a devida permissão, entre outros aspectos.

Em relação à demolição de algumas construções, como cumprimento do Plano de Manejo (2001), na Enseada da Baleia foram demolidas até 2010, quatro casas de veraneio de turistas e uma de moradora, Daiane, neta do sr. Malaquias que mora na área urbana de Cananéia.

As punições pelo não cumprimento das regras estabelecidas no Plano de Manejo variam desde o pagamento de multas até a demolição de áreas construídas sem autorização.

4.6. A Erosão na Porção Distal da Ilha do Cardoso

A região onde a comunidade está localizada sofre com a intensificação do processo de erosão. Em 2001, os moradores reclamavam da invasão do canal “gastando” a restinga, “[...] *antigamente isso aqui era reto, olha o quanto que ela gastou*”, disse o sr. Malaquias apontando para a área onde ficam atracados os barcos.

Para proteger a borda do bar contra a ação do canal, o sr. Malaquias gasta aproximadamente 25 sacos, de 50 quilos de cimento a cada três meses. Para o vedamento, são misturados cimento com areia grossa de construção, como observamos na figura 25.

“[...] mas vocês estão vendo o defeito que hoje ela tá fazendo, isso aqui tá fazendo dez anos para cá que começou essa invasão aqui. Essa volta que faz aí em cima ela pode ter agora regularmente vinte e oito metros de largura. Antigamente isso aqui era reto, era bem mais larga. Olha o quanto que ela gastou.”

No trabalho de campo pôde-se notar que no período de nove anos, o local onde se monta a rede de vôlei já começou a desaparecer com o avanço do

canal (ver figura 25). Segundo uma moradora, provavelmente, no próximo ano já não conseguirão montar a rede naquela área.

2001:



2010:



Fotos: ARAKAKI, Kelly Rocha, 2001/2010.

Figura 25. Área erodida durante os anos de 2001 e 2010. Nas imagens acima pode-se observar o avanço do processo de erosão. (a) A seta em destaque indica a localização da mesma árvore em 2001, focalizada nas imagens posteriores (b e c), em 2010. Percebe-se que grande parte da área já foi tomada pelas águas do Canal. O local servia para o estacionamento dos barcos, seca de peixes e lazer dos moradores como, por exemplo, jogos de vôlei.

A ruptura da restinga está localizada a aproximadamente 500 metros do estabelecimento comercial e bar do sr. Malaquias, na direção norte. Segundo a

última medição realizada pelos moradores locais, no início de 2010, a menor faixa de terra (figura 26) apresenta cerca de sete metros de largura.



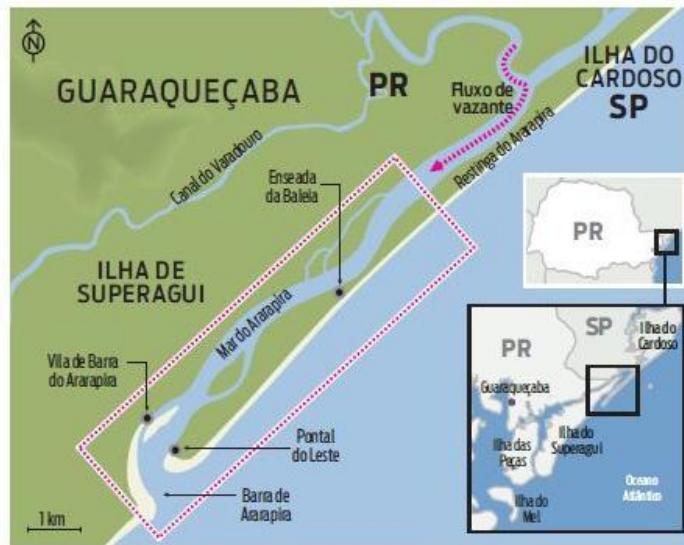
Foto: ARAKAKI, Kelly Rocha, 2010.

Figura 26. Restinga da região sul da Ilha do Cardoso. Região próxima ao provável local da ruptura. Observa-se ao lado esquerdo da imagem o Canal da Ararapira, ao lado direito o Oceano Atlântico e ao centro o que restou da restinga.

A moradora Débora Cardoso Mendonça, 30 anos, relembra que a área era ampla e durante toda a infância brincou no local

“Quando eu era criança corria aqui com meus irmãos e primos, a gente brincava, dava até pra se esconder na restinga. Hoje eu tenho até medo de ficar andando aqui [...] a terra está toda fofa [...]”

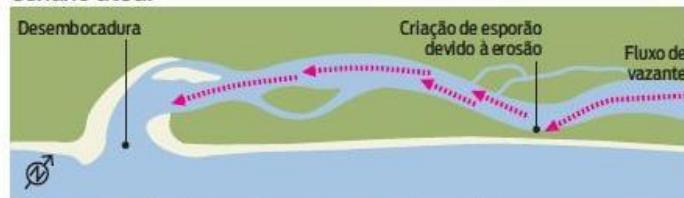
Estudos realizados pelo oceanógrafo Müller (2007), da Universidade Federal do Paraná, concluíram que a ilha se dividirá até o ano de 2014 – ver figura 27, isso se não ocorrer nenhum grande fenômeno climático sem previsão.



ÁREAS PROTEGIDAS

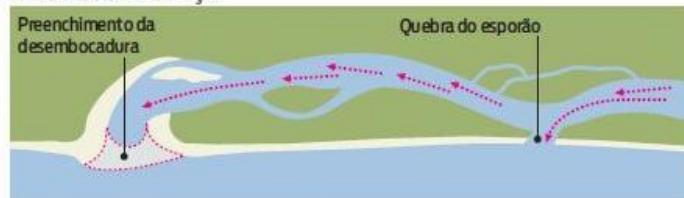
Na divisa dos estados de São Paulo e Paraná, no litoral, está Superagui, do lado paranaense, e a Ilha do Cardoso, no estado vizinho. Entre elas, o Canal do Arapira.

Cenário atual



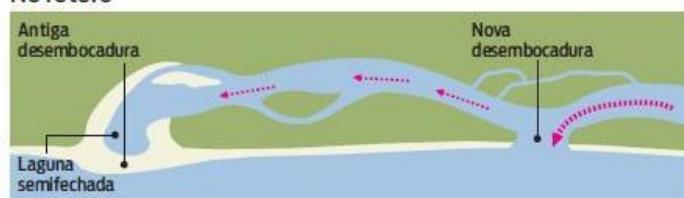
A ação do Canal do Arapira vem provocando, há décadas, a erosão da linha de costa. Em dezembro do ano passado, a parte mais estreita da Ilha do Cardoso estava com 21 metros de largura, contra 100 metros em 1980.

A hora da mudança



Pesquisadores estimam que até 2014 ocorra o rompimento no local em que há o processo de erosão, que fica seis quilômetros distante da ponta da ilha. Aos poucos, o Canal do Arapira vai passar a desembocar no mar nesse ponto.

No futuro



Em aproximadamente um ano – a partir do rompimento – a nova desembocadura deverá estar consolidada. A antiga saída para o mar será fechada.

Fonte: FAVRETTTO, Viviane, 2009.

Adaptação: ARAKAKI, Kelly Rocha

Figura 27. Esquema do processo de erosão que deve dividir a Ilha do Cardoso

De acordo com estudos realizados por Müller (2007), dentre as implicações decorrentes dessa ruptura estão:

- ⇒ A realocação das comunidades Tradicionais da Enseada da Baleia e da Vila Rápida;
- ⇒ As mudanças no cenário hidrodinâmico costeiro físico e biológico;
- ⇒ Mudanças na pesca tradicional;
- ⇒ Readequação da gestão das unidades de conservação;
- ⇒ Dúvidas sobre os novos limites entre os Estados do Paraná e de São Paulo.

As mudanças climáticas causadas em decorrência da intensidade das interferências humanas no desenvolvimento de suas atividades, principalmente as de caráter econômico, podem ser um dos fatores que contribuem para explicar as alterações locais. Os resultados dessas relações e transformações são percebidos pelas populações locais, as quais tem o costume de, no cotidiano, basear-se nos aspectos naturais, como conta o sr. Malaquias,

“[...] uns tempo atrás, mais antigamente, a gente olhava o céu e já sabia se ia chover [...] nossa vida foi toda assim [...] desde pequeno aprende a ler o tempo [...] hoje não dá pra saber mais [...]”

São duas comunidades afetadas: a Enseada da Baleia e a Vila Rápida. Segundo informações obtidas na Base de Apoio do Parque, os responsáveis pela Unidade de Conservação estão acompanhando o avanço da erosão e discutindo os efeitos na comunidade. Alguns técnicos do Instituto Florestal de São Paulo e da Fundação Florestal estão visitando áreas que possam ser usadas para a realocação das famílias da comunidade, além do monitoramento da erosão. A avaliação de possibilidades para a realocação será realizada após a conclusão dos estudos. De acordo com informações do administrador do Parque, o sr. Thiago Borges Conforti, até o momento somente uma família, localizada na Vila

Rápida, tem previsão de realocação por já sofrer danos em sua residência com o desgaste da restinga.

As comunidades escolheram um local localizado na própria Ilha, em frente ao Canal de Ariri, o qual ainda não foi acatado pelo Parque. Questionados sobre a realocação, os moradores não gostariam de mudar-se, mas perceberam a necessidade e temem que algo mais grave possa ocorrer. Quando questionado sobre a realocação, o sr. Malaquias demonstrou laços com o território. A identidade está registrada no espaço vivido, como podemos notar na fala do patriarca

[...] vontade não tenho não (de sair da Enseada da Baleia), foi aqui que nós criamos os nossos filhos, trabalhemo, lutemo, tudo o que a gente tem tá aqui, tudo o que nós conseguimo na vida, a gente colocou aqui, essas coisa que a gente tem, agora nem pra se localizar nós não temo dinheiro, pra mudar nossas casas, não temo [...] nós tamo morando numa área de risco, você sabe, né?, arriscado [...] não temo recurso pra nós saí né?, tudo nosso aqui, temo dinheiro plantado aqui [...] é pra ir pra restinga, né?, Ali é o lugar que a gente escolheu, é ali de onde sai ali a saída do Ariri, naquela saída ali [...]"

O sr. Malaquias não pôde presenciar a escolha do novo local da comunidade. Antes de ocorrer a saída da população e o contato com as novas territorialidades, assim como o processo de identificação com a área, ele faleceu no mês de setembro do ano de 2010.

Para finalizar, registramos uma outra questão conflitante: a disputa territorial. Com a ruptura em questão, parte da Ilha do Cardoso, de extensão de aproximadamente seis quilômetros, poderá tornar-se área do Estado do Paraná, desencadeando desentendimentos entre o Estado do Paraná e o Estado de São Paulo pela aquisição da área física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma maneira encontrada para preservar e/ou conservar espaços que estavam apresentando uma crescente e significativa degradação foi a instalação de Unidades de Conservação. Uma das categorias dessas Unidades são os Parques Estaduais, os quais apresentam a característica de preservação integral, que segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, através da Lei Federal nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, artigo 2º, VI, são caracterizadas pela “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”.

Após a implantação do PEIC, a população da comunidade Enseada da Baleia não sofreu, pelo menos do modo direto, com os processos referentes à expulsão física do local. Os moradores foram atingidos indiretamente, em restrições como, por exemplo, empecilhos para algumas construções ou reformas necessárias, execução de atividades como cultivo de alimentos, caça, extração de recursos naturais, entre outros.

Durante o processo de instalação de áreas protegidas busca-se a preservação da biodiversidade local e, na maioria das vezes, as populações que habitam esses espaços são esquecidas.

Neste contexto existem duas correntes de pesquisas, os que defendem que os moradores sejam expulsos, pois não apresentam consciência ambiental e degradam o meio ambiente e os que defendem a presença das populações caiçaras nos parques, argumentando que o modo de vida tradicional é responsável pela conservação dessas áreas e que os conhecimentos dos moradores sobre a mata e estuários podem ser utilizados, por exemplo, nos planos de gestão de áreas protegidas.

A ausência de documentação referente à regulamentação de terras é uma característica dessas populações, sendo a maioria posses. Há também a falta de registros sobre os moradores e a dinâmica das comunidades tradicionais como os caiçaras.

Os caiçaras são considerados comunidades tradicionais, termo que designa as populações moradoras do litoral da região sudeste brasileira. Essas populações são caracterizadas pelo modo de vida simples, exercendo atividades ligadas a subsistência como a pequena agricultura, caça, pesca e extração de recursos da natureza. Algumas encontram no turismo uma alternativa de complementação de renda.

A escassez de documentos sobre a vida desses moradores tradicionais torna essa dissertação significativa, uma vez que nosso objetivo é o registro, mesmo que de um espaço geográfico e um número de indivíduos reduzido, que contribua em futuros estudos, pois a história de vida dos habitantes da Enseada da Baleia poderá se perder com o passar dos anos.

O perfil dos moradores da comunidade em questão é representado pelos fortes laços de parentesco entre os habitantes locais. Em relação aos estudos, apresentam baixo nível de escolaridade. As primeira e segunda gerações do sr. Valeriano possuem o nível básico de estudo. Um dos motivos é a inserção no trabalho, ainda jovens. Na comunidade, há participação dos filhos de pescadores, desde cedo, iniciando como aprendizes, auxiliando nas tarefas da atividade. Já a 3^a geração busca avanço nos estudos, principalmente na área urbana de Cananéia. Um dos fatores é o maior acesso e facilidades dos meios de transporte, moradia de familiares (tios) e a expansão do acesso aos meios de comunicação.

Demonstram forte relação com o espaço que habitam, evidenciada pelo contato com a natureza, a qual revela aos caiçaras aspectos referentes como, por exemplo, a previsão do tempo ou a localização de alimento. Pode ser um voo ou um canto de uma ave, um agrupamento de peixes, insetos ou nuvens,

um uivo, comportamentos esses que servem como meios de comunicação e assim auxiliam quanto a falta ou a chegada de chuvas e tempestades ou um período de seca, dentre outros aspectos.

As atividades econômicas praticadas são baseadas na pesca e no turismo. A pesca é considerada artesanal, com produção em pequena escala, realizada em embarcações de pequeno porte e, conforme discutido no trabalho, não apresentam impactos ao meio, sendo os produtos direcionados para a subsistência e geração de renda local. É caracterizada pelo trabalho de moradores que apresentam laços de parentesco. São irmãos e cunhados, sendo comum a presença de crianças desempenhando a função de aprendizes e ajudantes, transmitindo deste modo, a tradição da pesca.

Na atividade turística os caiçaras encontraram um benefício econômico através da hospedagem com o aluguel de cômodos de suas casas – conhecidas também como pousadas-residência e áreas de camping, preparo de refeições e fornecimento de bebidas, oferta de serviços como o de caseiro e limpeza para as casas de veraneio ou a realização de passeios de barco, monitoria ambiental e até o ensino da pesca para os turistas, conseguindo assim complementar a renda, para sobreviverem e levarem adiante uma vida simples.

A dificuldade em relação a acessibilidade pode ser considerada como importante fator para a contribuição da manutenção identidária da comunidade, mas não é um obstáculo propriamente dito. Desta maneira, verificamos que a luta para a manutenção da identidade desse grupo encontra, como maior empecilho, algumas características naturais – o rompimento da barreira, diferente do que imaginávamos, visto que a implantação do Parque Estadual no local trouxe várias restrições para o cotidiano dos moradores, além da disputa pelo principal meio econômico – a pesca, com pescadores que possuem melhores recursos para a realização da atividade.

Nesse caso, percebe-se que o isolamento, em termos geográficos, não é um fator que contribuirá para a manutenção da identidade local. A comunidade,

em breve, passará por um processo de desterritorialização e reterritorialização, no qual há possibilidade de alterações do modo de vida e do cotidiano dos moradores locais, uma vez que a territorialidade está registrada no espaço vivido tanto em solo, quanto nas águas do mar e do Canal do Ararapira, os quais sofrerão alterações significativas.

A identidade que, segundo Saquet (2007), é um componente fundamental para a constituição do território, pode ser observada, na comunidade Enseada da Baleia, através do relato e descrição realizada com base em depoimentos dos próprios moradores, os quais, com o passar do tempo, produziram e renovaram as territorialidades a partir das necessidades e aprendizagens, criando desta maneira um elo com o espaço vivido, escolhido pelos ascendentes para a melhoria da qualidade de vida, onde foi criado o sentimento de pertencer àquele espaço.

Desta maneira, a abordagem do território engloba a situação dos caiçaras no Brasil, focando os moradores de Unidades de Conservação, uma vez que essas comunidades lutam contra a esfera do poder público pelo direito da permanência no interior desses locais, assim como pelo direito de manutenção dos hábitos e costumes que preservam de seus antepassados. O cotidiano de suas vidas é marcado pela caracterização única da comunidade, que mantém relações de trocas com outras ‘territorialidades’, concretizam nesses espaços a história e o imaginário, além de possuírem conceitos próprios ligados a religião e a visão política.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADAMS, Cristina. *Caiçaras na mata atlântica pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental*. São Paulo: Annablume, 2000.

ALMEIDA, Antônio Paulino de. Memória histórica da Ilha do Cardoso, 1946. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Enciclopédia caiçara – história e memória caiçara*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2005b, v. IV, p.61-75.

ARAKAKI, Kelly Rocha. *O turismo e a comunidade caiçara da Enseada da Baleia – Ilha do Cardoso, SP*. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Bandeirante de São Paulo, São Bernardo do Campo.

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. e DIEGUES, Antônio Carlos. (Orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

BRANCO, Samuel Murgel. *A serra do mar e a baixada*. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1993.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e da outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em 20 ago. 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. *Turismo cultural: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em <<http://institucional.turismo.gov.br>>. Acesso em: 16 set. 2010.

BRITO, Maria Cecília Wey. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

CALVENTE, Maria Del Carmen Matilde Huertas. **No território do azul-marinho – a busca do espaço caiçara**. São Paulo. FFLCH/USP, 1993. Dissertação de Mestrado.

CALVENTE, Maria Del Carmen Matilde Huertas.; MOURA, Jeani Delgado Paschoal.; ANTONELLO, Ideni Terezinha. A Pesquisa de memória viva - uma experiência da sua utilização na formação dos professores, **Geografia**, Londrina, v. 12, nº. 1, p.391-402, jan/jun. 2003.

CAMPOLIM, Marcos Bürher.; PARADA, Isadora Le Senechal.; YAMAOKA, Juliana Greco. Gestão participativa da visitação pública na comunidade do Marujá – Parque Estadual da Ilha do Cardoso. **Instituto Florestal Sér. Reg.**, São Paulo, nº. 33, p.39-49, maio 2008.

CANANÉIA, Prefeitura Municipal de. Disponível em: <www.cananeia.sp.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2010.

CARDOSO, Thaís Almeida. e NORDI, Nivaldo. Small-scale manjuba fishery around Cardoso Island State Park, SP, Brazil. **Braz. J. Biol.** [online]. 2006, vol. 66, nº 4, p.963-973. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/bjb/v66n4/02.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2010.

CARRIL, Lourdes de Fátima B. **Terra de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência**. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. e PESSOA, Vera Lúcia Salazar. **Unidade na diversidade: as múltiplas identidades encontradas em assentamentos rurais**. In: Simpósio Nacional de Geografia Agrária, III; Simpósio Internacional de Geografia Agrária, II; Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. *Anais...* Presidente Prudente: UNESP, 2005 (CD ROM).

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999a.

CLAVAL, Paul. A Geografia cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999b. p.59-97.

DEMARTINI. Célia Maria Cristina. O mito do paraíso tropical: caracterização cultural e gerenciamento do patrimônio arqueológico do parque estadual da Ilha do Cardoso. **Canindé: Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, nº 8, p.11-41, dez. 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Ilhas e sociedades insulares**. São Paulo: NUPAUB, 1997.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 2^a ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. **El mito moderno de la naturaleza intocada**. São Paulo: UPS, 2005a. Disponível em <www.usp.br/nupaub>. Acesso em 25 jun. 2008.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Enciclopédia caiçara – história e memória caiçara**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2005b, v. IV.

FAVRETTTO, Viviane. **Parte da Ilha do Cardoso, na divisa de São Paulo com o Paraná, deve se desprender até 2014**. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/jm/online/conteudo.phtml?id=867355>>. Acesso em 15 jan. 2010.

FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GLOSSÁRIO GEOLÓGICO ILUSTRADO. Disponível em: <<http://e-groups.unb.br/ig/glossario>>. Acesso em 02 fev. 2010.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <<http://earth.google.com.br>>. Acesso em: jan/out. 2010.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <<http://maps.google.com.br>>. Acesso em: jan/out. 2010.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede ‘gaúcha’ no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em jan./abr. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/tematicos/unidades-de-conservacao>>. Acesso em: abr. 2010.

JACOBI, Pedro Roberto (Org.). *Ciência ambiental: os desafios da interdisciplinaridade*. São Paulo: Annablumme: Fapesp, 1999.

JACOBI, Pedro e outros (Orgs.). *Educação, meio ambiente e cidadania – reflexões e experiências*. São Paulo: SMA/CEAM, 1998.

MALDANER, Carlos Henrique. *Ilha do Cardoso*. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20010216042809/http://www.terravista.pt/IlhadoMel/2916>>. Acesso em: dez. 2009.

MATTOС, Neide Simões de. *A região lagunar-estuarina de Iguape-Cananéia-Paranaguá*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1989, v. III.

MENDONÇA, Ana Lúcia Furquim de. *A Ilha do Cardoso: o parque estadual e os moradores*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Geografia: pequena história crítica*. 2^a ed., São Paulo: Annablume, 2005. Disponível em: <www.esnips.com/doc/9d109d82-618a-483e-aed9-d53ac1fcd173>. Acesso em 10 jan. 2010.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Os pescadores do litoral sul de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2003.

MÜLLER, Marcelo Eduardo José. *Análise das variações da linha costeira nas margens do mar do Ararapira como subsídio ao planejamento do uso e ocupação*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Oceanografia) – Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná.

OLIVEIRA, Flávia Camargo de. *Etnobotânica da exploração de espécies vegetais para confecção do cerco-fixo na região do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, SP*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

OLIVEIRA, Luiz Roberto Numa de (Org.). *Unidades de conservação da natureza*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2009.

PEREIRA, Mauro Luiz. et al. Estudo comparativo das propriedades físicas e mecânicas da madeira de *didymopanax morototoni* (aubl.) decne. et planch. proveniente de floresta nativa. In: XVIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XI ENPÓS, I MOSTRA CIENTÍFICA, 2009, Pelotas. *Anais...* Pelotas: UFPel, 2009. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/cic/2009/cd/pdf/EN/EN_02032.pdf>. Acesso em nov. 2010.

PETRONE, Pasquale. *A baixada do Ribeira: estudo de geografia humana*. São Paulo: USP, 1966.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SÃO PAULO. Decreto nº 40.319/62, de 3 de julho de 1962 de São Paulo. Dispõe sobre a criação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em Cananéia. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/224425/decreto-40319-62-sao-paulo-sp>>. Acesso em 20 ago. 2010.

SÃO PAULO. Decreto nº 25.341/86, de 4 de junho de 1986. Aprova o Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/192675/decreto-25341-86-sao-paulo-sp>>. Acesso em 20 ago. 2010.

SÃO PAULO. Instrução Normativa MMA nº 15, de 16 de junho de 2005. Estabelece normas, critérios e padrões para a pesca de juvenis das espécies *Anchoa marinii*, *Anchoa tricolor* e *Anchoa lyolepsis*, conhecidas popularmente como “manjuba ou iriko”, e as nomenclaturas regionais. Disponível em <http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamento/legislacao/federal/inst_normativa/2005_Instr_Norm_MMA_15.pdf>. Acesso em 20 ago. 2010.

SÃO PAULO. Resolução SMA nº 28, de 27 de março de 1998a. Disponível em <<http://www.ambiente.sp.gov.br/legislacao/files/2013/07/RESOLUCAO-SMA-28-27031998.pdf>>. Acesso em jul. 2010.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. **Diagnóstico ambiental participativo do Vale do Ribeira e litoral sul de São Paulo: subsídios para o desenvolvimento sustentável.** 1998b.

SÃO PAULO. 1998c. Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. “Planos de Manejo das Unidades de Conservação” – Parque Estadual da Ilha do Cardoso – Fase 1: *Plano de Gestão Ambiental*. In: Diário Oficial, suplemento, cad. 8, v. 108, nº 60. São Paulo.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Deliberação CONSEMA, nº 30, de 24 de outubro de 2001a. Disponível em <<http://www.ambiente.sp.gov.br/consema/deliberacoesmoncoes/deliberacao-ano-2001/>>. Acesso em jul. 2010.

SÃO PAULO. 2001b. Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso**, Fase 2 (impresso).

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em <www.ambiente.sp.gov.br/destaque/ilha_cardoso.htm>. Acesso em 15 out. 2010.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da. **Caiçaras e jangadeiros: culturas marítimas e modernização no Brasil**. São Paulo: CEMAR-USP, 1993.

SILVA, Pedro Paulo de Lima et al. **Dicionário brasileiro de ciências ambientais**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Thex Editora, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. 1995. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TOWNSEND, Colin R.; BEGON, Michael; HARPER, John L. ***Fundamentos em ecologia.*** 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

VIANNA, Lucila Pinsard. ***De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação.*** São Paulo: Annablume, 2008.

ANEXOS

ANEXO A

Roteiro de Entrevista

Nome

Data Nascimento

Local de Nascimento

Profissão

Escolaridade

Se casado, onde e como conheceu o esposo/esposa

Trajetória de vida:

Local (Cidade/Estado) de destino	Atividade exercida	Tempo de permanência	Motivo da mudança (para outra cidade)

ANEXO B

DECRETO Nº 40.319, DE 3 DE JULHO DE 1962 DE SÃO PAULO

Dispõe sobre a criação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em Cananéia

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais e Considerando que a Ilha do Cardoso apresenta condições insuperáveis para a criação de um Parque Estadual, por atender a finalidades culturais de preservação de dos recursos nativos e exibir atributos favoráveis ao turismo, à recreação e à recuperação física;

Considerando que a flora que aí viceja constitui revestimento vegetal que abrange 95% do seu território, ostentando matas de formação subtropical, com variadíssima ocorrência de valiosas essências;

Considerando que a fauna, além da imensidate de pássaros que a procuram para a reprodução, pelo isolamento da Ilha, acha-se representada por animais marinhos que povoam suas praias e por rebanhos de mamíferos grandes e pequenos que aí encontram condições ideais de vida tranquila, constituindo-se assim em notável repositório de espécimes raros; e Considerando que a região foi ocupada pelo primitivo homem americano, possivelmente há dez ou quinze mil anos e remanescem dessa ocupação jazidas préhistóricas que precisam ser defendidas, Decreta:

Artigo 1º - Fica criado o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, na Ilha marítima do mesmo nome, situada no município e comarca de Cananéia, classificadas e declaradas remanescentes as florestas que revestem suas terras de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 10, combinado com o artigo 5º, ambos do Código Florestal (Decreto federal nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934).

Artigo 2º - A Ilha do Cardoso, referida no artigo anterior, localiza-se no litoral sul do Estado de São Paulo, município de Cananéia, limitando-se ao norte pela baía de Trepandé, a leste pelo Oceano Atlântico, ao sul por este, pela Barra e Mar do Arapira e a Oeste, pelo Canal deste último nome.

Artigo 3º - Fica o Departamento Jurídico do Estado autorizado a promover estudos e medidas destinados a discriminar, individuar e localizar as terras de domínio particular existentes na Ilha do Cardoso, a fim de se expedir, em relação a cada propriedade, ato declaratório de utilidade pública, para sua oportuna desapropriação.

Artigo 4º - O Parque Estadual da Ilha do Cardoso, criado por este Decreto, não abrange terras que porventura sejam do domínio da União e se situam na referida Ilha marítima.

Parágrafo único - Verificada a existência de terras referidas neste artigo, ficam os órgãos competentes da Administração estadual autorizados a promover entendimentos com os da Administração federal e, esclarecida a situação jurídica das áreas tidas como devolutas, obter do Governo Federal as medidas necessárias a sua sujeição ao regime instituído por este Decreto para o Parque Estadual ora criado.

Artigo 5º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO

Ruy Rebello Pinho - respondendo pelo expediente da Secretaria da Justiça

Urbano de Andrade Junqueira

Márcio Ribeiro Pôrto

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 3 de julho de 1962. Fioravante Zampol - Diretor Geral

ANEXO C

INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº - 15, DE 16 DE JUNHO DE 2005

Estabelece normas, critérios e padrões para a pesca de juvenis das espécies Anchoa marinii, Anchoa tricolor e Anchoa lyolepsis, conhecidas popularmente como “manjuba ou iriko”, e as nomenclaturas regionais.

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 27, § 6º, inciso I da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no art. 3º do Decreto nº 4.810, de 19 de agosto de 2003, no Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 e na Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993, e o que consta do Processo IBAMA/SP nº 02027.006314/02-61, e Considerando a necessidade de estabelecer normas, critérios e padrões para a regularização da pesca de juvenis das espécies Anchoa marinii, Anchoa tricolor e Anchoa lyolepsis, conhecidas popularmente como manjuba ou iriko, e respeitando as nomenclaturas regionais no Estado de São Paulo;

Considerando que é uma importante alternativa sócio-econômica e fonte de renda para a manutenção dos pescadores artesanais da região, apresentando pouco impacto ambiental, visto o baixo esforço pesqueiro empregado e o pequeno número de pescadores atuando tradicionalmente na atividade; e

Considerando que nas unidades de conservação, tanto as de uso sustentável como as de proteção integral são reconhecidas essa atividade e seus praticantes, garantindo em seus planos de manejo e em outros instrumentos de gestão a prática de atividades de subsistência, de acordo com o previsto na Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC, resolve:

Art. 1º Permitir o exercício da pesca de iriko no canal da Ararapira entorno do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, no Estado de São Paulo e na zona de amortecimento do Parque Nacional de Superagui no Estado do Paraná, somente na área compreendida a 1.000 metros da barra do Ararapira (UTM - W 792.205, S 7.198.617) até 1.500 metros a norte da desembocadura do canal do Varadouro (UTM - W 801.221, S 7.207.021).

Art. 2º Permitir, a pesca de iriko, na área definida no art 1º desta Instrução Normativa, somente a pescadores artesanais cadastrados, portadores da Licença de Pesca utilizando as redes devidamente cadastradas e identificadas.

§ 1º A Licença de Pesca será concedida pelo responsável pela administração da Área de Proteção Ambiental Cananéia-Peruíbe-Iguape (APA-CIP) obedecendo os seguintes critérios:

I - apresentar requerimento, conforme Anexo I desta Instrução Normativa, para cadastro da rede utilizada na pesca do iriko; e

II - apresentar requerimento, conforme Anexo II desta Instrução Normativa, acompanhado de cópia da carteira de pescador profissional, identidade, CPF, comprovante de residência e número de cadastro da rede.

§ 2º As redes cadastradas para a pesca de iriko deverão ter as dimensões máximas de cinquenta e cinco metros de comprimento, três metros e cinquenta centímetros de altura e malhagem do tipo filó de aproximadamente dois milímetros.

Art. 3º Expedir, no máximo, setenta Licenças de Pesca e limitar ao número máximo de trinta e cinco redes, para a pesca de iriko na área definida no art. 1º desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Para efeito da expedição das Licenças de Pesca será considerado o cadastro preliminar realizado pelo Instituto de Pesca de Cananéia e os casos excepcionais serão apreciados pelo Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Cananéia-Peruíbe-Iguape (APA-CIP).

Art. 4º Permitir o transporte do produto da pescaria e da rede utilizada na captura de iriko somente em canoas a remo.

Art 5º O pescador artesanal cadastrado nos termos desta Instrução Normativa, fica obrigado ao preenchimento da ficha de acompanhamento da captura informando as espécies e quantidades capturadas, número de lances e datas da captura.

Parágrafo único. A ficha de acompanhamento da captura, Anexo III desta Instrução Normativa, será entregue ao interessado no ato de obtenção da Licença de Pesca e do cadastramento das redes, e após preenchida, entregue mensalmente nos locais indicados responsável pela administração da Área de Proteção Ambiental Cananéia-Peruíbe-Iguape (APA-CIP), mediante recibo de entrega da ficha de acompanhamento da captura.

Art. 6º A Licença de Pesca deverá ser emitida anualmente, podendo ser revogada a qualquer tempo, desde que os dados de monitoramento indiquem aumento do impacto ambiental decorrente do exercício da atividade.

Parágrafo único. A renovação da Licença de Pesca fica condicionada à regularidade da entrega das fichas de acompanhamento de captura que trata o art. 5º desta Instrução Normativa.

Art. 7º Será concedido um prazo de noventa dias, a contar da data de publicação desta Instrução Normativa, para que todos os interessados se regularizem junto ao responsável pela Administração da Área de Proteção Ambiental Cananéia-Peruíbe-Iguape (APA-CIP).

Art. 8º A manutenção e a concessão de novas Licenças de Pesca, serão avaliadas a cada 3 anos, a partir do encerramento do prazo estabelecido no art. 7º desta Instrução Normativa, com base no acompanhamento da atividade

realizado pelo responsável pela administração da Área de Proteção Ambiental Cananéia-Peruíbe-Iguape (APA-CIP).

Art. 9º Aos infratores das disposições constantes desta Instrução Normativa serão aplicadas as sanções e penalidades, respectivamente, previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999 e demais legislação complementar.

Art. 10. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA

ANEXO I

(Brasão)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CANANEIA-IGUAPE-PERUÍBE

REQUERIMENTO DE CADASTRO DA REDE DE PESCA DE IRIKO

Nome do Pescador: _____

nº RGP: _____

nº RG: _____

nº CPF: _____

Residente à: _____

nº de Cadastro da Rede: _____

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura: _____

Parecer: _____

Técnico Responsável: _____
Data: ____/____/____
Assinatura e carimbo: _____

ANEXO II

(Brasão)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CANANEIA-IGUAPE-PERUIBE

REQUERIMENTO DE LICENÇA DE PESCA DE IRIKO

Nome do Pescador: _____
nº RGP: _____
nº RG: _____
nº CPF: _____
Residente à: _____
nº de Cadastro da Rede: _____
Data: ____/____/____
Assinatura: _____
Parecer: _____

nº da Licença Ambiental de Pesca: _____
Técnico Responsável: _____
Data: ____/____/____
Assinatura e carimbo: _____

ANEXO III

(Brasão)

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL-APA CANANEIA-IGUAPE-PERUIBE

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DA CAPTURA DE IRIKO

Nome do Pescador: _____

nº da Licença Ambiental de Pesca (APA-CIP): _____

n o de Cadastro da Rede: _____

MÊS/ANO: _____ / _____